

# O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e a evolução do megalitismo no Ocidente peninsular

(espaços de vida, espaços da morte: sobre as antigas sociedades camponesas em Reguengos de Monsaraz)<sup>1</sup>

■ VICTOR S. GONÇALVES<sup>2</sup> ■ ANA CATARINA SOUSA<sup>3</sup> ■

**RESUMO** O grupo megalítico de Reguengos tornou-se mundialmente conhecido após a divulgação da monografia dos Leisner (Leisner e Leisner, 1951, reed. 1985). Foram então publicados 134 monumentos megalíticos, 2 dos quais com *tholoi* anexos ao corredor (Comenda 2 e Farisoa 1).

A partir de 1985, data em que a UNIARQ reedita a monografia dos Leisner, iniciam-se trabalhos sistemáticos no sentido de reposicionar o grupo megalítico em novas coordenadas, particularmente através do estudo dos povoados “megalíticos”, da filosofia da sua implantação no terreno e do significado da diferentes opções de visibilidade assumidas na estratégia do povoamento.

Conheciam-se em 1996 mais de 20 sítios de *habitat* em Reguengos de Monsaraz dos quais apenas um reduzido número tinha sido objecto de escavação: Monte Novo dos Albardeiros (Gonçalves, 1989-90), TESP3 (Gonçalves, 1992); Marco dos Albardeiros (Gonçalves, 1994), Areias 15 e 16 (Gonçalves e Sousa, 1997). Este número sofreu uma dramática alteração (passando a mais de 50), sobretudo devido às prospecções sistemáticas junto ao Guadiana, particularmente sensível no que respeita ao Neolítico antigo e médio (sítios da Baixa do Xarez e, particularmente, Xarez 12, actualmente em curso de escavação). A heterogeneidade da informação disponível limita os níveis e leitura do povoamento desta área, sendo extremamente difícil estabelecer contornos cronológicos precisos, atribuir funcionalidades e conhecer a morfologia das ocupações, e efectuar comparações entre os vários sítios identificados.

A informação disponível para o povoamento pré-histórico de Reguengos de Monsaraz é assim muito diferenciada integrando sítios escavados, sítios amplamente prospectados e sítios identificados sumariamente. Perante a diversidade dos dados disponíveis, torna-se necessário

**ABSTRACT** The megalithic monuments at Reguengos became known worldwide after the publication of the monograph by the Leisners (Leisner and Leisner 1951, new edition, 1985). At that time, 134 megalithic monuments were published, 2 of which had *tholoi* annexed to the corridor (Comenda 2 and Farisoa 1). Beginning in 1985, when UNIARQ reprinted the Leisner monograph, systematic research on resituating the megalithic group in a new context was begun, particularly through the study of ‘megalithic’ settlements, their location in the landscape, and the significance of the different visibility options assumed in the settlement strategy. In 1996, more than 20 settlement sites in Reguengos de Monsaraz were known, of which only a small number were the object of excavation: Monte Novo dos Albardeiros (Gonçalves, 1989-90), TESP3 (Gonçalves, 1992); Marco dos Albardeiros (Gonçalves, 1994), Areias 15 and 16 (Gonçalves and Sousa, 1997). This number underwent a dramatic change (surpassing more than 50), above all owing to the systematic surveys along the Guadiana, which paid particular attention to the Early and Middle Neolithic (sites of Baixa do Xarez and, particularly, Xarez 12, currently under excavation). The heterogeneity of the available information limits the level of interpretation of settlement in this area, as it is extremely difficult to establish precise chronological outlines, to identify the function and form of occupations, and to carry out comparisons between the various identified sites. The available information for the prehistoric settlement of Reguengos de Monsaraz is, in this way, very diverse, and includes excavated sites, sites fully surveyed, and sites only summarily identified. Owing to the diversity of the available data, it becomes necessary to attempt to establish a model of global interpretation, which allows one to carry out

procurar estabelecer um modelo de interpretação globalizante, que permita efectuar a leitura de uma rede de povoamento, interpretar as eventuais estratégias de povoamento e equacionar vectores diacrónicos das modalidades de ocupação do espaço.

A compreensão da área de Reguengos de Monsaraz, seguindo-se essa perspectiva, poderá fornecer alguns indicadores da correspondência entre a mancha megalítica conhecida desde os anos 50 e o povoamento que apenas agora começa a ser identificado e objecto de escavação. A imagem de um Alentejo caracterizado sobretudo pelo fenómeno megalítico reflecte apenas um momento passado da história das investigações, sendo necessária a prossecução de trabalhos sistemáticos para compreender da existência (ou inexistência) de uma relação de exclusão visual entre povoados e monumentos megalíticos. A dificuldade de associação de grupos megalíticos a um povoamento correspondente tem suscitado uma clássica dicotomia entre a invisibilidade do mundo dos vivos e a visibilidade dos espaços dos mortos que parece não ter uma correspondência efectiva em Reguengos de Monsaraz.

A complementaridade de significados assim, assumidamente, ela própria, um objecto de pesquisa.

De igual forma, apenas uma cronologia bem definida poderá evidenciar continuidades e rupturas na longa faixa cronológica onde o megalitismo se situa. A discussão em torno às cronologias toma em conta essa realidade.

an interpretation of the settlement network, to interpret hypothetical settlement strategies, and to explain the diachronic variability of the modalities of spatial occupation.

The understanding of the area of Reguengos de Monsaraz, following this approach, can provide some indications of correspondence between the megalithic zone known since the 1950s and the settlements, which are only now beginning to be identified and the object of study. The image of an Alentejo characterized, above all, by a megalithic phenomenon reflects only a past phase in the history of research, and it is now necessary to pursue systematic research to understand the existence (or non-existence) of a relationship of visual exclusion between settlements and megalithic monuments. The difficulty in associating megalithic groups and corresponding settlements has brought to the fore a classic dichotomy between the invisibility of the world of the living and the visibility of the space of the death, that does not appear to have an effective correspondence in Reguengos de Monsaraz. The complementarity of meaning is, in this way, assumed, but should be, itself, an object of study. Likewise, only a well-defined chronology will provide evidence for continuity and discontinuity in the broad chronological framework in which megalithism is situated. The following paper takes into account this reality with respect to chronologies.

## I. Uma primeira abordagem

---

Até ao presente momento, desconhece-se em Reguengos de Monsaraz, e para qualquer fase anterior ao fim do III milénio, em anos de calendário, um qualquer tipo de enterramento que não seja megalítico. Só ultrapassado o III milénio esta situação se altera: as deposições da Idade do Bronze são sempre em complexos cistóides, à excepção das duas deposições funerárias do Bronze Antigo efectuadas no topo do pequeno *tell* do Monte Novo dos Albardeiros (Gonçalves, 1988-89).

As estruturas megalíticas estão ainda disponíveis para estudo directo, nos casos em que sobreviveram às destruições dos últimos 20 anos. De qualquer forma, a monografia dos Leisner, cujos resultados foram revistos, aumentados e redireccionados em 1992 por um de nós (Gonçalves, 1992), é ainda uma fonte fiável de informação. Com efeito, apenas um monumento megalítico foi acrescentado à exaustiva listagem dos Leisner (Monte Novo do Piornal).

A diversidade morfológica patenteada por esses monumentos só poderia eventualmente ser explicada em termos de polimorfismo se se definissem, para os diversos tipos, patamares sincrónicos em termos de temporalidade.

O projecto de investigação GEOM-RM, actualmente em curso, visa precisamente o que o seu título indica (*As antigas sociedades camponesas e o desenho do território em Reguengos de Monsaraz do VI ao II milénio cal BC*). As possíveis interacções entre monumentos e grupos de monumentos, por um lado, e as áreas de povoamento reconhecidas, por outro, vão ser assim objecto de um processo de construção e verificação de modelos que, no entanto, só a efectiva escavação dos sítios pode elucidar.

Nenhum dado cronológico preciso, em termos de cronologia absoluta, nos permite definir rigorosamente a construção e primeira utilização de qualquer monumento megalítico de Reguengos de Monsaraz, à excepção do *tholos* Olival da Pega 2b (OP2b), para o qual se possuem três datas da primeira metade do III milénio, em anos de calendário, o que corresponde exactamente à construção e primeira fase de ocupação do povoado fortificado do Monte Novo dos Albardeiros.

Uma recente datação, ainda não publicada criticamente, foi obtida por um de nós para a fase de abandono do povoado Torre do Esporão 3 (TESP3), intervalo de tempo da primeira metade do III milénio que, a ser confirmado por outras, pode vir a revestir-se da maior importância, uma vez assinalar um tipo de povoamento e provavelmente um tipo de práticas funerárias totalmente distintas daquele que se afirmaria na região na primeira metade do III milénio.

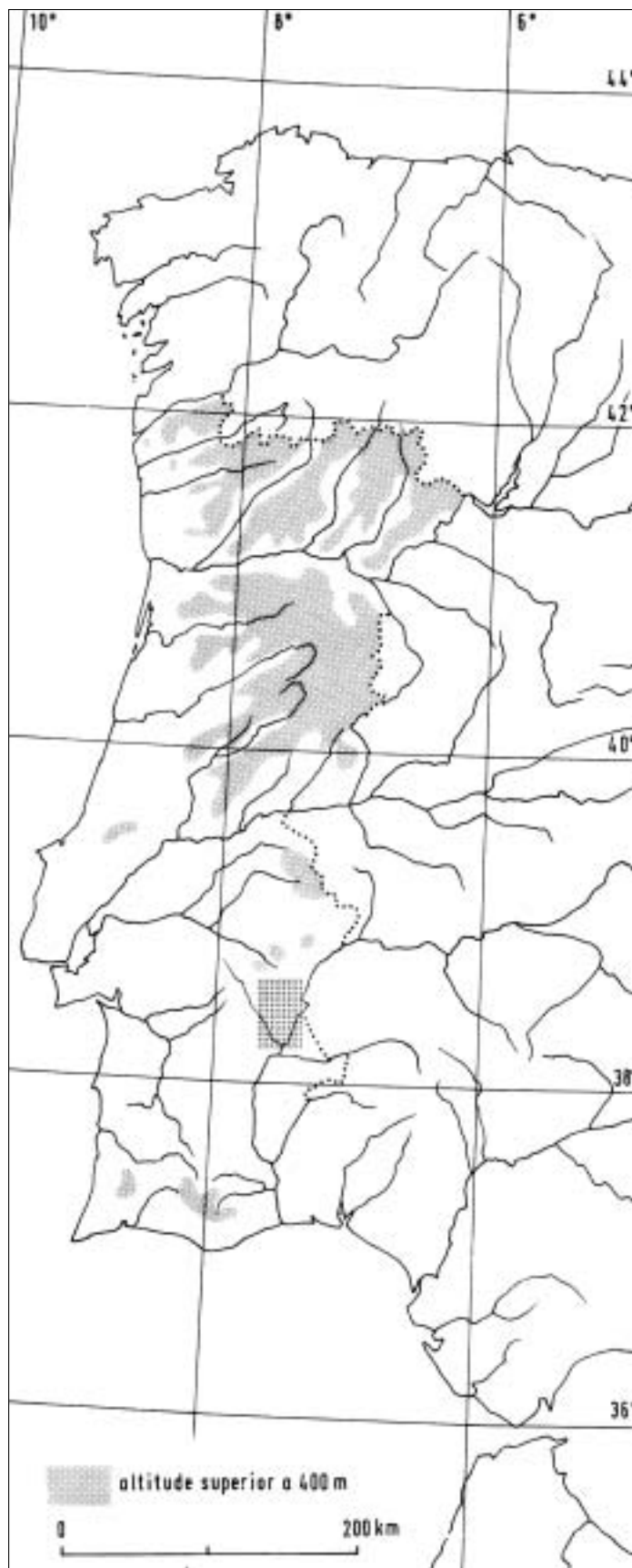


FIG. 1 – Localização de Reguengos de Monsaraz no actual território português.

Seriam estes os indígenas, cujo colapso coincidiria significativamente com a emergência e consolidação do povoamento calcolítico de que o Monte Novo dos Albardeiros, o Castelo do Azinhalinho e os Perdigões, cada qual à sua maneira, são excelente exemplo?

A resposta é justamente procurada pelas linhas de investigação em curso na área.

Do âmbito deste trabalho, excluimos voluntariamente qualquer referência a menires, quer isolados quer grupados em alinhamentos ou recintos. Na realidade, o talhe e a erecção de menires nunca foi comprovadamente conectado às antas no Ocidente peninsular.

Consideramos assim as *antas* como parte (estruturante, mas não exclusiva) das práticas funerárias do IV e III milénio a.C. enquanto remetemos os *menires* para os domínios muito diversificados da marcação de territórios, da construção de espaços sagrados ou eventualmente da Arqueoastronomia.

Se em termos de megalitismo, entendido no seu sentido mais lato, o conceito pode abranger estas duas realidades, parece-nos porém importante reservar para os monumentos funerários uma designação específica, sendo a de *Megalitismo funerário* perfeitamente aceitável.

Se seguirmos as fontes, a área de Reguengos de Monsaraz, parece evidenciar uma paisagem polvilhada de monumentos megalíticos, pontuada por alguns povoados, apresentando o conjunto condicionantes de visibilidade muito desiguais. Esta imagem é decerto consequência directa da história da investigação nesta área e está condicionada pela maior visibilidade/monumentalidade espacio-temporal dos monumentos megalíticos.

Tal como sucede para a generalidade das situações, é impossível encontrar as conexões de origem entre determinados sítios de *habitat* e as antas originalmente correspondentes. A lógica da proximidade/distância actualmente visível poderá apenas ser fiável para casos como Areias 15 e 16, povoados rodeados de antas de vários tipos (algumas das quais visíveis do próprio povoado) e em Gorginos 6, sítio nas mesmas circunstâncias. Para a generalidade dos monumentos megalíticos e dos povoados identificados, essa associação é meramente conjectural e sem nenhuma evidência artefactual ou cronométrica.

Monumentos megalíticos e sítios de *habitat* têm coerências intrínsecas que definem as suas opções específicas de implantação. Tal não significa que estas sejam antagónicas, mas apenas que se revestem de significados diferentes ainda que complementares. Assim, os factores territoriais que influenciaram as implantações dos povoados não são alheios à lógica de implantação dos monumentos megalíticos:

1. opção por uma peneplanície irrigada entre os limites identificados para o grupo de Reguengos de Monsaraz: “Hidrograficamente, as fronteiras são traçadas a este e oeste, respectivamente pelo Guadiana e pelo Degebe. A Norte, parcialmente, pela Ribeira do Azevel.” (Gonçalves, 1992, p. 117);
2. escolha de uma área de granodioritos, onde seria fácil a obtenção de matéria-prima para a construção dos monumentos, e que simultaneamente poderia funcionar como pólo de estruturação do povoado (como sucede em Areias 15 e 16, bem como em Gorginos 6). Dos 24 povoados actualmente identificados, apenas o Marco dos Albardeiros, o Monte Novo dos Albardeiros e a Barrisqueira se implantam em áreas com outro substracto geológico;
3. implantação em solos de aptidão agrícola, nas áreas norte e sul da Ribeira do Álamo. Esta mancha de solos com aptidão agrícola média/boa (de acordo com a actual escala de valores) é rodeada por zonas de fraca capacidade de uso, tanto na chamada zona Sul (coincidindo com áreas de relevo mais pronunciado junto ao Degebe e ao Guadiana) e na zona Norte (correspondendo à Serra de Monsaraz e à Serra das Pedras) onde não foram identificados monumentos megalíticos ou povoados.

Seria esclarecedor verificar (confirmar/infirmar) a correspondência entre os conjuntos que foram definidos para os monumentos megalíticos de Reguengos de Monsaraz, uma área norte e sul da Ribeira do Álamo equivalente a “dois territórios, dois grupos de comunidades, evoluindo em contacto permanente” (Gonçalves, 1992, p. 117) com o povoamento identificado. Até ao presente momento, a maioria dos sítios de *habitat* identificados localizam-se na parte sul desse curso de água durante o Neolítico Médio/Final. No que se refere ao povoamento Calcolítico, essa distribuição é equitativa para ambas as margens da Ribeira do Álamo.

A complementaridade dos factores que conduziram a fixação das comunidades do IV e III milénios no cenário de Reguengos de Monsaraz não nos deve fazer esquecer que, dentro desta área relativamente vasta, a escolha de um lugar específico para a construção de um monumento megalítico, ou como lugar de *habitat* permanente ou temporário, envolve condicionalismos bem diferenciados.

A proximidade de recursos como a água, solos cultiváveis, fontes de matérias primas, a defensabilidade, a visibilidade *de* e *para* o sítio, a acessibilidade, são factores que devem ser utilizados segundo uma perspectiva económica e territorial apenas para os povoados.

Apesar de tal não ser generalizável, sem problemas, a toda a área de Reguengos de Monsaraz, não parece existir aqui qualquer exclusão entre zonas da vida e zonas de morte como pretendeu ser salientado para outras áreas peninsulares (Noroeste por exemplo). Na realidade, aparentemente, estas duas áreas interpenetram-se, não havendo um *guetto* funerário destacado do espaço onde marcham os vivos, repetindo uma citação de Richard Long escolhida por J. Thomas “sculptures are stopping places along the journey. They are where the walk meets the place” (Thomas, 1993).

## **2. Povoados e megálitos: questões gerais e casos avulsos: algumas “situações” no povoamento pré-histórico de Reguengos de Monsaraz**

---

A abundância de informação para os monumentos do grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz contrasta com a imagem incompleta do povoamento pré-histórico que lhe estaria associado. O estado da investigação para esta área não permite ainda leituras muito precisas já que se baseia maioritariamente em dados de prospecção (ainda não efectuada com uniforme intensidade na área em estudo), sendo escassos os sítios de *habitat* que foram objecto de escavações.

Conhecemos hoje mais de 50 sítios de *habitat* em Reguengos de Monsaraz, dos quais apenas um reduzido número foi objecto de escavações: Monte Novo dos Albardeiros (Gonçalves, 1989-90), TESP<sub>3</sub> (Gonçalves, 1992), Marco dos Albardeiros (Gonçalves, 1994), Areias 15 e 16 (Gonçalves e Sousa, 1997) e Perdigões (Lago et al., 1998). A heterogeneidade e as limitações dos dados disponíveis limitam assim os níveis de leitura do povoamento desta área, sendo extremamente difícil estabelecer contornos cronológicos precisos, atribuir funcionalidades, conhecer a morfologia das ocupações e efectuar comparações entre os vários sítios identificados.

Para a efectivação desta leitura dos espaços de *habitat* pré-históricos de Reguengos de Monsaraz, consideraram-se duas perspectivas de observação: uma perspetivação geral dos povoados identificados e uma escala específica de abordagem em que o sítio é compreendido na sua especificidade correspondendo a focagem, por razões de conhecimento directo da realidade aos casos dos povoados do Castelo do Azinhalinho, de Areias 15 e de Gorginhos 6.

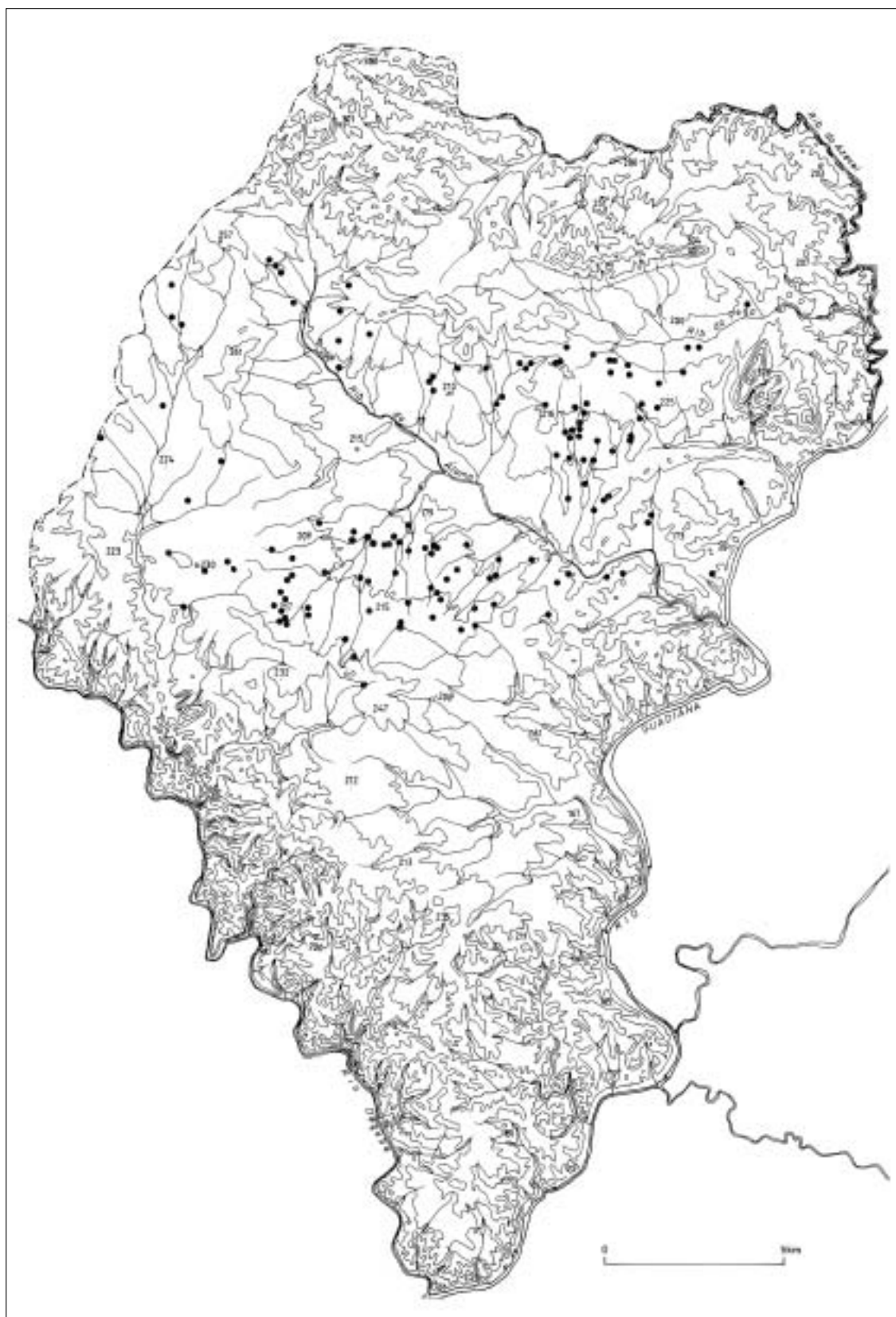


FIG. 2 – O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz (Gonçalves, 1992).

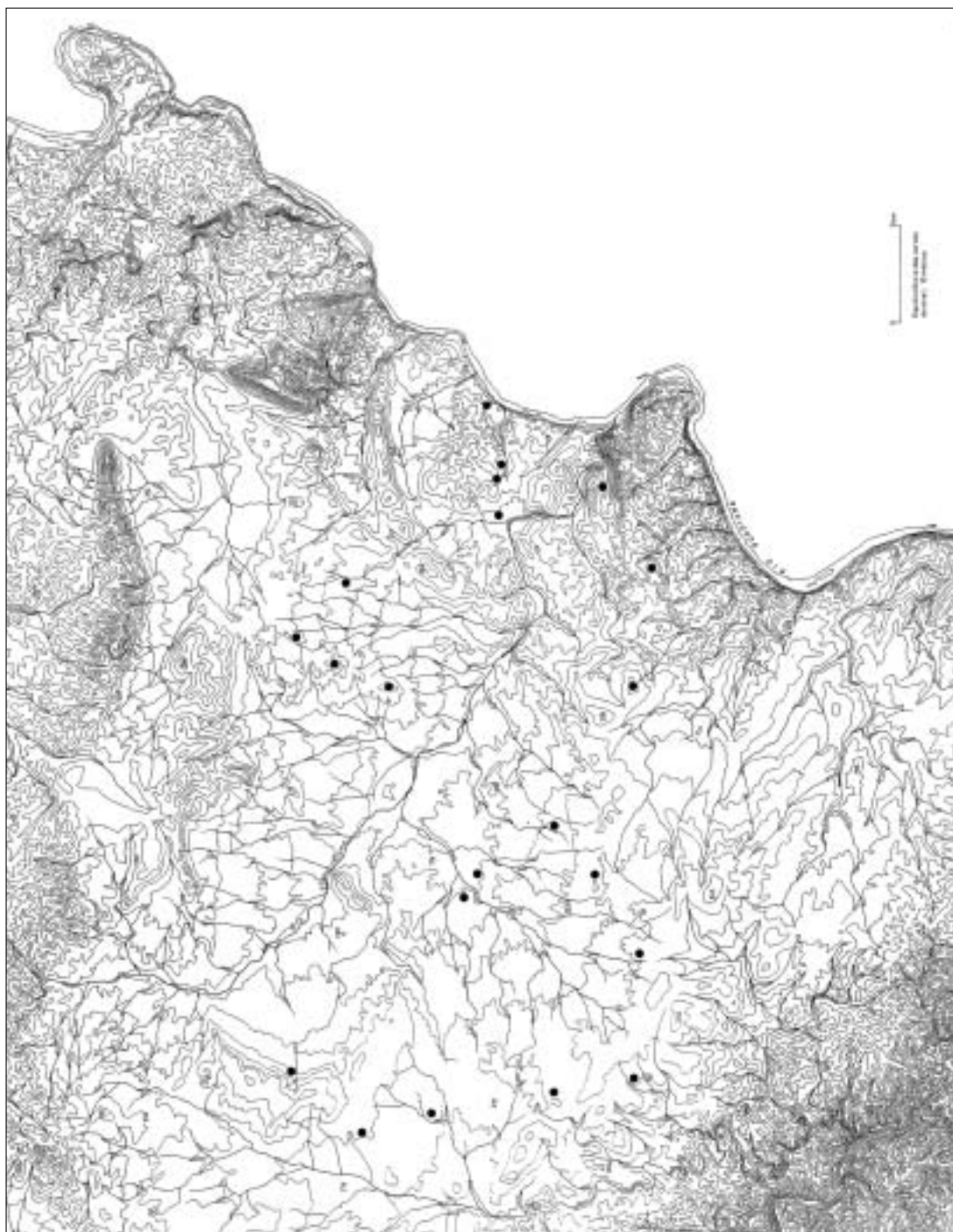


FIG. 3 – Principais sítios de habitat em Reguengos de Monsaraz.

## QUADRO 1

Listagem actualizada dos povoados das antigas sociedades camponesas identificados em Reguengos de Monsaraz e actualmente passíveis de análise e caracterização através da sua cultura material (detectada por escavações ou recolhas de superfície). Os sítios objecto de relatórios que não incluíram coordenadas têm esse campo em aberto. A *bold* indicam-se os sítios escavados, em escavação ou com trabalhos previstos para o futuro próximo. As expressões *Neo. Final – Calcolítico* e *Neolítico Antigo/Médio* indicam situações de caracterização mais precisa impossível no actual estado dos nossos conhecimentos sobre esses sítios.

Sítio	Tipo	Cronologia	CMP	Coordenadas
<b>Areias 15</b>	<b>povoado “aberto”</b>	<b>Neo. Final - Calcolítico</b>	<b>482 (1989)</b>	<b>UTM -29SPC3136.5200</b>
Barrisqueira	povoado “aberto”	Neo. Final - Calcolítico	482 (1989)	Gauss, m-261.4, p-157.0
Barrisqueira 2	sítio	Pré-História	482 (1989)	
Barrisqueira 7	povoado “aberto”	Neo. Final - Calcolítico	482 (1989)	
<b>Carraça 1</b>	<b>Povoado “aberto”</b>	<b>Neolítico Antigo/Médio</b>	<b>482 (1989)</b>	<b>M 159920.48, P 262850.56</b>
Chaminé 12	Sítio	Pré-História	482 (1989)	
Chaminé 19	Sítio	Pré-História	482 (1989)	
Contenda 2	achados dispersos	Pré-História	482 (1989)	
D <sup>a</sup> . Amada de Baixo 1	Sítio	Neolítico ?	474 (1995)	
D <sup>a</sup> . Amada de Baixo 2	Sítio	Pré-História	474 (1995)	
<b>Fonte dos Sapateiros</b>	<b>povoado “aberto”</b>	<b>Neolítico Antigo/Médio</b>	<b>474 (1995)</b>	<b>M-16538.80, P-264676.53</b>
Gagos 3	Sítio	Pré-História	473 (1989)	
Gagos 6	Sítio	Pré-História	473 (1989)	
Geralda	Sítio	Pré-História	474 (1995)	
<b>Gorginos 6</b>	<b>povoado “aberto”</b>	<b>Neolítico Antigo/Médio</b>	<b>482 (1989)</b>	<b>UTM 29SPC2549.1601</b>
Horta do Palha	achados dispersos	Pré-História	482 (1989)	Gauss m-53.50, p-156.60
Malhada dos Gagos 7	achados dispersos	Pré-História	483 (1900)	
Malhada dos Gagos 8	achados dispersos	Pré-História	483 (1900)	
Malhada dos Gagos 10	achados dispersos	Pré-História	483 (1900)	
Malhada dos Gagos 16	achados dispersos	Pré-História	483 (1900)	
Malhada dos Gagos 17	achados dispersos	Pré-História	483 (1900)	
<b>Malhada dos Gagos 32</b>	<b>achados dispersos</b>	<b>Neolítico</b>	<b>483 (1900)</b>	
<b>Marco dos Albardeiros</b>	<b>povoado “aberto”</b>	<b>Neolítico Final</b>	<b>482 (1989)</b>	<b>Gauss m-259.4, p-156.7</b>
Mau Tempo 8	achados dispersos	Pré-História		
Monte Arriba	achados dispersos	Pré-História	482 (1989)	Gauss m-251.90, p-158.35
Monte da Cumbra	achados dispersos	Pré-História	473 (1989)	
Monte da Torre	achados dispersos	Pré-História	482 (1989)	
Castelo do Azinhalinho	povoado fortificado (?)	Neo. Final - Calcolítico	473-1989	UTM 29SPC3521.5410
Monte do Piornal 2	achados dispersos	Pré-História	482 (1989)	
Monte do Vale	achados dispersos	Pré-História		
Monte Novo 1	povoado “aberto”	Neo. Final - Calcolítico	482 (1989)	Gauss m 252.90, p-158.60
Monte Novo 3	achados dispersos	Pré-História	482 (1989)	Gauss m-253.10, p-159.30
<b>Monte Novo dos Albardeiros</b>	<b>povoado fortificado, área funerária numa segunda fase</b>	<b>Calcolítico</b>	<b>482 (1989)</b>	<b>Gauss m-259.5, p-57.9</b>
Pedra do Vigio	povoado fortificado?	Calcolítico - Bronze	483 (1900)	
<b>Perdigões</b>	<b>povoado com fossos</b>	<b>Neolítico Final, Calcolítico</b>	<b>473 (1989)</b>	<b>Gauss m511120, p 1361500</b>
Piornal 4	Mancha de povoamento com indústrias micro-laminares, cerâmica, pedra polida e pesos de tear	Neolítico Final, Calcolítico	482 (1989)	



Sítio	Tipo	Cronologia	CMP	Coordenadas
Piornal 5	Mancha de povoamento com indústrias micro-laminares, cerâmica, pedra polida e pesos de tear	Neolítico Final, Calcolítico	482 (1989)	
Pipas	povoado “aberto”	Neolítico Antigo/Médio	482 (1989)	
Poço da Gateira 3	taças carenadas de bordo não espessado	Neolítico Final	473 (1989)	
S. João 4	achados dispersos	Pré-História	482 (1989)	
<b>TESP3 (Torre do Esporão)</b>	<b>povoado com fossos</b>	<b>Neolítico Final, Calcolítico</b>	<b>482 (1989)</b>	<b>Gauss m 250.8.0; p158.3.5</b>
Vale Castelo	povoado “aberto”	Neo. Final - Calcolítico	482 (1989)	Gauss 251.9.0, p.159.3.0
<b>Xarez 4</b>	<b>povoado “aberto”</b>	<b>Neolítico Antigo</b>	<b>474 (1995)</b>	<b>m 161519.06, p 264389.21</b>
<b>Xarez 12</b>	<b>povoado “aberto”</b>	<b>Neolítico Antigo, Médio (?) e Final</b>	<b>474 (1995)</b>	<b>m 266713.38, p-160986.41</b>
Xarez de Baixo 15	achados dispersos	Pré-História		
Xarez de Baixo 16	achados dispersos	Pré-História	474 (1995)	
Xarez de Baixo 17	achados dispersos	Pré-História	474 (1995)	
Xarez de Baixo 18	achados dispersos	Pré-História	474 (1995)	
Xarez de Baixo 19	achados dispersos	Pré-História	474 (1995)	
Xarez de Baixo 20	achados dispersos	Pré-História	474 (1995)	
Xarez de Baixo 21	achados dispersos	Pré-História	474 (1995)	
Xarez de Baixo 22	achados dispersos	Pré-História	474 (1995)	
Xarez de Baixo 23	achados dispersos	Pré-História	474 (1995)	
Xarez de Baixo 24	achados dispersos	Pré-História	474 (1995)	
Xarez de Baixo 27	achados dispersos	Pré-História	474 (1995)	
Xarez de Baixo 28	achados dispersos	Pré-História	474 (1995)	
Xarez de Baixo 29	achados dispersos	Pré-História	474 (1995)	
Xarez de Baixo 34	achados dispersos	Pré-História	474 (1995)	
Xarez de Baixo 33	achados dispersos	Pré-História	474 (1995)	

## 2.1 Os espaços do povoamento pré-histórico de Reguengos de Monsaraz

A dificuldade de associação de grupos megalíticos a um povoamento correspondente tem suscitado a clássica dicotomia: invisibilidade do espaço dos vivos/visibilidade (e monumentalidade) do espaço dos mortos. A estratégia de exclusão de uma das formas de monumentalização e de exibição espaço-temporal poderá significar que, embora correspondam a diferentes conceptualizações de ocupação do espaço, necrópoles e povoados poderiam ser integráveis numa mesma forma de compreensão da paisagem, em complementaridade interactiva.

O estado incipiente das investigações relativas ao povoamento da área de Reguengos poderá fornecer uma imagem truncada na leitura dos dados disponíveis. A informação actual para o povoamento pré-histórico de Reguengos de Monsaraz é muito diferenciada integrando sítios escavados, sítios amplamente prospectados e sítios identificados sumariamente. Perante a diversidade dos dados disponíveis torna-se necessário procurar estabelecer um modelo de interpretação globalizante que permita efectuar a leitura de uma rede de povoamento, interpretar as eventuais estratégias de povoamento e equacionar vectores diacrónicos das modalidades de ocupação do espaço.

## *Modalidades de implantação física*



FIG. 4 – Castelo do Azinhalinho. Foto VSG.



FIG. 5 – Oro-hidrografia de Castelo do Azinhalinho.



FIG. 6 – Monte Novo dos Albardeiros. Foto VSG.

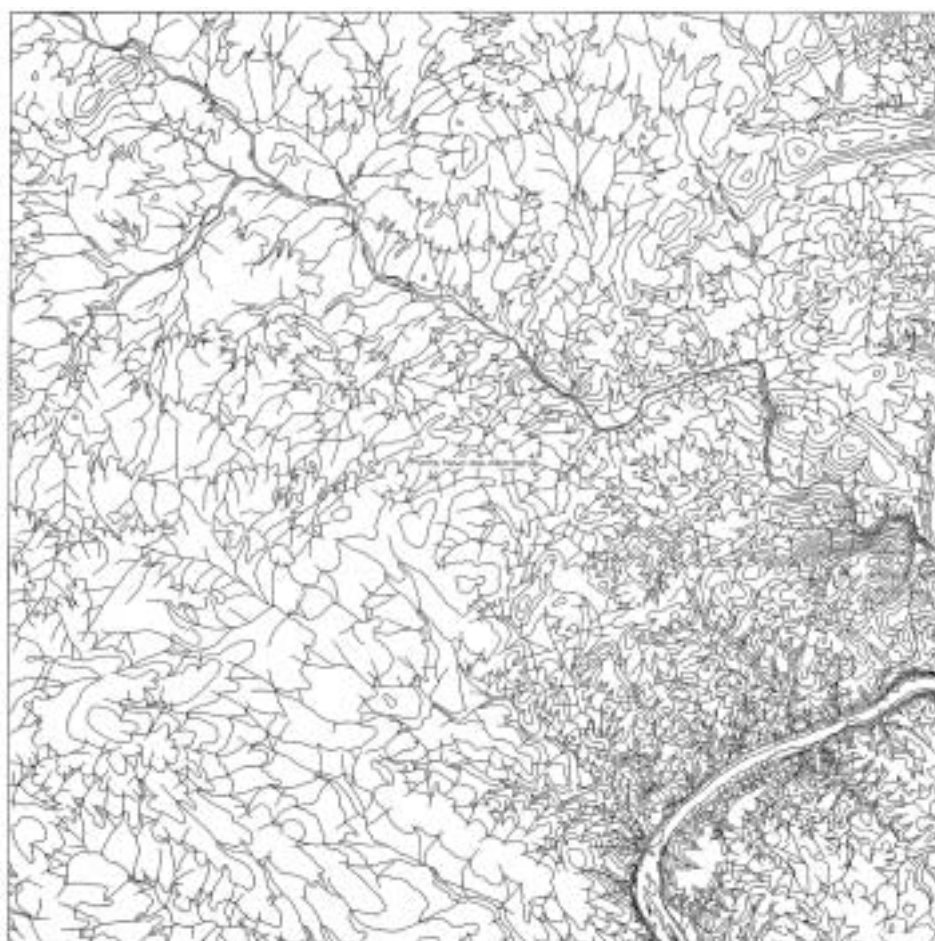


FIG. 7 – Oro-hidrografia de MNAL.

O povoado do Castelo do Azinhalinho foi implantado numa localização relativamente destacada na paisagem, num ponto com a cota aproximada de 200 m. É um esporão alongado (cerca de 300 m), com orientação norte-sudoeste. Este esporão é cortado transversalmente por uma pequena linha de água, hoje virtualmente invisível. A área oeste apresenta actualmente maior número de artefactos à superfície, na proximidade de um grande afloramento granítico com configuração vertical (quase uma torre natural). A aparente concentração artefactual nesta área de topo poderá corresponder a uma possível área estruturada, eventualmente ao núcleo de uma fortificação.

O carácter delimitado desta ocupação poderia traduzir a existência de um dispositivo defensivo definindo o perímetro principalmente ocupado do povoado, embora se deva referir o facto de as vertentes da elevação serem relativamente suaves, não existindo um limite físico condicionando o acesso ao povoado. A cartografia 1:25 000 regista apenas um esporão alongado, sem desníveis, mas a leitura no local e a observação estereoscópica evidenciam a sobrelevação de uma área, o que corresponde muito provavelmente à existência de uma muralha hoje oculta, reforçada eventualmente pelos grandes afloramentos graníticos presentes, o que deveria acrescentar em alguns metros a altimetria média de 200 m. Este ponto dominante é ainda rodeado por outras pequenas elevações (com cota inferior a 200 m) que poderiam ter acentuado a capacidade de defesa do local.

O povoado do Monte Novo dos Albardeiros (Gonçalves, 1988/89, 1989) está implantado sobre uma ligeira elevação sub-retangular (196 m de cota), com um assegurado domínio sobre a paisagem envolvente, “trata-se de algum modo, da última sobrelevação de terreno disponível” em relação à grande planície megalítica de Reguengos de Monsaraz (Gonçalves, 1988/89, p. 49).

Dos três grandes povoados calcolíticos conhecidos, este é o único que se situa na margem direita da Ribeira do Álamo e aquele que se encontra mais próximo do Guadiana.

O povoado Areias 15 implanta-se sobre uma área plana (cota aproximada de 182 m), sem qualquer limite físico saliente para além das barreiras hidrográficas: a Ribeira da Sardinha, que corre na direcção Sudoeste-Nordeste a cerca de 300 m do povoado, e uma pequena linha de água subsidiária da referida Ribeira que corre de Sul para Norte.

A grande extensão de área onde se recolhem artefactos (mais de 1 ha) é apenas pontuada por inúmeros afloramentos de granodioritos (junto aos quais é maior a concentração de artefactos) que poderiam polarizar a ocupação, sendo possível identificar uma leve crista nos limites norte do povoado.

De qualquer forma, a noção de visibilidade não se identifica totalmente com a de defensabilidade, sabendo-se que a defensabilidade exige diferenças consideráveis de altimetria entre o sopé e o topo onde se implantam sítios e que a área de estes, sendo forçosamente restrita, quando fortificada, implica uma aglomeração das cabanas e das estruturas do quotidiano numa área restrita.

Contrastando com a implantação de Areias 15, o povoado Marco dos Albardeiros (Gonçalves, Calado e Rocha, 1992; Soares e Silva, 1992; Gonçalves, 1993) apresenta uma implantação bem destacada na paisagem. Situando-se numa elevação alongada (204 m de cota), apresenta simultaneamente uma visibilidade e uma defensabilidade muito elevadas. Sem estruturas defensivas (pelo que foi entendido na curta campanha de escavação realizada) esta posição contrasta com a do vizinho povoado fortificado do Monte Novo dos Albardeiros.

A modalidade de implantação deste povoado evidencia bem o absurdo de se recorrer a padrões fixos na interpretação da escolha de implantações de povoados pré-históricos, particularmente quando se criou a convicção de os sítios calcolíticos fortificados serem mais



FIG. 8 – Areias 15.

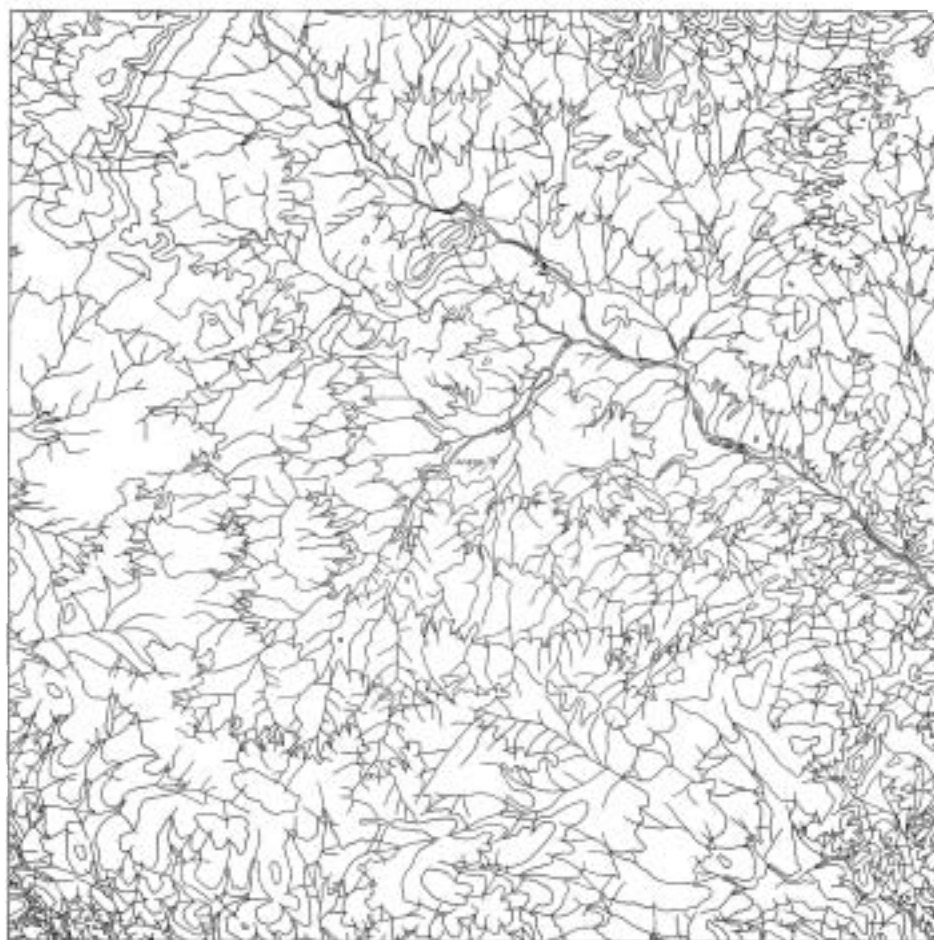


FIG. 9 – Oro-hidrografia de ARS-15.



FIG. 10 – Marco dos Albardeiros.



FIG. 11 – Oro-hidrografia de Marco dos Albardeiros.



salientes na paisagem que os do Neolítico final. Não só em sítios fortificados (como Liceia ou Olelas, na Península de Lisboa), houve uma ocupação do mesmo espaço pré-fortificações, o que implica escolhas idênticas, apenas contrastando pelo adicionar de estruturas positivas. Criou-se assim, nestes lugares, um acréscimo antrópico de visibilidades e defensabilidades naturais.

O povoado Torre do Esporão 3 (TESP3) com semelhanças cronológico-culturais com Marco do Albardeiros e Areias 15, apresenta um domínio visual sobre a planície envolvente, apesar de ter sido implantado sobre um terreno plano (com inclinação sudoeste). No entanto, deveremos salientar o facto restritivo de as transformações antrópicas produzidas aquando da construção da torre medieval e o uso intensivo daquele espaço poderem ter originado terraplanagens que alteraram a morfologia do sítio até limites indetectáveis hoje.

No que se refere a Gorginos 6, sítio com cronologia provável do Neolítico médio, o povoado estende-se por uma área de cerca de 0,5 ha, com achados distribuídos de forma dispersa. O terreno é muito ligeiramente declivoso, cota 186 m, quase sobre a margem esquerda da Ribeira da Sardinha. Esta constitui ainda hoje uma fonte de aprovisionamento em água, correndo até mesmo no Verão, ainda que nessa altura com caudal muito reduzido.

Para o conhecimento das modalidades de ocupação do espaço neolítico de Reguengos de Monsaraz, muito contribuiu a identificação de sítios como Xarez 4 ou Fonte dos Sapateiros e a escavação de Xarez 12, trabalhos recentes (1998, 1999, 2000), que permitiram a redefinição ou afinação de conceitos.

Basicamente, em áreas como a que se estrutura para Poente do *cromlech* do Xarez, a distribuição de pequenos afloramentos na paisagem, com granitos diferentemente erodidos, coincide com recolhas de materiais com tipologias que os aproximam do que hoje se conhece na região para o Neolítico médio e provavelmente antigo. Esta mancha de povoamento tem certamente que ver com a actividade agrícola neolítica, sendo a topografia dos solos favorável, pela ausência de relevo.

### *Áreas de visibilidade/invisibilidade*

A leitura actual de uma paisagem social antiga é fortemente determinada pelas condições de visibilidade da cultura material, denunciando modos de conceptualização da relação natureza/cultura e marcando formas de racionalidade cultural perante o espaço. Não podemos porém utilizar este indicador de forma generalizadora: a consciência (ou a inconsciência) de “ser visível” ou de “ter visibilidade” produz consequências imediatas no tipo de conceptualização da paisagem. O conceito “estratégia de visibilidade” (Criado Boado, 1988) não se aplica uniformemente à globalidade do registo arqueológico, já que depreende a existência de uma escolha deliberada e/ou a presença de atitudes reconhecíveis.

As diversas “estratégias de visibilidade” não são aplicáveis da mesma forma: o significado da visibilidade (ou invisibilidade) de um monumento funerário não é decerto o mesmo que a intencionalidade da visibilidade (ou invisibilidade) de um povoado.

A dualidade de aplicação possível de este conceito não significa que não se trate realmente de dois fenómenos inter-relacionáveis e complementares, mas não é claro que a invisibilidade do espaço dos vivos tenha como consequência lógica a visibilidade do espaço dos mortos e vice-versa, numa clara indefinição entre visibilidade e monumentalidade. Na Península Ibérica, grandes áreas com megalitismo não têm uma correspondente malha de povoamento reconhecida (caso do Noroeste) e grandes povoados não evidenciam a existência de áreas funerárias (Vila Nova de São Pedro ou mesmo Zambujal, por exemplo, em contraste com Alcalar), mas tal não significa que este modelo seja generalizável.

A compreensão do povoamento de uma área como Reguengos de Monsaraz em termos de estratégias de visibilidade poderá fornecer alguns indicadores da correspondência entre a densa mancha megalítica conhecida desde os anos 50 e o povoamento que apenas agora começa a ser identificado.

A imagem de um Alentejo caracterizado sobretudo pelo fenómeno megalítico é certamente derivada do estado das investigações, sendo necessária a prossecução de trabalhos de prospecção em larga escala para compreender da existência (ou inexistência) de uma relação de exclusão visual entre povoados e monumentos megalíticos. De igual forma, apenas uma cronologia bem definida poderá evidenciar falsos entendimentos de continuidades /rupturas na longa faixa cronológica onde o megalitismo se situa.

No que diz respeito aos casos em análise, julgamos ser importante centrar a análise das visibilidades em diversas linhas de leitura.

Assim, a visibilidade de um ponto concreto poderá ser caracterizável de acordo com diferentes níveis de leitura *de* e *para* o sítio:

1. visibilidade circular, abrangendo a generalidade do campo visual;
2. visibilidade sectorial, atingindo apenas sectores do espaço envolvente;
3. visibilidade linear, apenas efectuada numa linha de leitura nomeadamente *de* e *para* sítios (povoados e necrópoles) contemporâneos;
4. e visibilidade pontual em que a percepção só é possível muito perto do sítio (conceitos desenvolvidos para outro contexto em Criado Boado e Vaquero Lastres, 1993).

Esta concepção poderá caracterizar, em primeira análise, o tipo de visibilidade de um ponto concreto, mas é apenas o resultado de uma leitura estática do espaço como entidade física, devendo ser matizada com os possíveis significados dessa paisagem numa cronologia e de acordo com as diversas conceptualizações sociais e mentais das comunidades que as frequentaram. *Visível é aquilo que é reconhecível*, e essa dimensão não é exclusivamente física, decorrendo de uma multiplicidade de critérios que orientam a observação. Para ler as *diversas* paisagens, é preciso reconhecer os possíveis pontos de referência coevos (outros povoados, antas e menires, acidentes naturais, marcas percíveis na paisagem, áreas exploradas economicamente) e ainda as áreas mais frequentadas.

A aplicação de escalas de observação poderá igualmente aferir as modalidades de visibilidade. A possível visibilidade de pessoas ou animais, estruturas edificadas ou apenas contornos do relevo possibilita a hierarquização de diversos níveis de domínio da paisagem. Em termos de campos de observação humana, foram efectuados estudos de percepção visual aplicados no mundo contemporâneo ao combate de Infantaria sem auxiliares de visão.

- curta distância: até 500 m são reconhecíveis homens e animais
- média distância: entre 500 m e 1000 m apenas são perceptíveis estruturas
- longa distância: a partir dessa distância (1000 m) são vistos com nitidez os contornos do relevo e grandes estruturas, bem como áreas cultivadas/florestadas

Este escalonamento é aplicado às áreas vistas, mas poderão ter existido elementos que as alterassem no que se refere ao reconhecimento de um ponto concreto: a colocação de sinais (signos, menires, os sinais de fumo das estruturas de combustão, por exemplo) que suprissem os ruídos de leitura e orientassem a visão, realidade amplamente evidenciada etno-arqueologicamente.





FIG. 12 – TESP<sub>3</sub>.

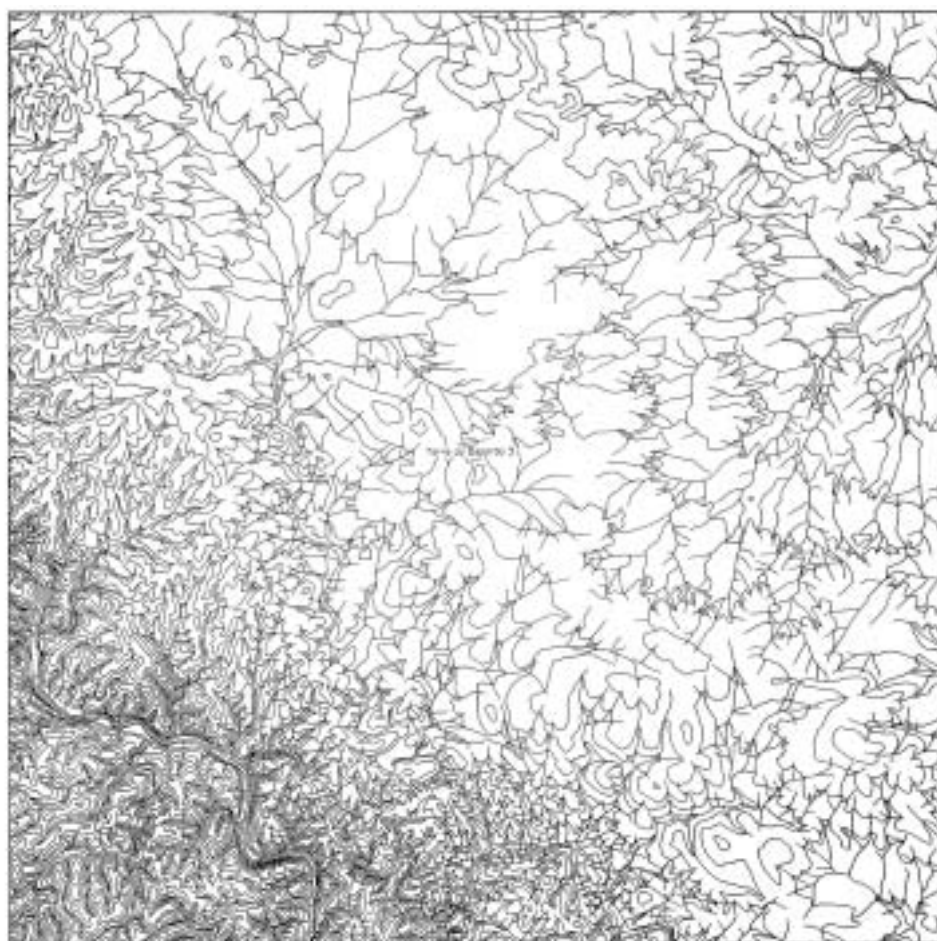


FIG. 13 – Oro-hidrografia de TESP<sub>3</sub>.

0 1km

As escalas de observação revelam-se um útil instrumento na análise de povoados, podendo fornecer indicadores de leitura para a identificação de áreas de controlo directo e de possível defensabilidade a partir do povoado; para a leitura da área de captação de recursos, para compreender a relação inter-povoados ou povoados-monumentos megalíticos.

Para além dos limites da observação humana, outras são as condicionantes da aplicação de visibilidades. O total desconhecimento do coberto vegetal que então envolveria a área em análise é a condicionante que mais dificulta a leitura das “visibilidades passadas”, podendo criar um maior número de áreas invisíveis onde hoje a peneplanície despida de vegetação amplia a visibilidade topográfica. Outro elemento perturbador de uma visão estática da visibilidade seriam naturalmente as próprias condições atmosféricas e estacionais.

Analisemos questões concretas, o caso do Castelo do Azinhalinho por exemplo.

O Castelo do Azinhalinho foi implantado num ponto com elevado nível de visibilidade para a área envolvente. Esta implantação corresponde a uma visibilidade claramente circular, que abrange todos os quadrantes do campo visual. Apesar desta abrangência, existem vários espaços invisíveis (como vemos na leitura digitalizada da topografia da zona), mas como se encontram rodeados por área vistas podem ser considerados como zonas potencialmente domináveis a partir do Castelo do Azinhalinho.

Muito embora esteja cartografado como uma elevação alongada uniforme (quase com 500 m de comprimento), a observação no local e a leitura de fotografias estereoscópicas evidenciam a existência de uma área mais sobreelevada, rodeada por pequenas elevações, que poderiam ter aumentado a defensabilidade do povoado. A existência de um grande afloramento vertical, central à presumida área de ocupação, poderia ter aumentado o grau de visibilidade deste povoado, funcionando o afloramento quase como uma torre vertical. Junto a esse afloramento (zona Oeste), foram recolhidos muitos artefactos e é também na sua proximidade que se encontra o maior troço da presumida muralha.

A visibilidade *para* o povoado do Castelo do Azinhalinho é igualmente elevada, mas se considerarmos que a actual vegetação teria um porte consideravelmente diverso (Ribeiro, 1991; Gonçalves, 1989) as nossas observações tem um grau limitado de aplicabilidade. De igual forma, a componente climática poderá ter fornecido um carácter inconstante aos níveis de visibilidade, sobretudo no que diz respeito a visibilidade de longa distância.

A intervisibilidade com os povoados conhecidos para esta área é bastante elevada. São visíveis os povoados que se encontram na margem esquerda da Ribeira do Álamo: Monte Novo dos Albardeiros, Marco dos Albardeiros, Barrisqueira, Perdigões e até mesmo o próprio sítio Areias 15.

A aplicação das referidas escalas de observação a estes níveis de intervisibilidade (ver cortes topográficos) evidencia o facto de os referidos sítios apenas serem vistos como formas de relevo, sem ser possível o reconhecimento visual de estruturas edificadas (o que é válido até mesmo para o povoado fortificado do Monte Novo dos Albardeiros), pois se encontram maioritariamente a 4 km de distância. Esta situação apenas se alteraria se algum tipo de reconhecimento indirecto estivesse envolvido, como seria o caso de áreas de combustão fumegando. A compreensão aferida do significado da intervisibilidade dos povoados só poderá ser realizada numa abrangência de todas as marcas da paisagem: povoados, mas também antas e menires, poderão ter funcionado como uma teia de significados que conduz os níveis de intervisibilidade. O desconhecimento do tipo de significado que poderão ter acidentes naturais como cursos de água ou elevações diminui a nossa capacidade de compreensão.

O grau de exposição do povoado Areias 15 tornaria qualquer pretensão defensiva inviável, já que se trata de um sítio ocupado em extensão. A visibilidade da área envolvente para o sítio é extremamente reduzida (tornando tarefa difícil a sua identificação). Trata-se hoje



FIG. 14 – Perdigões.

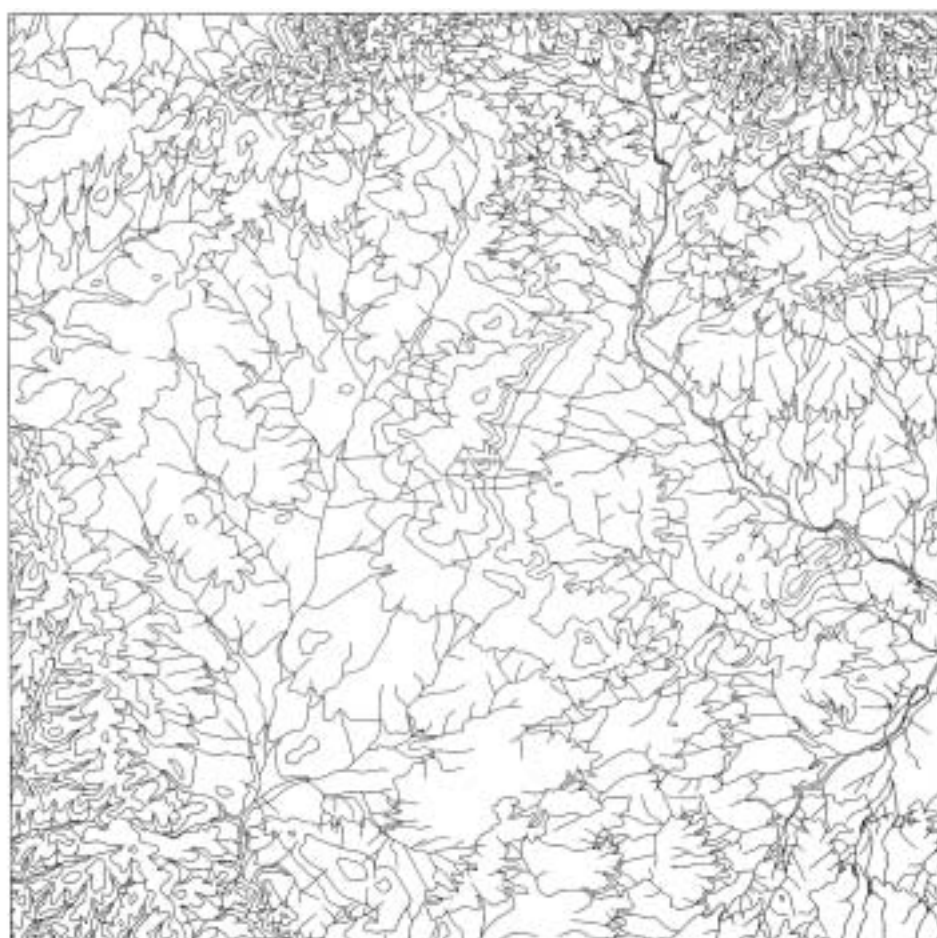


FIG. 15 – Oro-hidrografia de Perdigões.

0 1 km

de uma área cultivada com reduzida cobertura vegetal que decerto acentuou o grau de (in)visibilidade na altura da ocupação do povoado.

A visibilidade e controlo das áreas envolventes a partir do povoado seria impossível a partir dos seus lados sul, este, oeste, mas o lado norte, consubstanciado por uma leve crista de afloramentos graníticos, poderia oferecer algum tipo de visibilidade para a área Norte, nomeadamente para a área de Monsaraz, sendo visível o próprio sítio do Castelo do Azinhalinho e a área da Ribeira do Álamo. O efeito de planície limita muito, porém, o reconhecimento de áreas precisas. A observação de fotografias aéreas do voo de 1958 revela que esta área teria uma cobertura vegetal muito diferente da actual (onde predominam as culturas de sequeiro). A existência generalizada de árvores de pequeno porte aumentaria ainda mais o grau de invisibilidade *de e para* este sítio.

Provavelmente, Areias 15 teria uma visibilidade meramente pontual, ou seja, apenas seria visível de muito perto. Apesar disso, podemos considerar que a paisagem onde se implanta este povoado seria fortemente ocupada: monumentos megalíticos de várias cronologias, menires, uma área de exploração agrícola propícia (entre dois importantes cursos de água), actualmente um dos poucos pontos de transposição da Ribeira da Sardinha (que provavelmente teria um caudal mais considerável no IV milénio a.C.). Estes factores poderiam alterar a imagem actual de área invisível aos nossos olhos, porque poderiam constituir referências.

A observação (actual) do povoado para as antas identificadas revela que muito dificilmente estas seriam visíveis. Os povoados que poderiam ser contemporâneos de Areias 15 não são visíveis a partir deste ponto: Marco dos Albardeiros, Torre do Esporão 3 e Areias 15 não oferecem algum tipo de intervisibilidade.

Assim, e no que se refere a defensabilidade e visibilidade, encontramos três soluções bem diferenciadas para os povoados com conteúdos artefactuais similares, semelhante morfologia de implantação e atribuíveis ao Neolítico final.

Os povoados considerados calcolíticos apresentam um elevado grau de visibilidade e controlo das áreas circundantes, com uma visibilidade de tipo circular, embora a escolha do local exacto possa ter sido determinada por outros factores que não necessariamente a defensabilidade.

Em 1988-89, escrevia-se sobre o Monte Novo dos Albardeiros: “A área arqueológica encontra-se sobre uma muito ligeira elevação de terreno, subrectangular, que domina a planície que se estende até à Serra das Pedras e Monsaraz. Trata-se, de algum modo, da última sobreelevação de terreno disponível, pelo que a sua ocupação e fortificação se compreende perfeitamente dentro da lógica comum à estratégia de povoamento da segunda metade do terceiro milénio, no Sul de Portugal.” (p. 49).

Dos povoados que referimos, Marco dos Albardeiros é o que apresenta um maior raio de visibilidades e intervisibilidades, se o considerarmos na específica teia de tempo a que pertence.

Afinal, o ser visto e reconhecido não parece traduzir-se em esquemas simples de ocupação do espaço: as duas grandes marcas na paisagem de Reguengos de Monsaraz aparentemente não apresentam indícios de ocupação no Neolítico e Calcolítico. Com efeito, na Serra das Pedras ainda não foram identificados, até ao momento, vestígios seguros de povoamento. Também em Monsaraz não se identificou traços de um povoado que estivesse relacionado com as necrópoles envolventes, particularmente com o complexo do Olival da Pega, apesar da recolha de machados de pedra polida aquando das obras de recuperação da casa da paróquia, facto presenciado por um de nós (VSG).

A estruturação da territorialidade no Calcolítico de Reguengos de Monsaraz passa por uma análise do posicionamento relativo dos três povoados calcolíticos que presumivelmente

exerceriam um papel estruturante no povoamento da área e a primeira das observações possíveis poderia ser a de que na área em frente ao povoado dos Perdigões se verifica a prática inexistência de necrópoles. Este facto poderia resultar do próprio crescimento da actual Reguengos (o que parece pouco provável) ou derivar de uma desconhecida demarcação de espaços?

De todos os sítios referidos, apenas o Castelo do Azinhalinho é acompanhado por consistente mancha de megalitismo, uma vez que a pequena anta do Monte Novo dos Albardeiros mais facilmente seria conectável a fases mais antigas, não oferecendo aliás capacidade para o número de enterramentos mínimo necessário para uma área de ocupação de dimensão média.

A análise da conjugação das áreas de influência dos três grandes povoados conhecidos continua a viabilizar a interpretação avançada por um de nós (VSG) em 1992 sobre o papel simbólico da Ribeira do Álamo a nível da delimitação de territórios.

### *Vias de comunicação*

Em Reguengos de Monsaraz, a proximidade com específicas vias naturais de passagem não parece constituir um carácter polarizador do povoamento. Com efeito, a configuração do relevo em toda a área, praticamente plana, tornaria bastante fácil a circulação inter-regional, não existindo uma só, mas múltiplas vias de comunicação. Deve salientar-se, no entanto, o facto de a mancha de povoamento conhecido corresponder à área propícia para uma circulação fácil: peneplanície com relevo pouco agitado, atravessada por diversos cursos de água de pequena dimensão. E, como já vimos, *os limites físicos deste espaço onde a circulação seria mais difícil, não apresentam até ao momento um número significativo de sítios de carácter funerário. Neste contexto, as antas do Xarez e Piornal, por exemplo, parecem constituir a verdadeira fronteira oriental do megalitismo de Reguengos.*

Também os contactos inter-regionais este-oeste (com a área de Évora/Montemor e Península de Lisboa) seriam relativamente fáceis (Gonçalves, 1995), assim como os contactos para o interior (Este), sendo eles também indiciados pelas similitudes e trocas inter-regionais de artefactos simbólicos ou mesmo de soluções habitacionais e funerárias.

### *A morfologia da área ocupada*

Difícil é falar sobre a estruturação dos povoados quando à nossa equipa não foi ainda possível proceder a trabalhos sistemáticos em sítios-chave da Pré-história de Reguengos de Monsaraz. Em alguns deles apenas foi possível realizar curtas campanhas de escavação, é o caso do povoado de Areias 15 recentemente publicado (Gonçalves e Sousa, 1997), Marco dos Albardeiros, Monte Novo dos Albardeiros (Gonçalves, 1988-89, no prelo), Torre do Esporão 3 (Gonçalves, 1990, 1995, no prelo). É possível argumentar que ainda assim a área de Reguengos de Monsaraz já reúne um número de informação significativo, mas saber pouco de muitos sítios não leva a respostas conclusivas.

Os recentes trabalhos permitidos pela minimização de impactes derivados da construção da barragem de Alqueva podem, porém, alterar substancialmente esta situação através da escavação de sítios como Xarez 12, Fonte dos Sapateiros ou Xarez 4.

A leitura das modalidades de ocupação de um povoado através de dados de superfície é sempre uma tarefa difícil. Para a maior parte dos casos em estudo, apenas podemos contar com esta perspectiva “superficial”. A confrontação de essas leituras com as evidências proporcionadas pela escavação arqueológica mostra bem a sua fragilidade. Assim se enquadram os resultados da escavação preliminar em Areias 15 e as escavações programadas para o Alqueva.

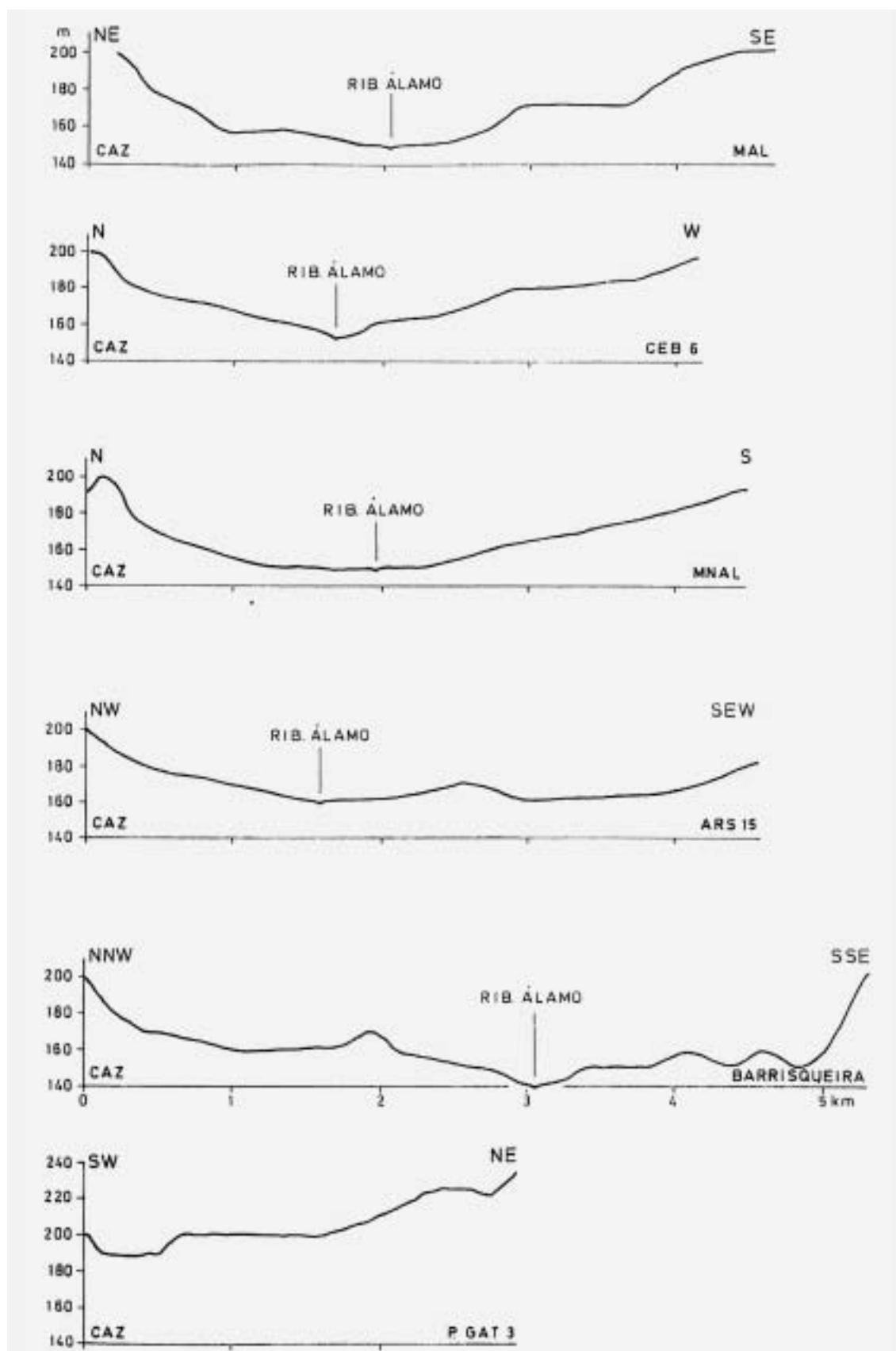


FIG. 16 – Intervisibilidades dos principais povoados de Reguengos.

No que se refere aos sítios apenas identificados por trabalhos de prospecção, dever-se-á referir que os modelos de impactos pós-deposicionais baseados em comparações etnoarqueológicas e de arqueologia experimental não são muito esclarecedores, sendo necessário considerar as características regionais (ambiente, clima, natureza da actividade agrícola, microtopografia, solos). Genericamente, aceita-se que em ambientes secos e solos leves as movimentações dos artefactos são menores que em zonas húmidas e com solos mais pesados. Tratando-se de áreas agricultadas (durante quanto tempo? de que forma? com que intensidade?) será plausível considerarmos prováveis afastamentos laterais dos artefactos, sobretudo em locais como Areias 15, em que eles surgem distribuídos por uma extensa plataforma, sem outros limites que os afloramentos graníticos. Por outro lado, as amostras de artefactos recolhidos raramente são quantitativamente representativas da realidade subjacente, mesmo que possam ser eventualmente significativas das proporções relativas dos vários tipos de artefactos.

Apesar dos limites enunciados, podemos vislumbrar várias morfologias de estruturação dos povoados nos vários patamares cronológico-culturais considerados.

Para o Calcolítico, podemos identificar várias estratégias, traduzindo normalmente uma comum preocupação de defensabilidade, de concentração do povoado e de compressão da área defendida.

O povoado do Castelo do Azinhalinho apresenta-se como um ponto destacado na paisagem, evidenciando uma área de ocupação ampla, mas a presença de vários afloramentos graníticos poderá ter reforçado a defensabilidade do povoado.

Atribuindo a este povoado uma área de ocupação bem definida, o tipo de estruturas associadas poderia ser de índole defensivo. A leitura propiciada por uma fotografia aérea de 1958 (voo 5605, escala 1/6000) parece evidenciar uma linha com um contorno oval que poderia corresponder à referida “muralha”. Esta linha oval envolve uma área com cerca de 100 m de comprimento e 50 m de largura e é uma parte restrita de todo o esporão, que se apresenta cartografado como uma realidade uniforme, mas que envolve desníveis consideráveis, estando cortado por uma linha de água. Sendo estas dimensões aparentemente excessivas em relação ao que se conhece para os povoados fortificados do sul de Portugal, apenas escavações poderão clarificar a natureza desta provável estrutura defensiva.

Na área de Reguengos de Monsaraz, e numa faixa cronológica comum, apenas é conhecido um povoado com as prováveis características formais do Castelo do Azinhalinho: o povoado fortificado do Monte Novo dos Albardeiros (Gonçalves, 1988-89) que aparentemente seria de menor dimensão. Mas existem diferenças substantivas nos conteúdos artefactuais.

Também não deixa de ser de grande interesse a comparação entre os dispositivos defensivos, ou de protecção de perímetro ocupado, do Monte Novo dos Albardeiros e dos Perdigões. Com efeito, trata-se das duas grandes técnicas de delimitação do espaço, bem diversas,

1. construção de muralhas de pedra, estruturas “positivas”;
2. escavação de fossos, estruturas “negativas”.

Ainda que aparentemente sejam dois processos radicalmente distintos de encarar uma única situação, a de proteger um recinto habitado, esta diferenciação não corresponde forçosamente a dimensões distintas do espaço protegido. Santa Vitória é uma área muito pequena comparada com Perdigões, e ambas são sítios “defendidos” por fossos. Santa Justa define um espaço curto comparado com Zambujal. Vila Nova de S. Pedro e Liceia não são muito grandes, e todos eles são espaços fortificados. Mas, claro, convinha saber exac-

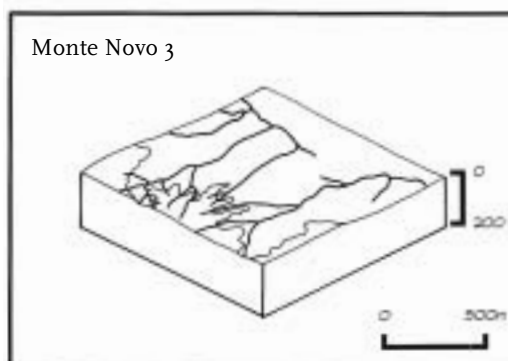
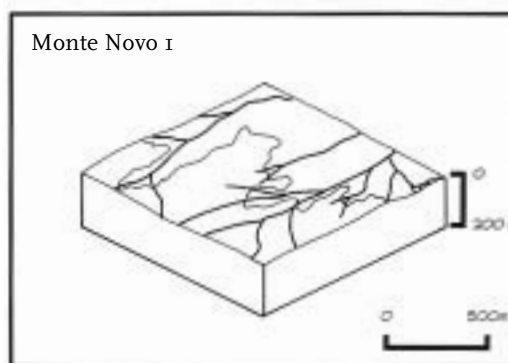
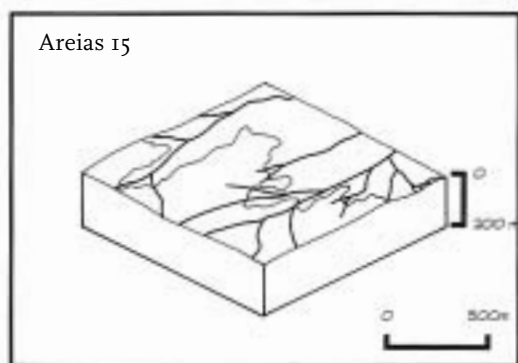
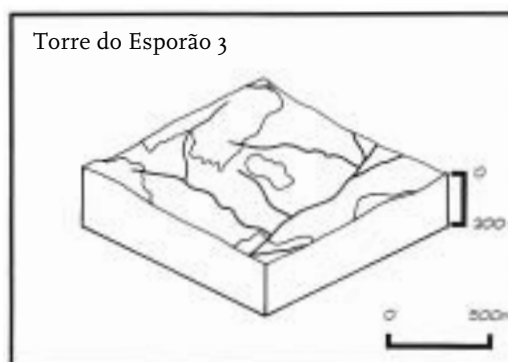
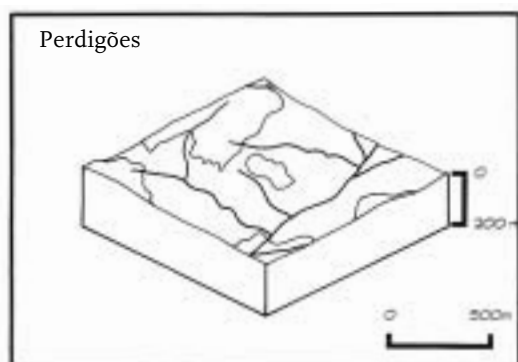


FIG. 17 – Blocos diagrama dos povoados dos Perdigões, Areias 15, Castelo do Azinhalinho.

Fig. 18 – Blocos diagrama dos povoados da Torre do Esporão 3, Monte Novo 1, Monte Novo 3.

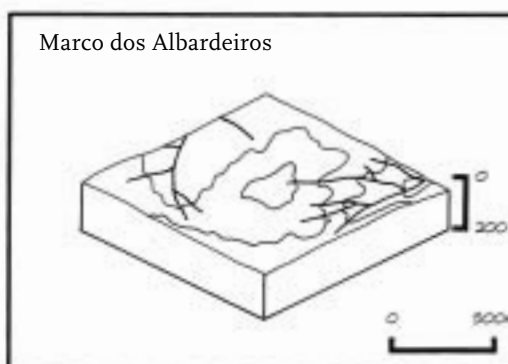


Fig. 19 – Blocos diagrama dos povoados do Monte Novo dos Albardeiros e Marco dos Albardeiros.



tamente se as áreas protegidas de que falamos o são por uma, duas, três ou mesmo quatro linhas de muralhas. Se às três linhas conhecidas para Vila Nova de S. Pedro se juntar uma quarta, como aconteceu no Zambujal, as áreas ocupadas sofreriam dramáticas ampliações.

Esta é uma área do maior interesse em termos de História comparada e a ela um de nós voltará em breve.

Para além destes grandes povoados calcolíticos foram ainda identificadas outras situações que correspondem provavelmente a momentos anteriores, ao Neolítico Final ou mesmo ao “Médio”.

As sondagens realizadas no Marco dos Albardeiros permitem-nos concluir da dispersão do povoado. Na verdade, apesar de evidenciar abundantes materiais arqueológicos na sua superfície, foi necessário proceder à abertura de várias sondagens para a identificação de contextos preservados. Esta realidade poderá ter sido ampliada por uma lavra profunda que trouxe à superfície tão elevado número de materiais.

Foi identificada uma fossa circular escavada no solo granítico, revestida com argila. No seu interior, foi recolhido um significativo conjunto de materiais arqueológicos. Quer a morfologia da fossa quer o seu conteúdo apresentam uma grande familiaridade com a realidade de Torre do Esporão 3.



FIG. 20 – Estruturas de MNAL (Gonçalves, 1988-89).

Em TESP<sub>3</sub> foram realizadas duas campanhas de escavação, parcialmente publicadas (Gonçalves, 1990, 1995) e foi obtida uma datação absoluta. Nestes trabalhos foram identificados dois prováveis fundos de cabana de secção sub-circular (Gonçalves, 1995), mas a estrutura com maior número de informação é a fossa K8/K9, “depressão escavada sobre e no solo granítico deteriorado. O aspecto circular da fossa foi evidenciado pelas escavação por decapagem controlada, tendo sido inicialmente detectada pela acumulação de grandes blocos de “barro de cabanas” de forma a impermeabilizar o interior” (Gonçalves, 1995, p. 87).

Tendo sido efectuada prospecção em linha na área provável de Areias 15, verifica-se que os materiais arqueológicos se encontram dispersos por vários hectares. Surgem materiais arqueológicos não só no espaço designado por Areias 15, mas também nas imediações das 14 antas identificadas na Herdade das Areias, particularmente as antas 2, 3 e 4.

A morfologia da dispersão artefactual parece indicar a existência de pólos de concentração próximos de afloramentos graníticos. Areias 15 apresenta-se assim como um povoado aberto, sem limites físicos visíveis actualmente, muito embora estes possam ser substanciados através de uma crista de afloramentos na área norte do povoado, pois abaixo desta já não são recolhidos quaisquer artefactos. Esta imagem imediata de um extenso povoado poderá ser uma ilusão de óptica, provocada pelos continuados trabalhos de lavoura.

Poderemos assim concluir da provável extensão do povoado e do carácter precário das estruturas que eventualmente lhe estariam associadas. Esta dispersão do povoado poderá inserir vários momentos de utilização numa ocupação horizontal que resultam de impossível leitura a partir dos dados de superfície.

Em Areias 15, nenhuma estrutura particularmente significativa foi identificada durante os trabalhos de escavação. No entanto, a concentração dos artefactos de pedra polida (machados) e afeiçãoada (dormentes e moventes, alguns dos primeiros de grande dimensão e robustez) à superfície da área objecto da Sondagem 1 pode levar a crer estarmos perante uma área de actividade. Com efeito, enquanto a cerâmica e os pesos de tear se encontram dispersos por toda a área prospectada, tal como os percutores, a maior parte da pedra polida recolhida em Areias 15 provém de esta área restrita.

O facto de a maior parte dos materiais de superfície terem sido recolhidos em torno a um afloramento granítico circular e oco torna prioritária a tentativa de averiguar em futura campanha se esse afloramento desempenhou um papel específico, polarizando a organização do espaço e influenciando a localização das estruturas do quotidiano.

Areias 16, um núcleo de *habitat* sobre a Ribeira da Sardinha, a cerca de 300 m de Areias 15, apenas revelou fragmentos de argila de revestimento de cabanas.

Os povoados abertos de área extensa identificados para a área de Reguengos, como TESP<sub>3</sub> (Gonçalves, 1990-91) ou Marco dos Albardeiros (Gonçalves, 1996) apresentam-se com implantações na paisagem diferenciadas de Areias 15 (ambos possuem um elevado grau de visibilidade e controlo do espaço envolvente), alguma similitude no seu conteúdo artefactual e com estruturas tipo fossa que podemos talvez balizar cronologicamente na segunda metade do IV milénio a.C.

Considerando os sítios de Reguengos integráveis na segunda metade do IV milénio e primeira metade do III, torna-se clara a existência de dois tipos de sítio, de acordo com a aparente imagem fornecida por uma observação empírica da superfície:

1. sítios arqueológicos com muitos artefactos recolhidos à superfície, tal como Castelo do Azinhalinho, Areias 15, Marco dos Albardeiros, Monte Novo 1 e Monte Novo 3, Monte dos Perdigões e Vale Castelo. Independentemente da morfologia da ocupação,

estes sítios revelam abundância (e diversidade) de artefactos, correspondendo tanto a uma ocupação extensa de uma área consideravelmente alargada (TESP<sub>3</sub>, Marco dos Albardeiros, Areias 15, Monte dos Perdigões, por exemplo) ou a uma área mais limitada, mas intensamente ocupada (Castelo do Azinhalinho e Monte Novo dos Albardeiros, por exemplo);

2. sítios arqueológicos com reduzido número de artefactos recolhidos à superfície, correspondendo maioritariamente a utensilagem lítica, tal como sucede no Monte da Ribeira, Carapetal, Monte do Vale, Horta do Palha e Monte Arriba e com insuficiente informação para uma correcta caracterização cronológica e cultural.

Esta divisão reflecte-se na organização do apêndice: sítios com suficiente informação organizados cronologicamente (Neolítico Antigo/Médio; Neolítico Final/Calcolítico) e “Sítios com informação insuficiente para uma caracterização cronológico-cultural, ainda que indiscutivelmente pré-históricos”.

Esta divisão empírica é, como já vimos, susceptível de ser aferida após escavação. Ainda assim, deve mais uma vez salientar-se a grande dimensão do Complexo dos Perdigões face à generalidade dos sítios contemporâneos.

A compreensão da desigual concentração artefactual e de dimensão dos sítios arqueológicos só pode ser efectuada integrando hipóteses de mobilidade-permanência destas comunidades e os eventuais processos de abandono-continuidade de ocupação, reutilização, uso episódico (Kent, 1993). Parece clara a coexistência de sítios com longas e extensas ocupações e outros que dificilmente deixam marcas no registo arqueológico: “Agro-pastoralist, especially often combine permanent residences with daily mobility and season, long distance-transhumance” (Binford, 1993, p. 62).

## 2.2. *Que estratégias de exploração (económica) do espaço?*

A leitura dos recursos potencialmente disponíveis à exploração de um povoado estável, habitado por comunidades agro-pastoris, é sempre uma tarefa difícil, sendo necessário moderar as interpretações economicistas por outras imagens que a etnografia e o bom senso nos vão fornecendo.

Se a delimitação de áreas de captação baseada em cânones rígidos não oferece qualquer validade por si só, é certa a necessidade de “ler geograficamente” (Gonçalves, 1993) a realidade, cartografando as possíveis áreas de exploração de recursos e associando-as ao povoamento coevo, bem como a outros fenómenos estruturantes (como os monumentos megalíticos), que pudessem ter polarizado a ocupação do espaço. A leitura num raio de 5 km ou a definição de áreas de deslocação de duas horas resultam igualmente desajustados, até porque partem do pressuposto que a exploração do território seria efectuada em modelos radiais, quando “il paraît moins probable que celui qui ferait référence à de larges bandes parallèles ou trapézoïdales étirées depuis les vallées jusqu’aux points culminants des reliefs d’un même versant” (Guilaine, 1991, p. 45).

A utilização “clássica” de uma delimitação de um território teórico com um raio de 5 km resulta aqui apenas num dispositivo de análise da área envolvente, não pretendendo naturalmente revestir-se de valor interpretativo. A leitura deste espaço deve ser confrontada com a evidência arqueológica disponível de âmbito artefactual, interpretada de acordo com as estratégias de povoamento identificadas para a área e com as prováveis modalidades de exploração associáveis a esta cronologia.

## Hidrografia

A facilidade de obtenção de água para consumo é usualmente considerado o factor mais determinante na escolha do local de implantação de um povoado pré-histórico. A importância deste recurso é variável, de acordo com a cronologia, topografia e regime hídrico. Para a área de Reguengos de Monsaraz, desconhecemos as reais dimensões dos cursos de água hoje identificáveis. O conhecido processo de desertificação do Alentejo decerto modificou o regime hídrico dos pequenos ribeiros (Álamo, Sardinha) e dos grandes cursos de água (Guadiana) e até mesmo das linhas de água. A observação de fotografias aéreas do voo de 1958 pode evidenciar a maior intensidade de pequenas linhas de água, hoje praticamente invisíveis. Só uma imagem aferida da hidrografia da zona poderia proporcionar uma leitura eficaz, equacionando o carácter sazonal de muitos dos cursos de água do Alentejo. Também a presença de poços e nascentes poderia ter algum significado na estratégia de exploração económica da área.

A relação entre um povoado e a água pode ser de proximidade (relativa ou imediata) ou na intersecção de dois cursos de água, possibilitando o acesso a uma maior quantidade de água para o gado e agricultura. É o que sucede em Areias 15, que se encontra implantado numa área bem irrigada, no cruzamento da Ribeira da Sardinha (de que dista apenas 200 m) e da Ribeira do Álamo (de que dista mais de 1 km), tendo ainda na sua proximidade um conjunto de pequenas linhas de água. Actualmente, o povoado Areias 15 encontra-se junto a uma das áreas de passagem da Ribeira do Álamo (sendo certo que no passado este curso de água teve um maior caudal), factor que poderia ter desempenhado alguma relevância na escolha do lugar de *habitat*. Os cursos de água, mesmo os de menores dimensões, funcionaram simultaneamente como via de comunicação e limite e as áreas de passagem têm historicamente um papel fundamental. A invisibilidade efectiva deste tipo de zonas situadas em áreas deprimidas é de facto uma visibilidade de significado por ser uma área de trânsito humano e animal (pastorícia).

Também devemos considerar o papel que actuais pequenos cursos de água, como a Ribeira da Quinta e o Ribeiro da Santa, desempenharam para o consumo interno do povoado e para fins agrícolas e pastoris.

De acordo com a imagem actual, podemos identificar dois tipos de sítios arqueológicos quanto ao grau de proximidade/distância da água:

1. povoados situados a menos de 1 km de cursos de água relativamente importantes: Monte da Ribeira (250 m da Ribeira do Surdo e 1 km da Ribeira do Cortiço), Monte dos Perdigões (300 m da Ribeira das Fontainhas), Carapetal (200 m da Ribeira da Caridade), Monte Vale (300 m do Ribeiro das Fontainhas 9, Gorginos 6 (100 m da Ribeira da Sardinha), Pipas (500 m da margem direita da Ribeira do Álamo), Areias 15 (100 m da Ribeira da Sardinha);
2. povoados situados a mais de 1 km de cursos de água importantes, mas perto de linhas de água que actualmente irrigam a área: Vale Castelo (Degebe, Álamo), TESP<sub>3</sub> (Degebe, Álamo), Monte Arriba (Degebe, Álamo), Monte Novo 1 e 3 (Degebe, Álamo), Cebolinhos 6 (Ribeira da Sardinha), Monte Novo dos Albardeiros (Guadiana e Ribeira do Álamo), Marco dos Albardeiros (Guadiana e Ribeira do Álamo), Barrisqueira (Ribeira do Álamo) e Castelo do Azinhalinho (Ribeira do Álamo, Quinta e Santa).

Esta aparente distância de cursos de água poderá ser apenas o reflexo de uma imagem actual, que não considera as possíveis alterações da dimensão de pequenas linhas de água

e a possibilidade de existência de nascentes e poços. O regime (actual) dos cursos de água do Sul é fortemente acentuado pelos níveis de precipitação e pelas temperaturas médias, tornando a corrente praticamente inexistente em algumas das ribeiras atrás referidas (até mesmo em alguns troços do Guadiana...): “no Sul o aspecto mais marcante do regime é a duração prolongada da severa estiagem, que transforma durante meses os leitos em caminhos pedregosos, muitas vezes desprovidos de qualquer escoamento superficial” (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1987, p. 492).

O curso do Guadiana na actual “fronteira” de Reguengos de Monsaraz revelou uma ocupação antiga particularmente densa junto ao Rio e em áreas mais interiores, como por exemplo a baixa definida a ocidente do *cromlech* do Xarez. Essa situação, que permanecia desconhecida até recentes trabalhos de prospecção, traduz-se numa extensa série de “pontos no mapa”, cuja confirmação só poderá naturalmente ser feita após sondagens arqueológicas. Mas a evidência é a tal ponto clara que se não pode negar agora a existência de um tipo de povoamento pré-calcolítico totalmente distinto do conjunto de situações previamente conhecido.

Um pouco mais a Sul, junto a Pedrógão do Alentejo, a curva do rio da Sala n.º 1 a S. Lourenço e ao Outeiro das Sepulturas evidencia uma realidade muito mais rica e complexa, mas aqui a informação disponível refere-se às duas margens, enquanto para Reguengos de Monsaraz a informação sobre a margem esquerda é singularmente limitada, praticamente reduzida ao povoado fortificado do Porto das Carretas (e, a nível funerário, à Anta da Fábrica da Celulose).

### *Solos*

A análise da cartografia de capacidade de uso dos solos poderá fornecer alguns indicadores para a reconstituição de uma possível exploração económica, aqui definida teoricamente através de uma delimitação artificial com um raio de 5 km em redor dos dois sítios arqueológicos. Não podemos porém esquecer o desajuste entre a actual imagem dos solos e o longo processo de transformação que estes milénios efectuaram. Apenas a reconstituição do devir histórico da paisagem agrária poderá aferir a imagem que hoje possuímos: isto refere-se tanto às transformações e permanências da tecnologia disponível como às próprias espécies (agrícolas e pastoris) produzidas que podem ter alterado significativamente o regime de ocupação do solo agrícola. Apesar de tudo, podemos considerar que as áreas do Alentejo Interior não sofreram alterações radicais como o que decerto sucedeu em outros pontos do actual território português.

A dificuldade em conferir uma dimensão temporal a uma realidade espacial envolve outros precauções metodológicas para além da necessidade de reconstituição paleoambiental: aferir as perspectivas contemporâneas de produtividade com as passadas necessidades económicas e capacidades tecnológicas.

De igual forma se deverá compreender a paisagem agrária na sua especificidade local, como consequência de características físicas, do tipo de produção e tecnologia: “cultivation systems are an aspect of local ecology, dependent on local population levels and the productivity of the local environment; but the crops and their uses are often an aspect of the setting of an area within a wider diffusion system of continental proportions” (Sheratt, 1995).

A evidência arqueológica revela-se pouco conclusiva tanto a nível artefactual como no que se refere à compreensão da morfologia das áreas agricultáveis e às possíveis estruturas relacionadas com a pastorícia.

Os dados disponíveis não possibilitam a reconstituição das modalidades de ocupação dos solos envolventes (relativos a explorações agro-pastoris e a actividades de recollecção), sendo extremamente difícil identificar não somente os povoados (com maior ou menor grau de permanência) mas também os sítios de passagem que se relacionavam com uma utilização dos solos envolventes. O conhecimento da disposição do terreno cultivado em relação a outras formas de ocupação do solos (pastagens, povoados, caminhos) é de muito difícil percepção, impedindo uma real compreensão dos processos de construção de uma paisagem humana nas comunidades camponesas do IV e III milénios. Esta utilização deve ser compreendida numa inter-relação das dinâmicas da pastorícia e agricultura, processos fortemente interligados.

Presumivelmente, uma agricultura que desconhecia o arado usaria preferencialmente terrenos leves, bem drenados e fáceis de trabalhar num regime de rotações longas (Guilaine, 1991). A introdução do arado proporcionaria uma utilização agrícola de outro tipo de solos, correspondendo a uma substancial alteração da economia agrícola: “marking the use of a larger proportion of the landscape and aiding the shift from initial, restrictes systems of farming (“horticulture”) to more extensive (agriculture)” (Sherratt, 1995, p. 68).

O círculo teórico de 5 km abrange acidentes físicos que poderiam ter delimitado uma provável área de exploração agro-pastoril: (1) a Ribeira do Álamo, que separa os prováveis territórios de sítios contemporâneos como o Monte Novo dos Albardeiros e Barrisqueira; (2) as áreas de relevo mais pronunciado como a Serra das Pedras e a Serra de Monsaraz, que apresenta fraca aptidão agrícola.

A observação das áreas de exploração dos hipotéticos 5 km evidencia a partilha de áreas de exploração por parte de povoados provavelmente contemporâneos: (1) povoados calcolíticos: MNAL e Barrisqueira encontram-se muito próximos, apenas separados do Castelo do Azinhalinho pela Ribeira do Álamo; (2) os povoados do Neolítico final que se encontram na parte Oeste a Sul da Ribeira do Álamo, como TESP<sub>3</sub> ou Vale Castelo, partilhariam a sua área de exploração com numerosos sítios de pequena dimensão, como Carapetal, Monte da Ribeira, Horta do Palha.

## QUADRO 2

Quadros comparativos das áreas de captação de solos de Perdigões, Monte Novo dos Albardeiros, Marco dos Albardeiros, Torre Esporão 3, Castelo do Azinhalinho, Areias 15

Capacidade de uso dos solos: área de captação de 1 km (%)					
Sítios	A	B	C	D	E
Perdigões	53.3	37.5	19.3	10.9	1
MNAL	0	33.4	51.1	6.7	8.8
MAL	8.9	31.1	40	11.1	8.9
TESP <sub>3</sub>	0	37.8	26.6	35.6	0
CAZ	0	13.3	55.6	17.8	13.3
ARS15	0	11.2	84.4	4.4	0

Capacidade de uso dos solos: área de captação de 2 km (%)					
Sítios	A	B	C	D	E
Perdigões	37.5	35.6	11.1	0	0
MNAL	11	20.6	42.6	14.8	11
MAL	5.9	29.3	32.4	20.6	11.8
TESP <sub>3</sub>	1.5	22.8	52.2	19.9	3.6
CAZ	1.5	14.7	56.6	22.1	5.1
ARS15	0	13.9	83.8	0.7	0.68

Capacidade de uso dos solos: área de captação de 3 km (%)					
Sítios	A	B	C	D	E
Perdigões	19.3	40.6	38.1	1.2	1.2
MNAL	2	8.6	42.2	21.7	24.6
MAL	5.7	14.3	27.9	27.1	25
TESP <sub>3</sub>	3.3	32.8	36.5	13.5	13.9
CAZ	0.5	21.3	63.9	13.1	1.2
ARS <sub>15</sub>	13.1	19.7	62.3	3.3	1.6

Capacidade de uso dos solos: área de captação de 4 km (%)					
Sítios	A	B	C	D	E
Perdigões	10.9	33.9	41.9	12.1	1.2
MNAL	3.7	1.7	37.6	27.3	14.3
MAL	2	14.6	39.7	22.7	21
TESP <sub>3</sub>	3.7	19	31.1	19.8	26.4
CAZ	2.6	19.3	62	13.2	2.9
ARS <sub>15</sub>	7.7	29.6	53.2	6.3	3.2

Capacidade de uso dos solos: área de captação de 5 km (%)					
Sítios	A	B	C	D	E
Perdigões	1	29.6	52	14.3	3.1
MNAL	3.1	18.6	42.6	12.8	19.9
MAL	2.5	7.6	39	25.9	25
TESP <sub>3</sub>	8.2	10.2	33.7	12.2	35.7
CAZ	5.1	25.5	55.8	10.5	3.1
ARS <sub>15</sub>	12	31.8	42.6	12	1.6

A potencial área de exploração do povoado pré-histórico do Castelo do Azinhalinho inclui uma mancha de solos pardos mediterrâneos com afloramentos de granodioritos que poderiam apresentar aptidões para a prática agrícola. Deve-se salientar que esta mancha encontra aqui o seu limite setentrional e que se encontra envolvida por solos de menor aptidão agrícola. Em termos genéricos (e acríticos) podemos considerar que a implantação do Castelo do Azinhalinho privilegia os solos de tipo C (e de alguma forma B). Actualmente, a área apresenta ainda uma cobertura vegetal bastante densa contrariamente ao que sucede em áreas como Areias 15, em que uma implantação exposta é acentuada pela falta de cobertura vegetal.

Também Areias 15 está inserido na mesma mancha de solos B (e C), embora com maior extensão da área potencialmente explorável. A implantação numa área cruzada por cursos de água decerto teria influência nas práticas agrícolas e pastoris. Este povoado poderá ser exemplar para a compreensão das várias possibilidades no processo de exploração económico de um espaço — em volta de Areias 15, um povoado com grande abundância artefactual dispersa numa extensa área, surgem vários núcleos de materiais que poderão em parte corresponder ao *habitat* dos construtores dos catorze monumentos megalíticos identificados na Herdade. Perto de Areias 2 (uma anta de corredor com sete esteios), foi recolhida cerâmica (bordo espessado internamente), pedra polida, restos de talhe, pedra lascada (fragmentos de lâminas de sílex e *chert*), núcleos exaustos de sílex. Junto a Areias 3 (anta de corredor com sete esteios, ainda com chapéu), foram recolhidas lascas retocadas, seixos de quartzito talhados e restos de talhe em sílex. Na área de Areias 4 (uma anta de câmara poligonal), foram recolhidos seixos talhados, restos de talhe e cerâmicas pré-históricas.



FIG. 21 – Áreas de capacidade de uso dos solos de Reguengos de Monsaraz (Gonçalves, 1992).



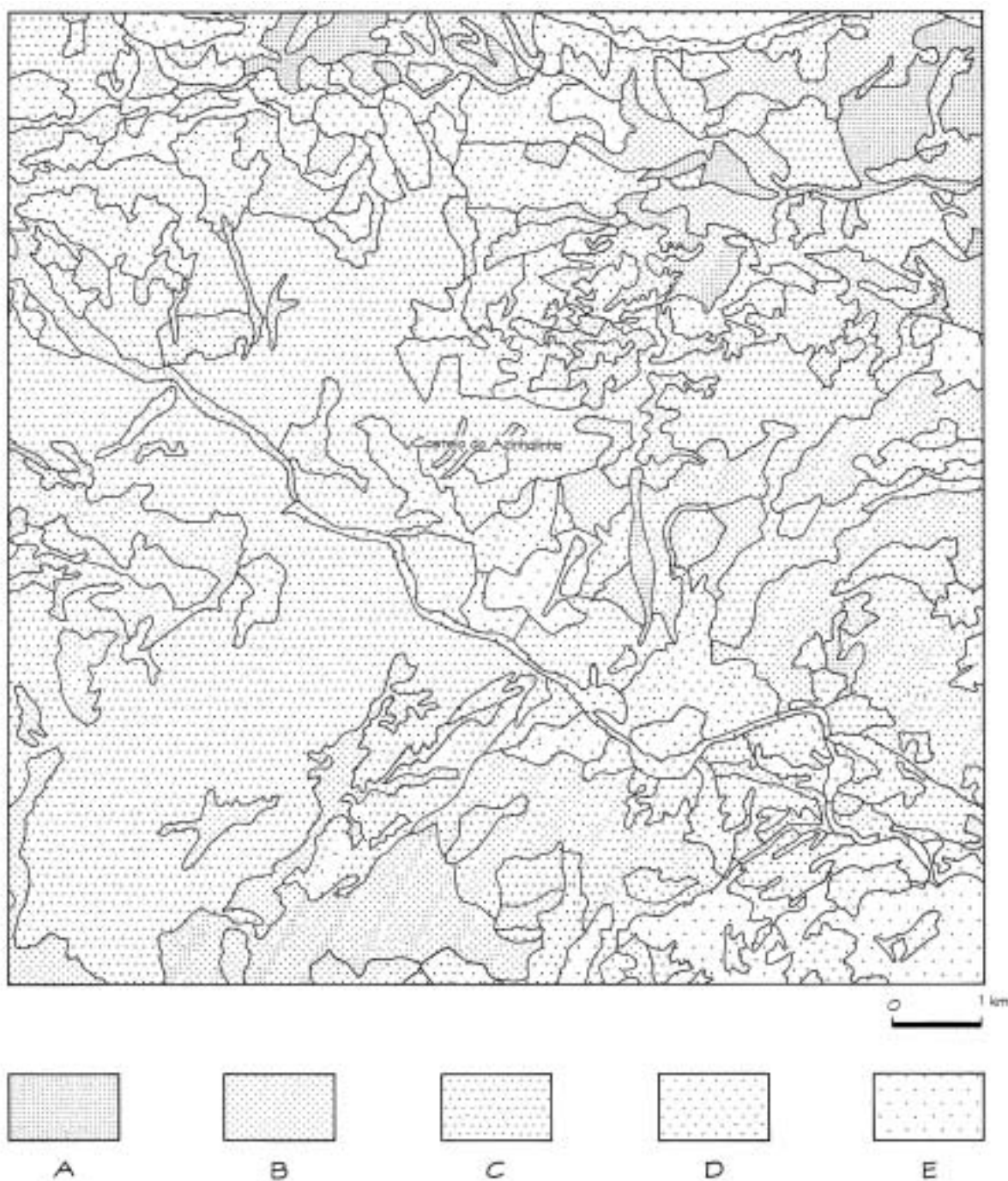


FIG. 22 – Áreas de capacidade de uso dos solos de CAZ.

A provável área de captação do Monte Novo dos Albardeiros situa-se numa mancha de solos B e C, possibilitando uma agricultura de enxada (Gonçalves, 1988-89). Tal como em Areias 15 e Castelo do Azinhalinho também estão presentes os solos tipo E, mas aqui também existem solos A.

O único povoado que apresenta esta proximidade com os solos tipo A é o conjunto dos Perdigões. Com efeito, a percentagem de solos tipo A na área de captação imediatamente junto ao povoado (circulo teórico de 1 km) é muito elevada (mais de metade), contratando com os restantes povoados em análise. A podologia favorável foi de resto motivação para um

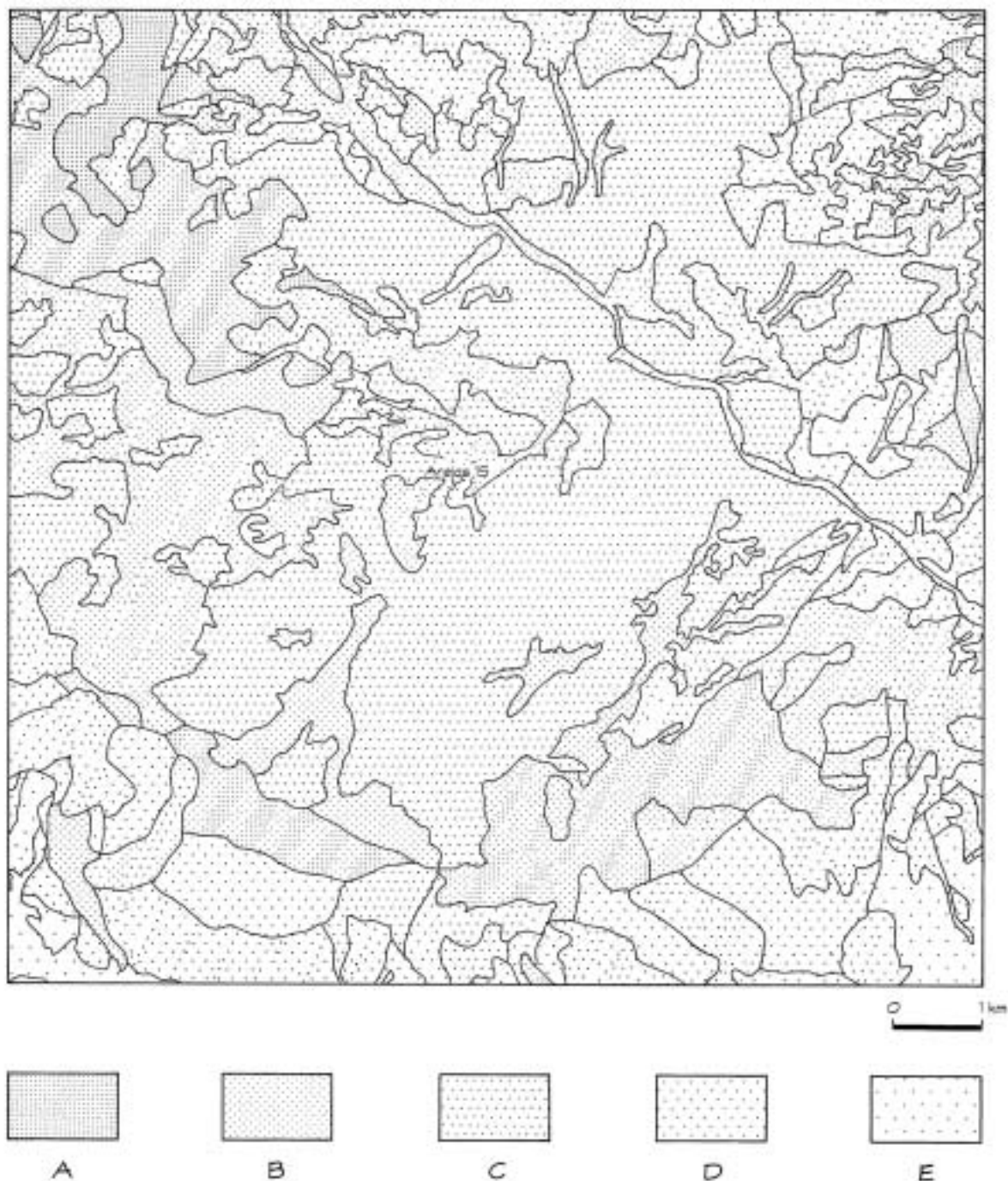


FIG. 23 – Áreas de capacidade de uso dos solos de ARS 15.

intenso labor agrícola actual e que deverá ter destruído boa parte do povoado. A escala de valoração utilizada pode no entanto não ter uma correspondência efectiva para épocas pré-históricas uma vez que, como é conhecido, os solos tipo A deveriam ser demasiado pesados para os meios técnicos dos primeiros agricultores.

A implantação dominante dos povoados em estudo corresponde a uma mancha de solos B e C nas áreas imediatamente a norte e a sul da Ribeira do Álamo. Esta mancha de solos com aptidão agrícola média/boa (de acordo com a actual escala de valores) é rodeada por zonas de fraca capacidade de uso, tanto na chamada zona sul (coincidindo com áreas

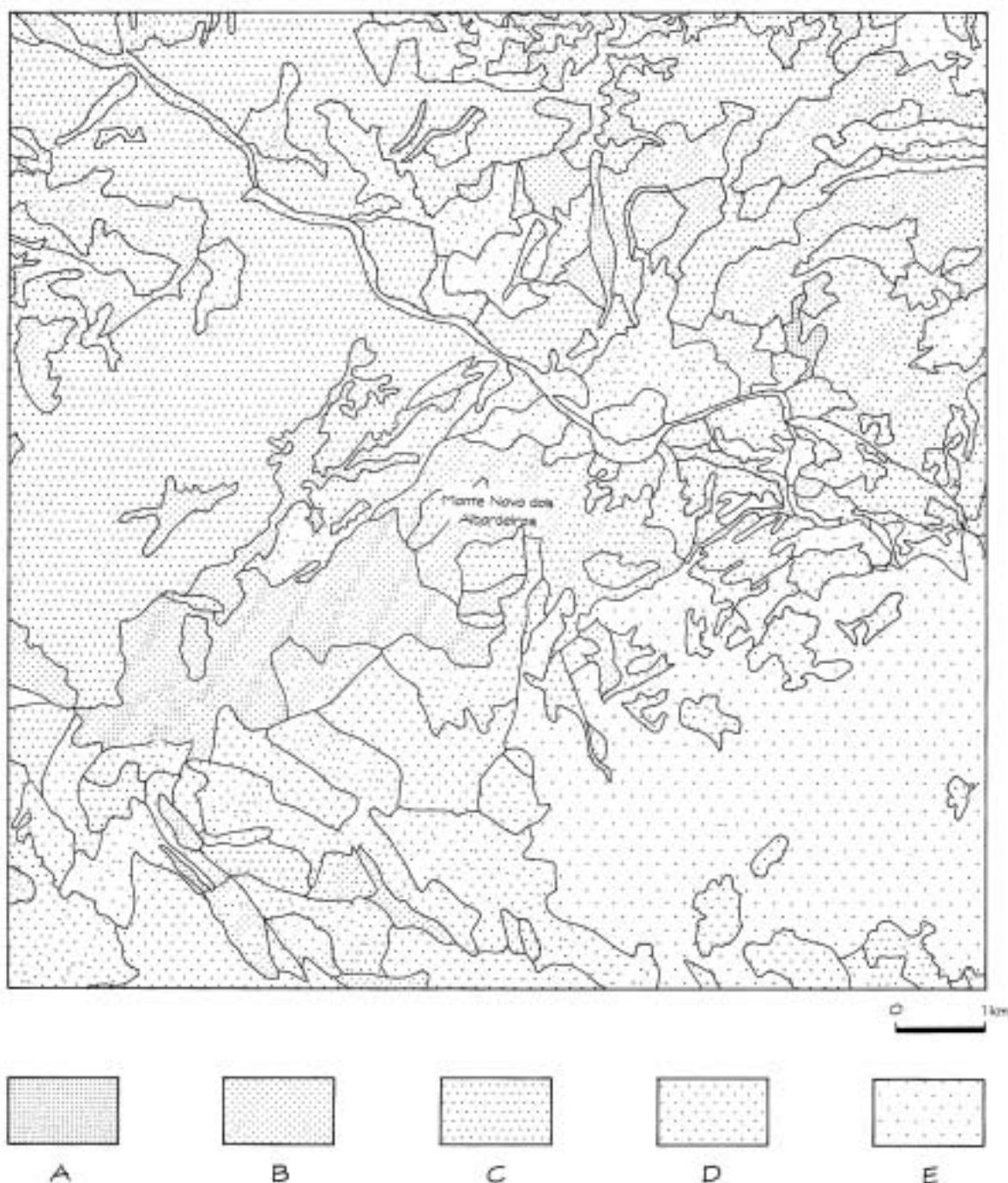


FIG. 24 – Áreas de capacidade de uso dos solos de MNAL.

de relevo mais pronunciado junto ao Degebe e ao Guadiana) e na zona norte (correspondendo à Serra de Monsaraz e à Serra das Pedras).

Dentro desta realidade, encontramos povoados situados no limite da mancha de solos B e C — Monte Novo dos Albardeiros, Marco dos Albardeiros, Castelo do Azinhali-nho, Barrisqueira, TESP<sub>3</sub>, Vale Castelo, Horta do Palha — face a povoados que são claramente centrais em relação a solos de maior aptidão (de acordo como um modelo discutível de exploração radial da área envolvente) — Areias 15, Cebolinhos 6, Gorginos, Monte Novo 3, Perdigões.

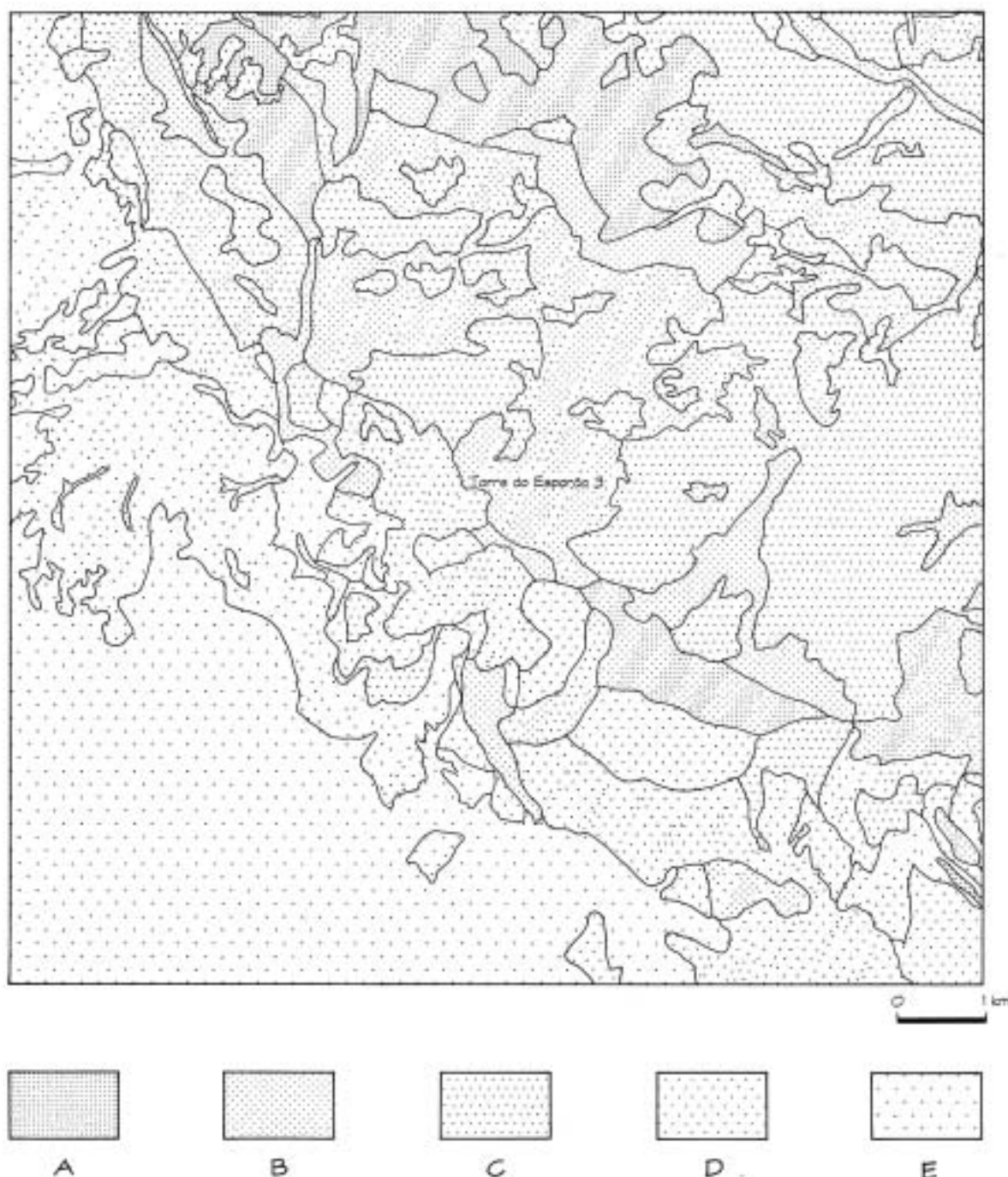


FIG. 25 – Áreas de capacidade de uso dos solos de TESP 3.

Não podemos considerar a existência de uma estratégia diferenciada de exploração dos solos para o Neolítico Final/Calcolítico e um processo de ocupação das áreas de deficiente capacidade de uso (Gonçalves, 1991).

### *Geologia*

Aparentemente, a observação das matérias-primas dos conjuntos artefactuais dos sítios em análise não evidencia qualquer tipo de determinismo geológico. Apesar disso, e como



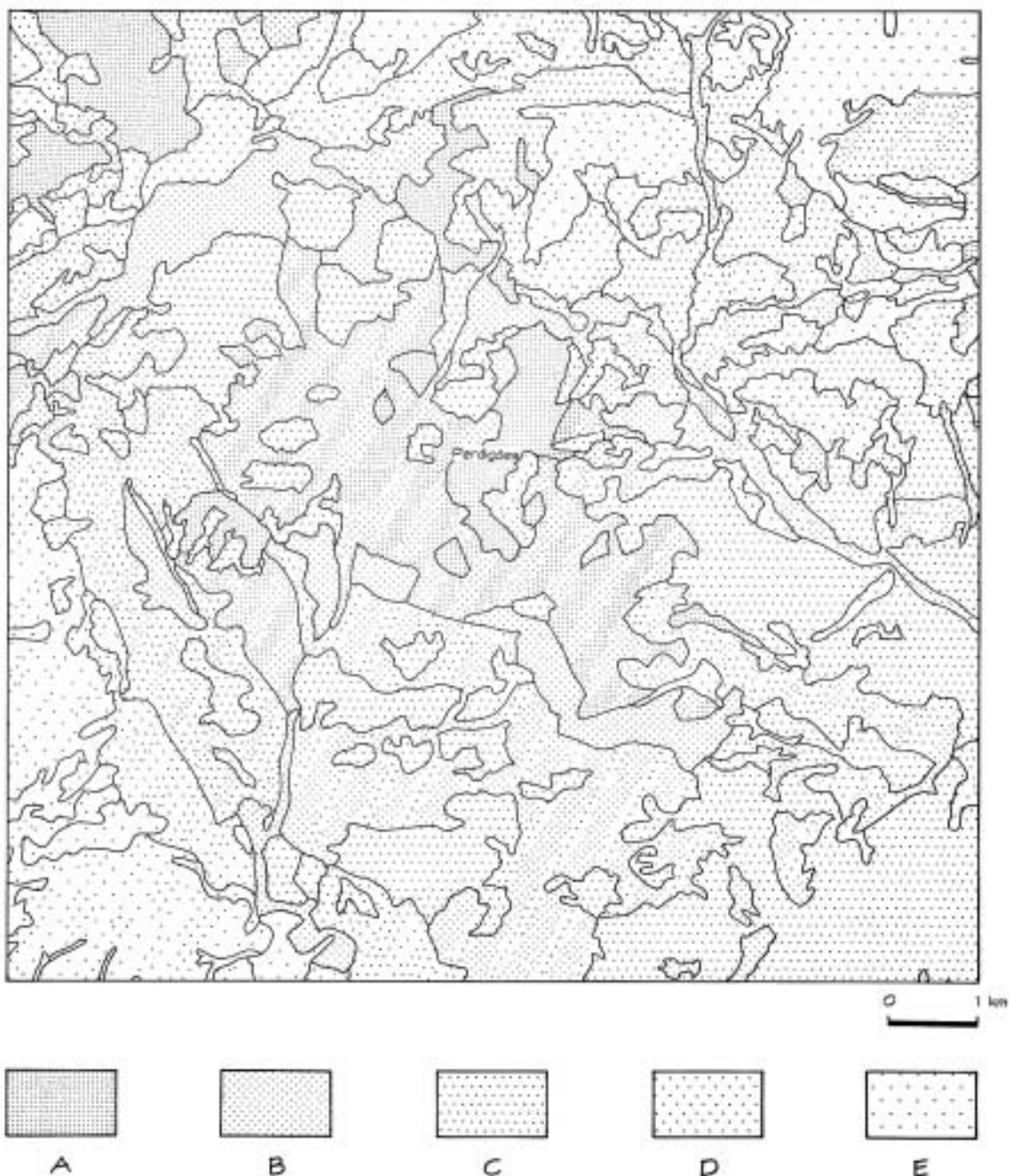


FIG. 26 – Áreas de capacidade de uso dos solos de Perdigões.

as modalidades de povoamento não devem ser lidas sectorialmente, a geologia pode ter desempenhado algum tipo de condicionalismo (mas não determinismo) para com os monumentos megalíticos. A componente geológica constitui-se como um condicionante da capacidade de uso agrícola do solo.

Em termos geológicos, a área do povoado do Castelo do Azinhalinho é caracterizada pelos xistos do silúrico e pela presença de afloramentos graníticos. Corresponde a uma área de granodioritos e quartzitos coincidindo com a mancha dominante da distribuição dos monumentos megalíticos.

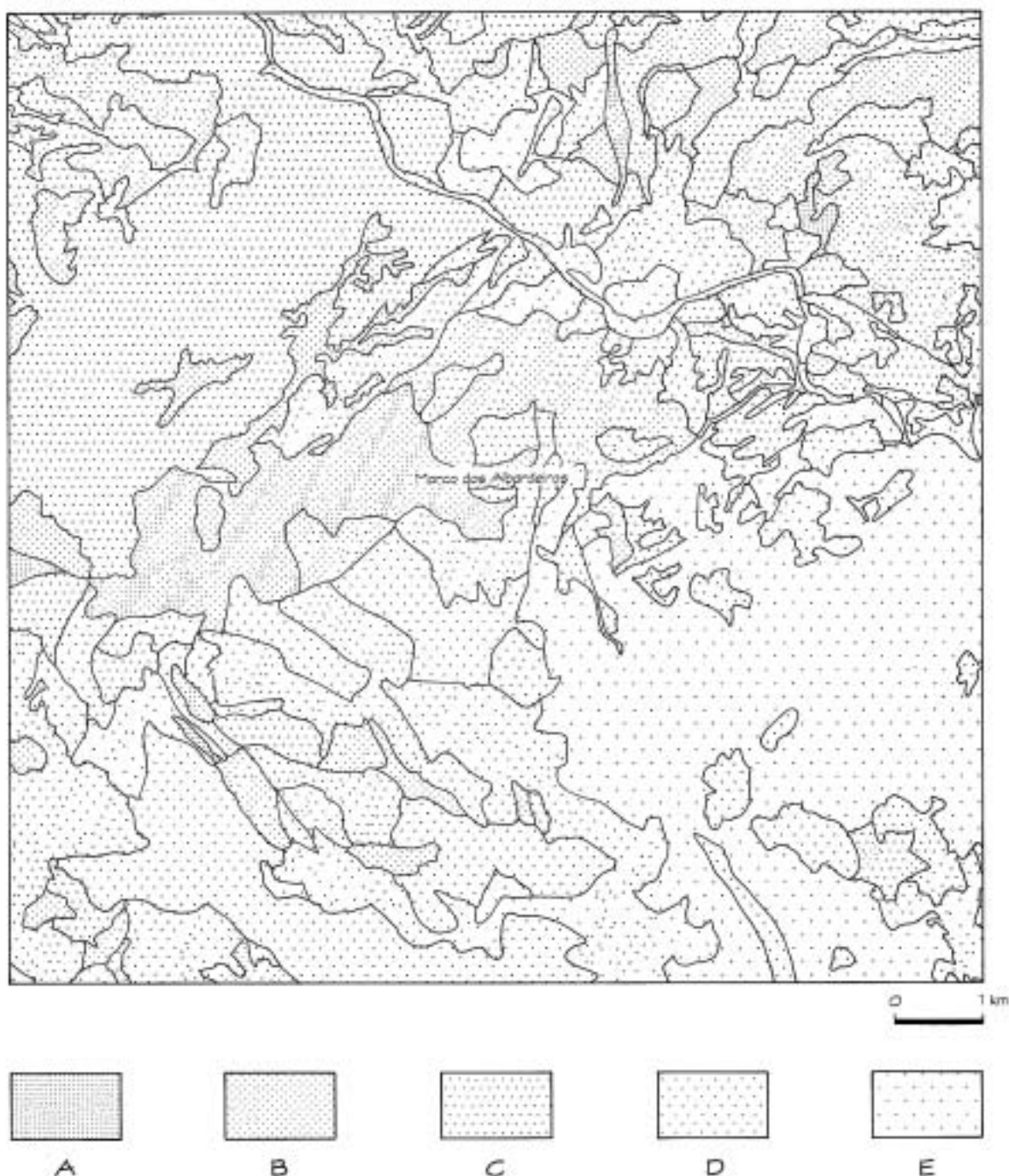


FIG. 27 – Áreas de capacidade de uso dos solos de Marco dos Albardeiros.

Areias 15 corresponde a um ponto central de áreas de granodioritos, numa total convergência com áreas de implantação de monumentos megalíticos. A proximidade física deste povoado com um conjunto de monumentos megalíticos pode ainda indicar factores de implantação inter-relacionáveis. A localização numa área de granodioritos, com inúmeros afloramentos que poderiam funcionar como fontes de matéria-prima para a construção das antas que rodeiam o povoado, também confere a esta área uma configuração topográfica de peneplanície, pontuada apenas por pequenos afloramentos.

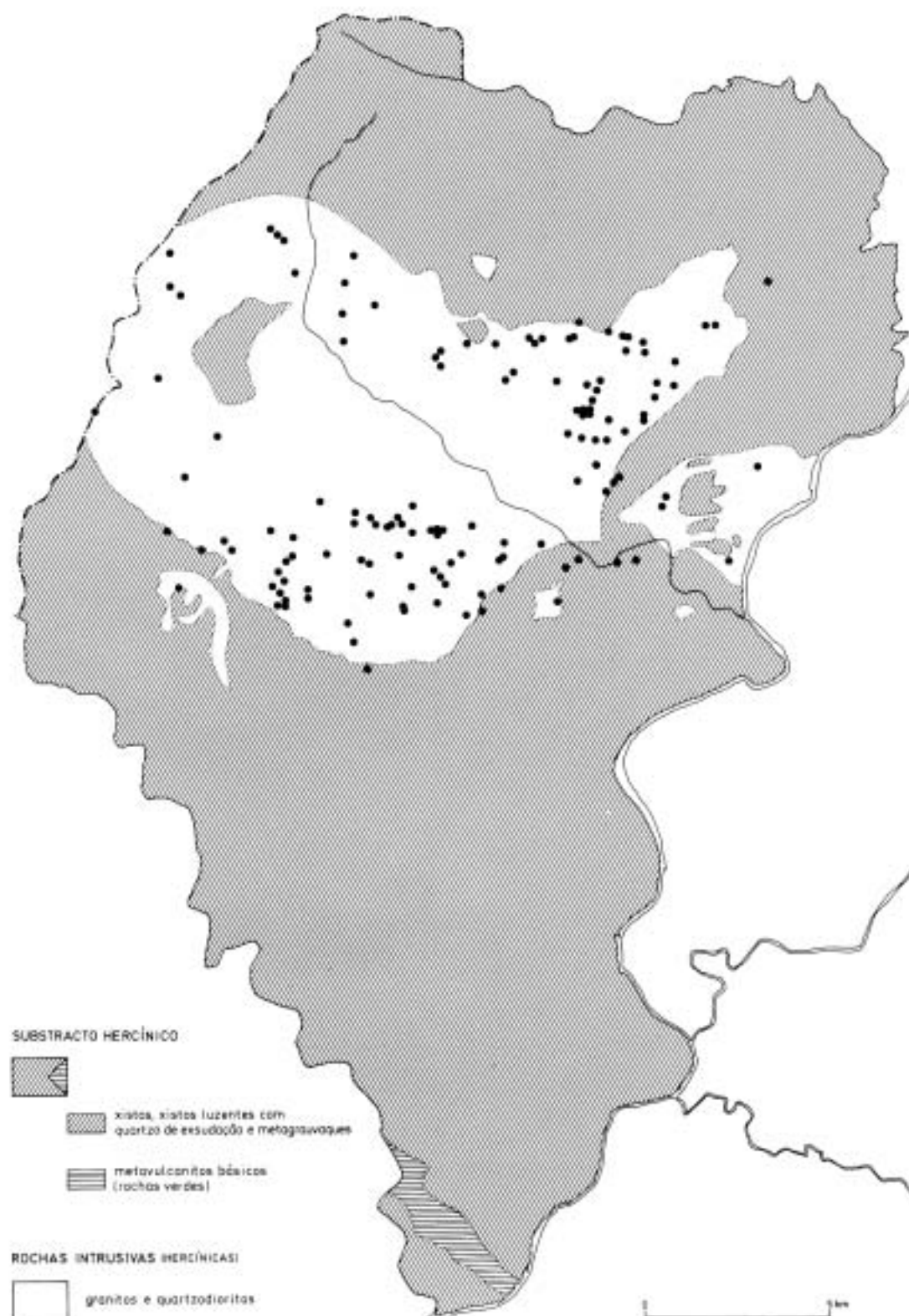


FIG. 28 – Geologia de Reguengos de Monsaraz (Gonçalves, 1992).



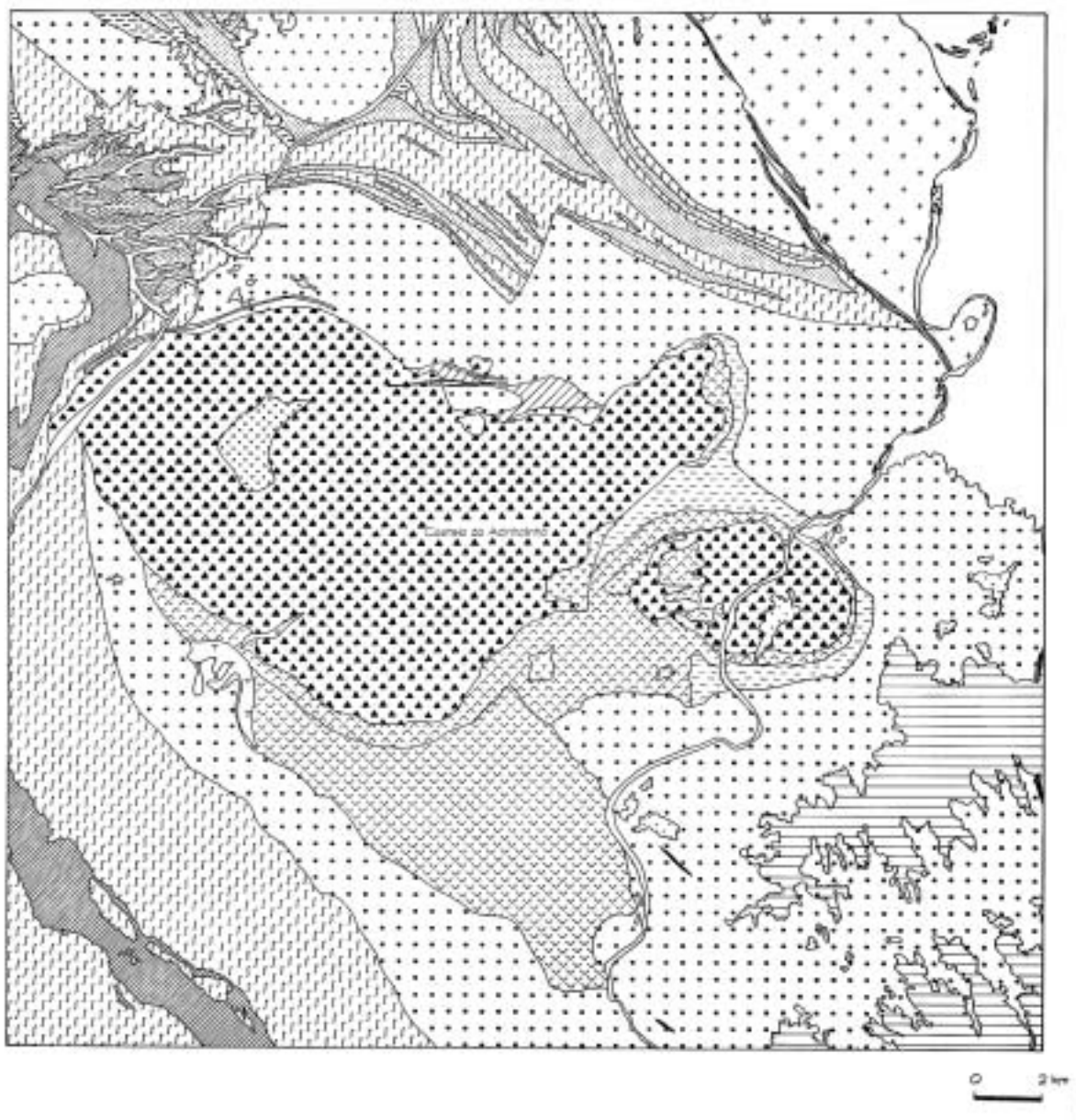
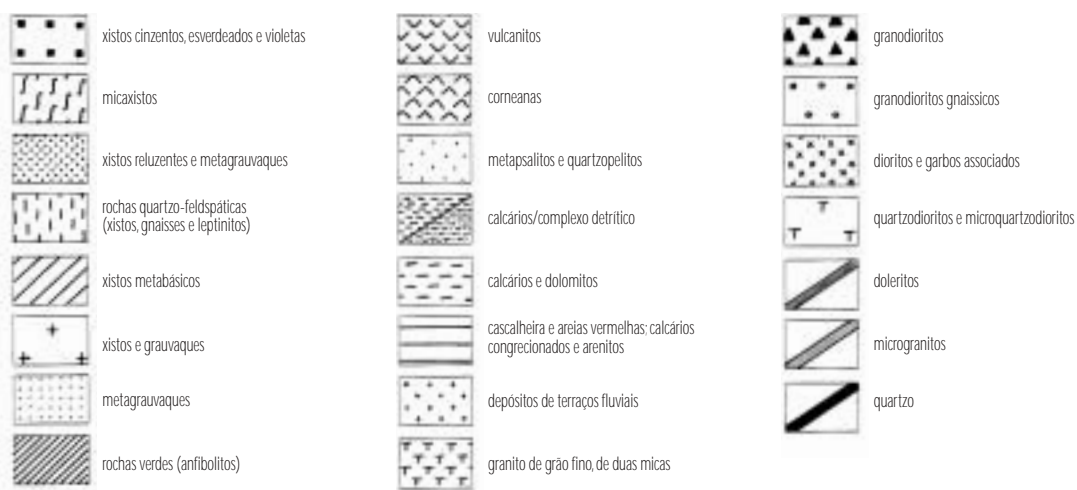


FIG. 29 – Geologia do Castelo do Azinhalinho.





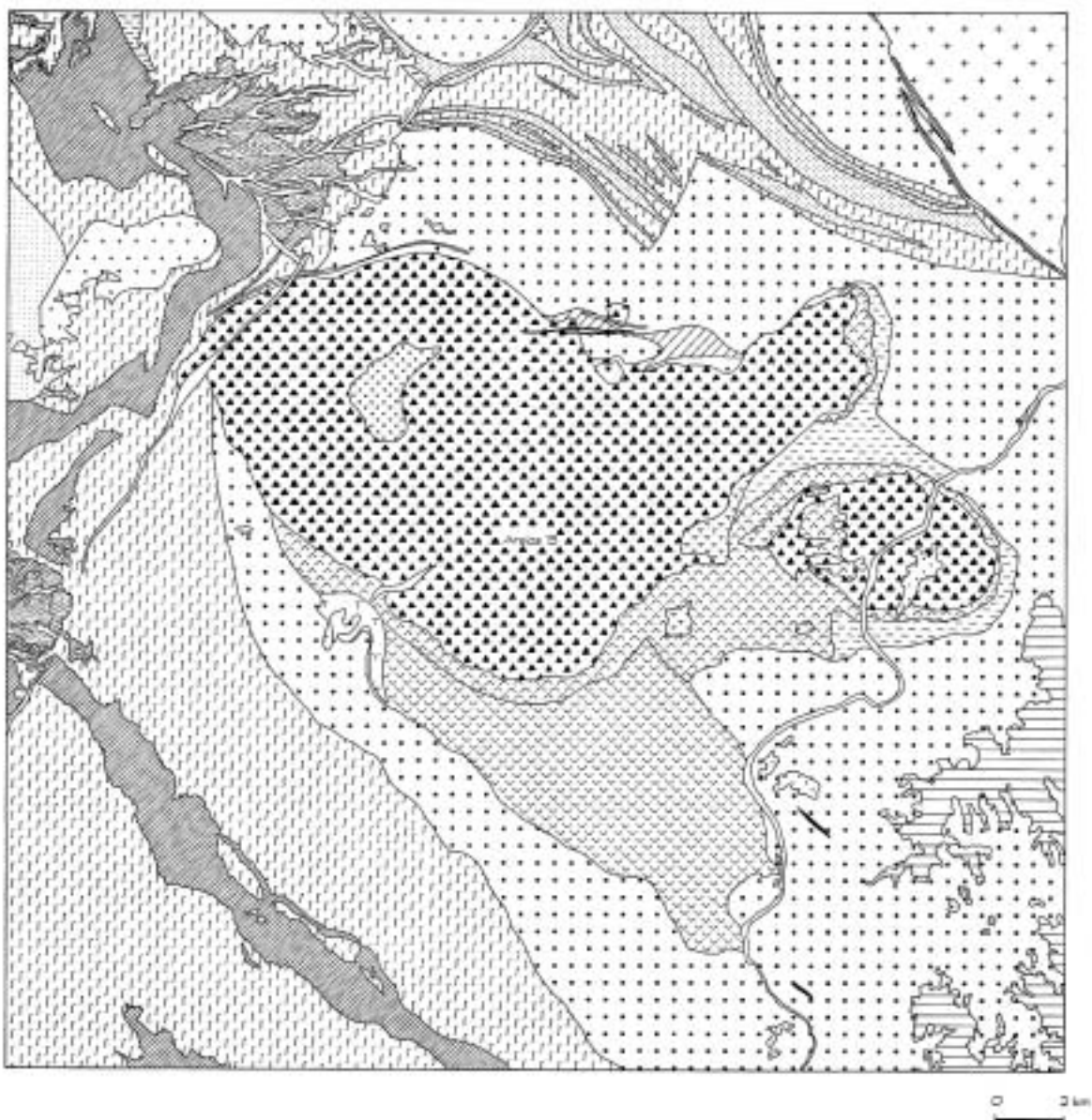


FIG. 30 – Geologia de ARS 15 (ver convenções na fig. 29).

O grau de influência da geologia na escolha do local exacto de construção das antas é amplamente variável. Com efeito, se Areias 9 e Areias 10 (por exemplo) se encontram relativamente afastadas dos afloramentos mais próximos; Areias 2 (e de certa forma Areias 3) implantam-se sobre um enorme afloramento que surge, quase, como substituto de um *tumulus*, conferindo monumentalidade visual.

Todos os povoados apresentam uma implantação em áreas de granodioritos, mancha que envolve as áreas norte e sul da Ribeira do Álamo. Apenas o Marco dos Albardeiros, o Monte Novo dos Albardeiros, a Barrisqueira e Pipas se implantam noutras áreas.

Não se pode considerar que a geologia tenha um papel determinante nas implantação destes povoados em termos de recurso explorado. As matérias primas para os artefactos líticos estão uniformemente distribuídas pela área de Reguengos e os hipotéticos materiais de construção poderiam ser obtidos em toda a área. O substrato geológico poderá ter exercido

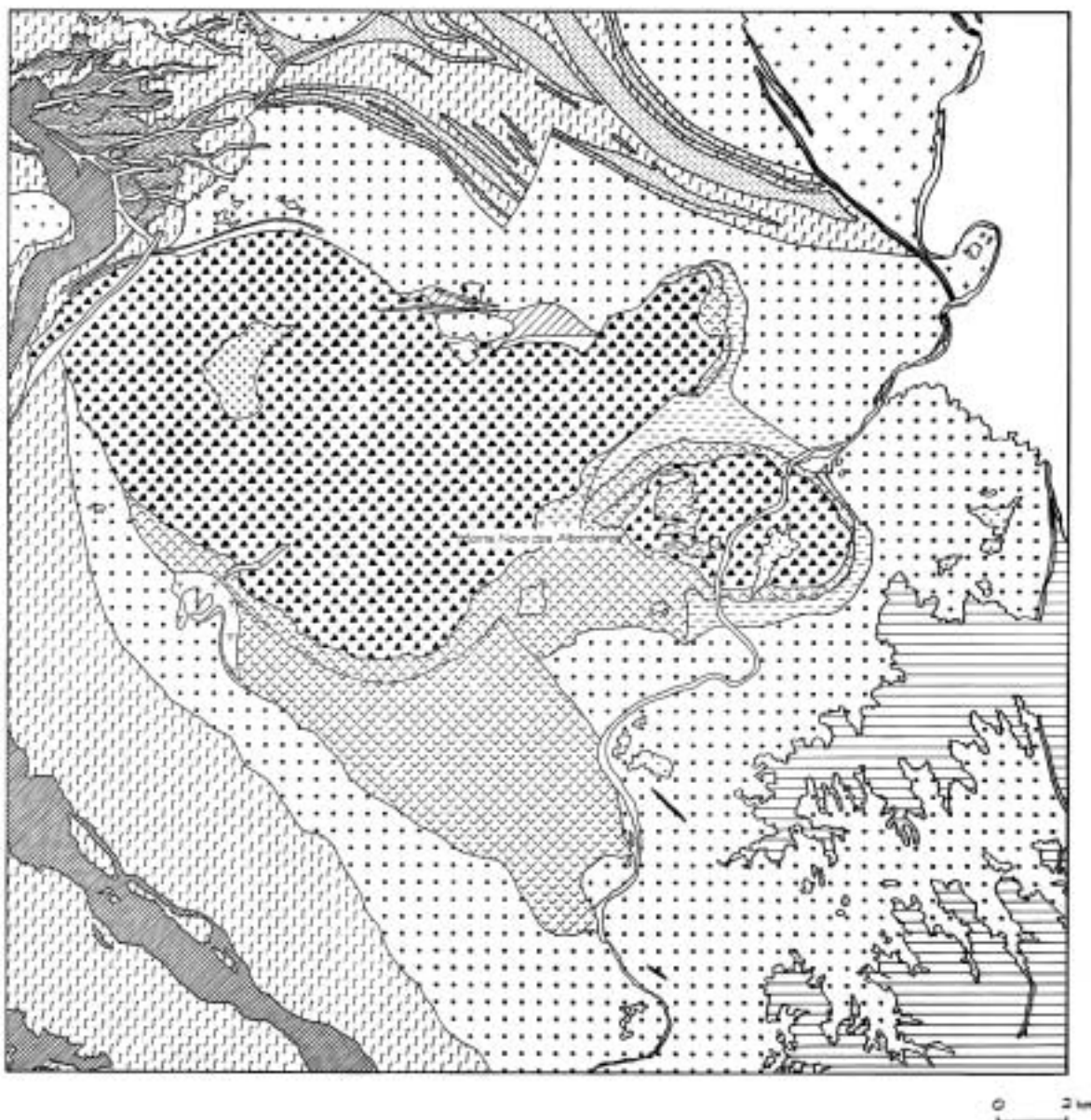


FIG. 31 – Geologia de MNAL (ver convenções na fig. 29).

outro tipo de condicionalismo, como por exemplo a configuração do relevo que esta área de granodioritos permitiria.

A implantação dos povoados face a um substrato geológico deve ser considerado na globalidade dos condicionalismos da ocupação do espaço de Reguengos de Monsaraz, integrando monumentos megalíticos e povoados. Trabalhos recentes (Gonçalves, 1992) já haviam salientado a coincidência da maioria dos monumentos megalíticos em áreas graníticas, onde os materiais de construção poderiam ser obtidos facilmente.

A proximidade de matérias primas para os artefactos líticos assume um desempenho muito secundário. A única área onde surgem anfíbolites, que desempenhavam importante papel como matéria-prima nas comunidades do III e IV milénios, não evidenciou qualquer povoado.

A evidência da exploração de minério de cobre é ainda incipiente. Os únicos sítios arqueológicos onde surgiram artefactos de cobre são os povoados do Monte Novo dos

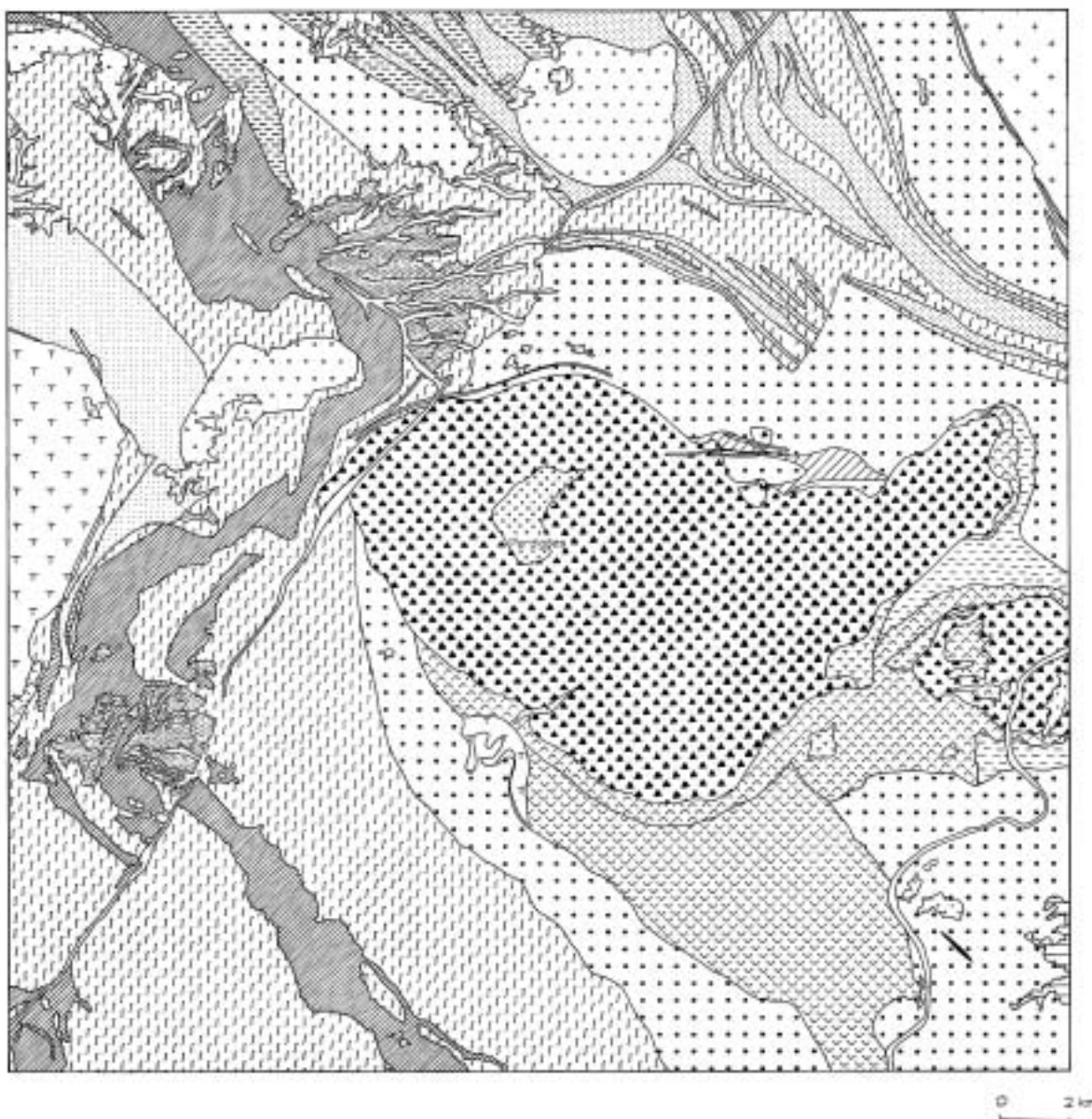


FIG. 32 – Geologia de Perdigões (ver convenções na Fig. 29).

Albardeiros, Perdigões (onde se identificaram evidências de arqueometalurgia) e nas antas Gorginos 2 (composição desconhecida e provavelmente pertencente a um momento de utilização tardio deste monumento) e no *tholos* OP2b. Se a exiguidade de exemplares recolhidos em necrópole é significativa do conjunto megalítico, estando ausente da maioria das antas consideradas como calcolíticas, o reduzido número de povoados com evidência de metalurgia é de certo a imagem amputada do actual estado de investigação.

### *Indicadores artefactuais*

Numa análise baseada em dados de prospecção, a evidência artefactual revela-se como um dos poucos indicadores utilizáveis para a compreensão das modalidades de subsistência. Sem quaisquer elementos polínicos e faunísticos, os artefactos tornam-se a única evidência que pode aferir leituras cartográficas (oro-hidrográfica, pedológica e geológica), denunciando

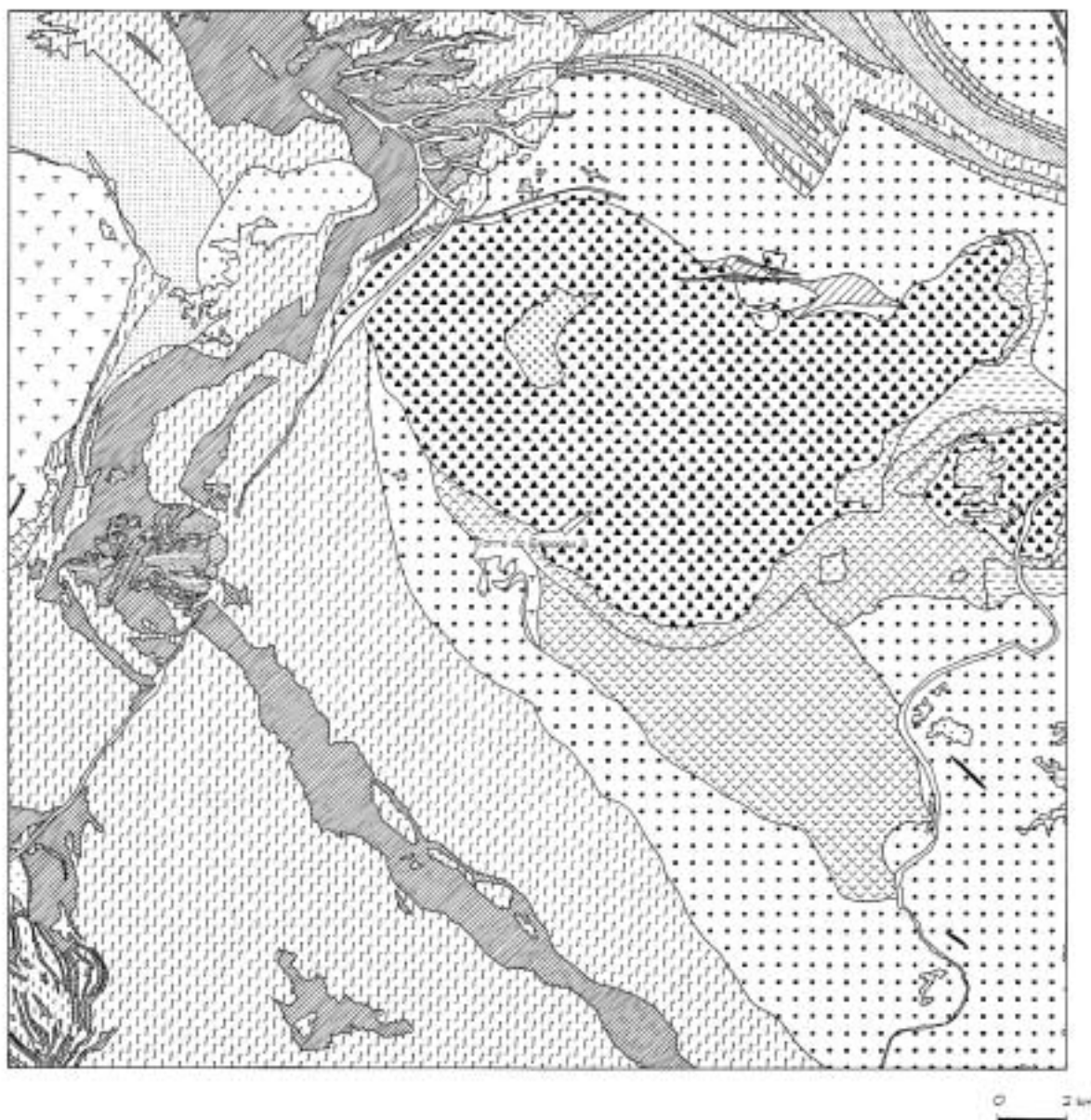


FIG. 33 – Geologia de Torre do Esporão (ver convenções na Fig. 29).

recursos explorados (análise de matérias-primas) e indicando funções realizadas. Apesar destas possíveis contribuições, “no existe ninguna razón para pensar que todos los yacimientos debán tener exactamente el mismo tipo de sedentarismo o el mismo repertorio de procesos de producción reflejados en sus tecnologías” (Chapman, 1991, p. 164).

A confrontação da matéria prima dos artefactos líticos (são raros os artefactos metálicos nos sítios em análise) em relação à área de captação do sítio arqueológico e proveniências de média - longa distância só poderá ser atestada em sítios onde esteja identificada uma ocupação humana coeva. A confrontação com mapas geológicos torna-se bastante difícil, já que na escala de análise que hoje dispomos (Clough e Wooley, 1985, p. 95). A comparação com grupos petrológicos também é de difícil aplicabilidade pois estes são muitas vezes resultado de trabalhos de investigação antiga e pouco minuciosa.

Apesar de todas as limitações, a observação dos conjuntos artefactuais indica ainda mesmo a exploração preferencial de determinadas matérias primas e possíveis áreas de exploração.



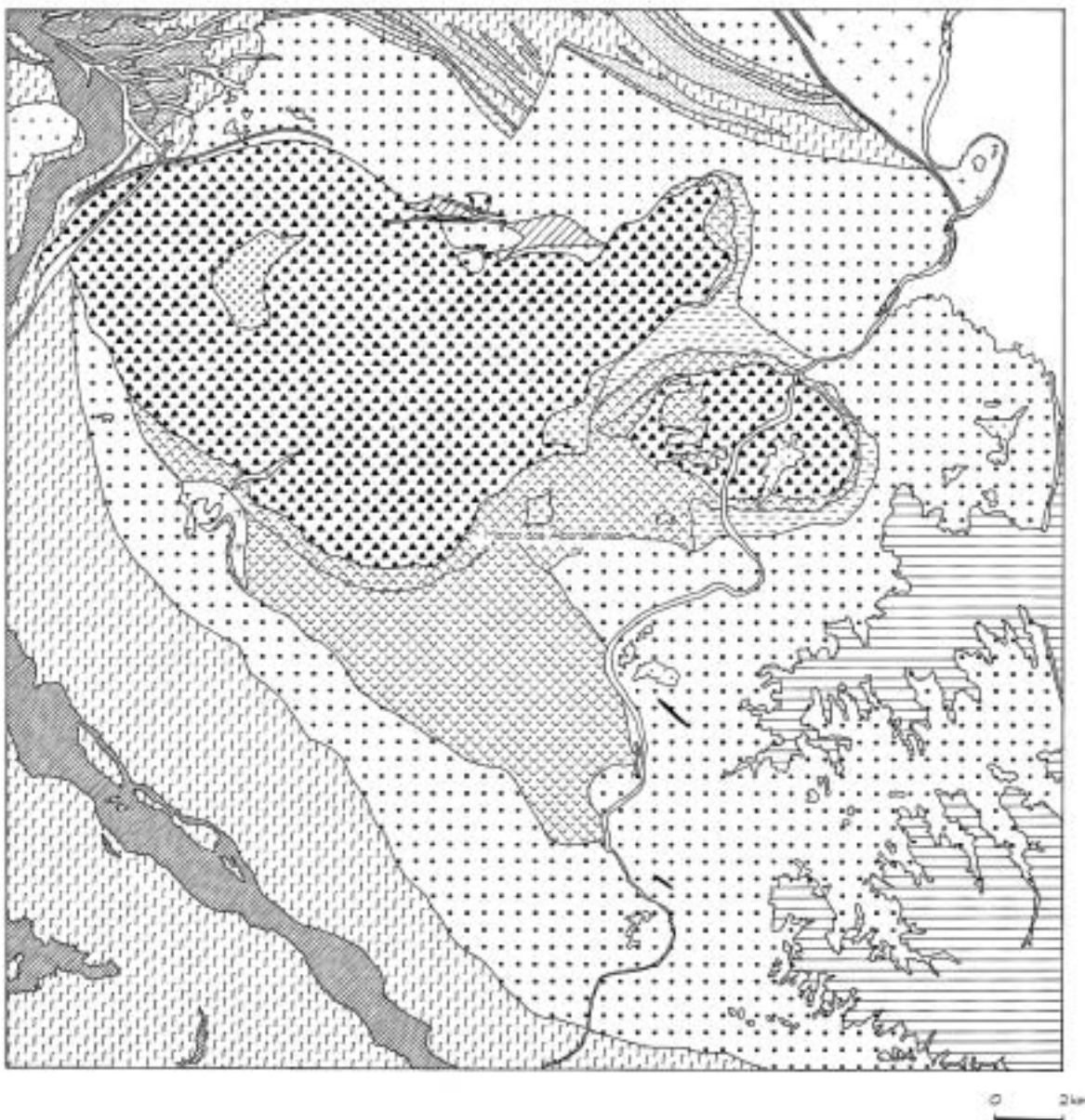


FIG. 34 – Geologia de Marco dos Albardeiros (ver convenções na Fig. 29).

A indústria macrolítica de pedras afeiçãoadas assume particular importância pela sua representatividade no universo em estudo e por se tratar de um artefacto multifuncional que não propicia grandes investimentos de esforço na selecção da matéria-prima.

A análise das matérias primas dos percutores do Castelo do Azinhalinho (o grupo estatisticamente mais numeroso) evidencia a presença de matéria-prima de obtenção local facilmente recolhida na proximidade dos povoados.

A anfibolite surge maioritariamente sob a forma de pedra polida, embora também corresponda a percutores que claramente reutilizam machados inutilizados sendo quantitativamente mais representativa em Areias 15 que no Castelo do Azinhalinho. Recentemente, a importância da anfibolite como matéria-prima para as comunidades calcolíticas da Península de Lisboa foi interpretada de forma assaz perturbante: a anfibolite é tida como “critical raw material” (mais ainda que o cobre) tendo despoletado um processo de abandono dos *habitats* calcolíticos na transição III/II milénio. Uma interpretação profundamente econo-

micista, baseada em princípios de economia-mundo, aplicada a sociedades estatais por Wallerstein, é incompreensível para as comunidades do III milénio a.C.

Apesar de todas estas restrições deste tipo de abordagem, é óbvia a importância das trocas inter-regionais (nomeadamente de anfibolite) entre as penínsulas de Lisboa/Setúbal e o sul do actual território português. Sendo certa a importância dos artefactos de pedra polida nos povoados calcolíticos da Península de Lisboa, onde a anfibolite é uma matéria-prima exógena, seria importante avaliar a sua representatividade nas áreas onde esta é de origem local. A informação actualmente disponível não nos permite entender esta dinâmica, pois os povoados calcolíticos das áreas “produtoras” do Alto Alentejo foram objecto de tratamentos sucintos e a sua maioria não foram escavados.

O reduzido número de artefactos de pedra lascada impede uma exacta compreensão das suas matérias primas. Se o povoado do Castelo do Azinhalinho apenas indica a utilização de uma matéria-prima de origem local, como o xisto jaspóide, Areias 15 revela já a presença de artefactos em sílex, de mais difícil obtenção, de acordo com as características geológicas da área.

Não foram recolhidos quaisquer artefactos metálicos no Castelo do Azinhalinho ou Areias 15 (contingências dos dados de prospecção?). A metalurgia do cobre só está atestada directamente no povoado dos Perdigões e no Monte Novo dos Albardeiros (únicos povoados calcolíticos que foram objecto de trabalhos de escavação). Deste modo, resulta pouco evidente o tipo de relacionamento que as comunidades calcolíticas de Reguengos de Monsaraz teriam com o cobre (áreas de proveniência do minério, evidência de transformação local).

A reconstituição das funcionalidades artefactuais e das actividades económicas que estas denunciam deve incluir vários tipos de abordagens não aplicáveis a materiais de superfície. Não é possível efectuar comparações generalizantes, revelando-se o registo arqueológico uma evidência frágil perante a diversidade possível de técnicas e procedimentos.

A evidência de práticas agrícolas através dos conjuntos artefactuais é extremamente dificultada pelo desconhecimento das reais cinemáticas de utilização artefactual e pelo carácter invisível de muitos dos procedimentos. Tal é o caso das práticas de desflorestação que envolveriam queimadas, além da utilização de machados para um aproveitamento das matérias lenhosas. No Castelo do Azinhalinho e Areias 15, surgem vários exemplares de machados com intensos sinais de uso e muitos deles com reutilizações como percutores. Sem uma possível intervenção da força animal e/ou introdução do arado, as únicas evidências do trabalho da terra cingem-se a enxós. De igual forma, não existe qualquer elemento artefactual relacionável com a colheita, mas tão somente com um ulterior processo de transformação: moventes e dormentes surgem em abundância nos sítios em análise. Em Areias 15 foram identificados grandes moventes na extensa superfície com possível ocupação, principalmente junto aos afloramentos de granito.

A observação dos elementos artefactuais indica assim a presença de práticas agrícolas, embora nada possa indicar o peso relativo desta actividade dentro das respectivas comunidades e eventuais diferenciações entre os dois sítios. A presença de elementos de mó e pratos tem sido associada a uma “alimentação com forte componente vegetal, implicando o consumo de cereais cozinhados” (Gonçalves, 1989, p. 165) e as taças carenadas poderão estar associadas ao consumo de “papas de cereal ou para misturas alimentares à base de leite” (Gonçalves, 1991-92, p. 91).

Se a prática agrícola tem uma débil expressão nos conjuntos artefactuais recolhidos à superfície, e não possibilita qualquer tratamento analítico, a pastorícia quase não tem expressão nos artefactos recolhidos. Os únicos indicadores directos desta actividade estão naturalmente ausentes (restos faunísticos), sendo a presença de pesos de tear a única evi-

dência artefactual que poderá testemunhar, ainda que indirectamente, o aproveitamento secundário de gado (*ovis/capra*). A importância (numérica) destes artefactos é particularmente significativa no Castelo do Azinhalinho, onde foi recolhido um elevado número de fragmentos de peso de tear (num total provisório de 32). Ao elevado número de fragmentos de pesos de tear deve contrapor-se a sua variabilidade morfológica, surgindo exemplares com dimensão muito diferenciada, atestada não só pelo comprimento (conservado), mas também pela sua largura e espessura. Recolheram-se aqui fragmentos que correspondem maioritariamente a pesos de tear em crescente, mas também a placas paralelepípedicas (dois exemplares) e até mesmo um cossoiro. Esta diversidade formal corresponde certamente a uma diferente funcionalidade nas práticas de tecelagem e a representatividade numérica do conjunto de artefactos relacionáveis com a tecelagem (ainda que relativa a dados de superfície) parece indicar indirectamente a importância da pastorícia e do processamento de fibras.

Que outras actividades nos podem indicar os outros artefactos recolhidos? Pouco, ou quase nada, uma vez que a caça e a recollecção são dificilmente perceptíveis através dos indicadores artefactuais disponíveis; por outro lado, a indústria de pedra lascada está escassamente representada em Areias 15 e é quase inexistente no Castelo do Azinhalinho. Resta ainda a abundância e diversidade das indústrias macrolíticas de pedra afeiçãoada, presentes em ambos conjuntos.

A evidência arqueológica dos sítios desta cronologia parecem indicar uma provável exploração intensiva agro-pastoril, como o provam a presença de pesos de tear, a abundância de dormentes e moventes. As matérias primas para uma eventual construção defensiva poderiam ser obtidas localmente.

### *Os artefactos como indicadores cronológicos*

A conotação de cronologias a determinados artefactos-indicadores (normalmente cerâmicos) tem sido sobejamente utilizada na época em estudo. Não sendo possível utilizar sistematicamente a cronologia absoluta torna-se difícil identificar as dinâmicas cronológicas a nível regional provocando algumas leituras simplistas de datação dos sítios de habitat em termos de modelos preditivos de implantações dominantes e de fosseis indicadores.

Estas dificuldades de leitura diacrónica são acrescidas no caso em estudo-a paisagem de Reguengos de Monsaraz no IV/III milénios a.C. para o qual se conhece um reduzido número de sítios escavados e datados cronometricamente e onde as extrapolações supra-regionais devem ser aplicadas com precaução.

A diversidade de informação (e investigação) dos vários sítios de habitat de Reguengos de Monsaraz não torna possível uma confrontação dos conjuntos artefactuais de todos os sítios conhecidos para esta área.

Para a análise foram descritos todos os artefactos recolhidos e desenhados apenas os exemplares mais significativos. Desta forma procurou-se regularizar uma realidade que é à partida condicionada pelas condições deposicionais, pela natureza mais ou menos fragmentária dos artefactos (*cerâmica versus* artefactos macrolíticos) ou até da sua possível reconversão (o cobre ausente neste conjunto).

A natureza desta informação limita as possíveis abordagens de uma realidade que é, à partida, fragmentária. Quantificar aquilo que é resultado de um processo (desconhecido) de alterações pós-deposicionais resulta extremamente redutor, muito embora as proporções relativas entre os vários tipos de artefactos possam ter algum significado real (Clark e Schofield, 1991, p. 100).

A utilização dos artefactos de superfície como indicador de cronologias deve considerar os possíveis faseamentos dentro do próprio sítio arqueológico. No povoado Areias 15 os materiais estão dispersos por uma área extensa que poderá *mascarar* sequências de ocupação horizontais que desapareceram pela dinâmica de utilização agrícola da área e também pela forma globalizante como foram recolhidos os artefactos. No Castelo do Azinhalinho a área ocupada é muito mais restrita e embora possamos aceitar a existência de dois momentos de ocupação, esta não se apresenta evidenciada na recolha de materiais à superfície de forma como pretendia a equipa que também estudou este povoado (Silva e Soares, 1992). A heterogeneidade da informação disponível dificulta a confrontação dos conjuntos artefactuais de Castelo do Azinhalinho e Areais 15 com os demais povoados.

### Cerâmica

#### • Recipientes cerâmicos

Os fragmentos de recipientes cerâmicos constituem o mais representativo conjunto de artefactos no sítio **Castelo do Azinhalinho** (total de 107 fragmentos). A leitura quantitativa dos fragmentos de recipientes cerâmicos deve ser antecedida pelas devidas precauções de uma análise proveniente de dados de prospecção e das diferentes dinâmicas de conservação dos grandes contentores como os pratos (claramente dominantes neste conjunto) face à grande fragmentação de pequenos recipientes.

O conjunto de fragmentos orientáveis evidencia a importância quantitativa do prato (com ou sem espessamento interno, com bordo almendrado em percentagens consideráveis), seguida da taça (com ou sem espessamento interno, com bordo plano).

As aplicações plásticas — mamilos — surgem com relativa abundância (11 exemplares) sobre hemisferas, formas esferóidais e de paredes rectas contrastando com o reduzido número de mamilos aplicados em cerâmicas de Areias 15.

As taças carenadas surgem em número residual. Esta presença, associada a outras evidências artefactuais como os pesos de tear em placa, a abundância de cerâmicas mamiladas, poderiam fazer supor que este povoado poderia ter tido uma ocupação desde o Neolítico Final, conforme o proposto por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares.

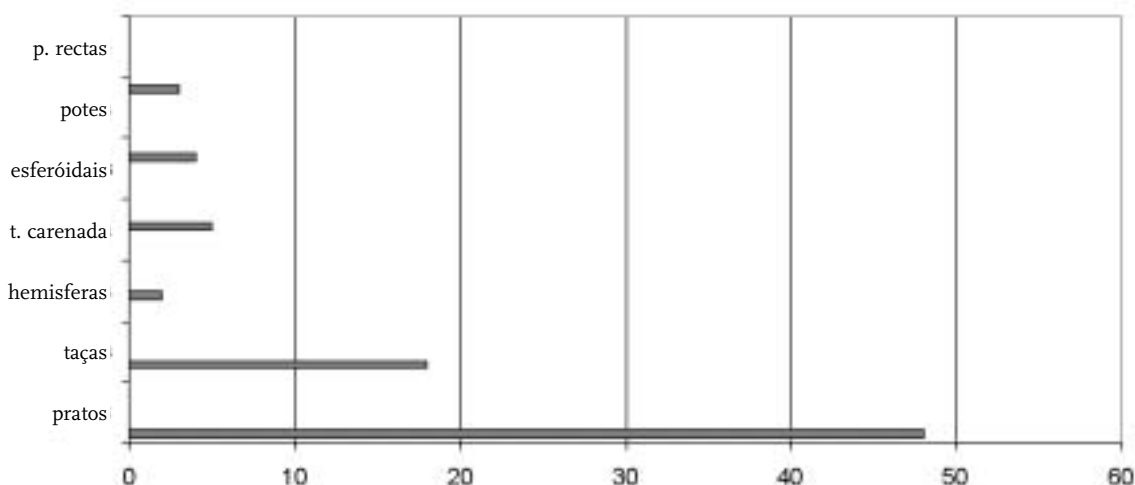


GRÁFICO 1 – Formas cerâmicas de Castelo do Azinhalinho.



A taça carenada tem sido continuamente referida como parte de um conjunto artefactual que é associado ao Neolítico Final. Não sendo clara a aplicabilidade estrita dessas associações artefactuais à generalidade dos contextos habitacionais do Centro e Sul de Portugal (Gonçalves, 1991b), a presença, ainda que minoritária de cerâmica carenada poderá ter algum significado cronológico e cultural. O único povoado fortificado calcolítico escavado em Reguengos de Monsaraz (Monte Novo dos Albardeiros) não revelou qualquer fragmento de taça carenada na campanha de escavações aí desenvolvida.

Os fragmentos cerâmicos recolhidos no povoado **Areias 15** apresentam-se muito fragmentados, sendo por isso difícil a sua orientação e desenho. Apesar de não ser viável uma descrição de pastas com os mesmos vectores de leitura utilizados para a descrição de fragmentos cerâmicos resultantes do trabalho de escavação, podemos muito genericamente referir que a maioria das pastas dos recipientes cerâmicos de ARS15 apresentam um tratamento de superfícies pouco cuidado (talvez acentuado pelo grau de exposição aos elementos naturais), com elementos não plásticos de grandes dimensões em comparação com as pastas cuidadas (até mesmo com engobe) das cerâmicas do Castelo do Azinhalinho.

A relação quantitativa das morfologia funcional aberto/fechado não evidencia a clara dominância das formas abertas face às formas fechadas como sucede no Castelo do Azinhalinho, existindo um equilíbrio aberto/fechado nas formas identificadas.

A distribuição quantitativa das formas recolhidas (com todos os vícios de leitura que uma leitura deste tipo sobre dados de prospecção pode acarretar: quantificam-se fragmentos e não recipientes, incluindo sob a mesma análise grandes recipientes como os pratos e pequenos recipientes como hemisferas e taças) revela uma diversidade morfológica e funcional: as formas predominante são a taça e o pote (com ou sem bordo espessado). O prato surge com valores mais reduzidos, sendo residual a existência de bordos almendrados (dois fragmentos). Se a quantificação não tem qualquer tipo de validade quando se trata de materiais provenientes de prospecção os valores relativos dos tipos cerâmicos decerto deverão ser representativos da realidade subjacente.

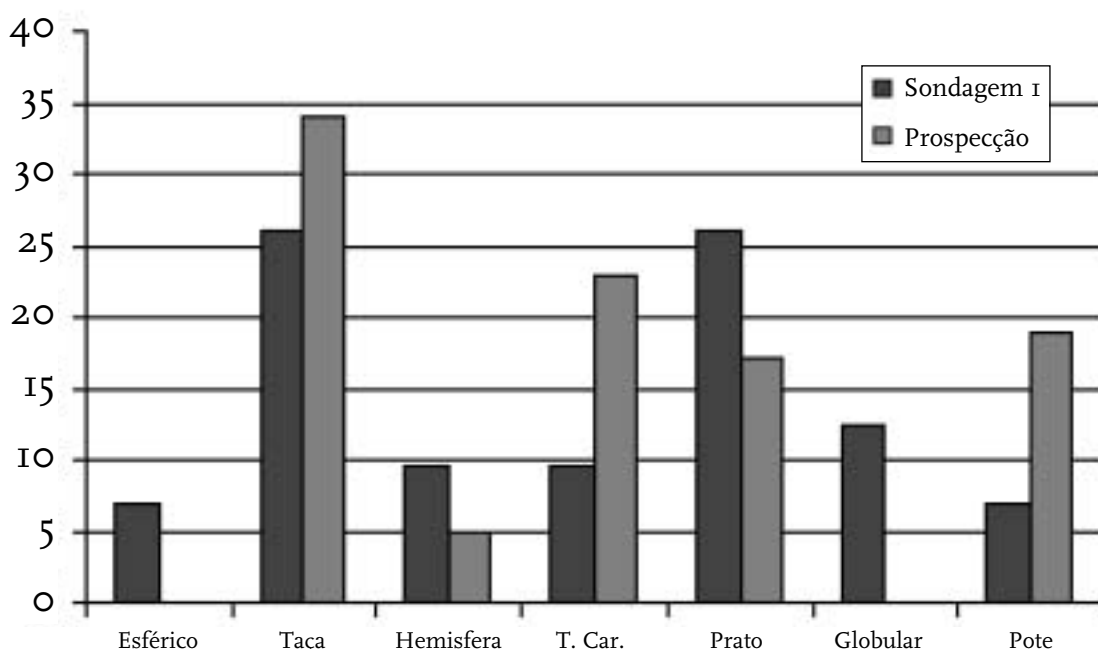


GRÁFICO 2 – Formas cerâmicas de Areias 15: resultados obtidos na sondagem face às recolhas de superfície.

A taça carenada tem um valor estatístico relevante mais expressivo que no Castelo do Azinhalinho. A importância percentual da taça carenada em sítios atribuíveis ao Neolítico Final é bastante desigual, nunca sendo dominante em relação ao conjunto em análise. Para TESP<sub>3</sub>, um povoado que estaria inserido no mesmo âmbito cronológico que Areias 15, os valores de frequência de taças carenadas não atingem 20% com valores variáveis nas diferentes áreas do povoado.

A extensão em área do povoado poderia significar a existência de um longo período de ocupação horizontal com processo de ocupação (em continuidade, com momentos de abandono e reutilização?) que não são compreensíveis sem a realização de trabalhos de escavação.

A confrontação desta imagem com os demais povoados de Reguengos é dificultada pela desigualdade do tipo de informação: sítios como TESP<sub>3</sub>, Marco dos Albardeiros, Monte Novo dos Albardeiros que foram objecto de escavações recentes (ou ainda o povoado dos Perdigões, também escavado recentemente mas sem qualquer tipo de publicação) não podem ser comparáveis com aqueles (como o Castelo do Azinhalinho e Areias 15) que nunca foram objecto de escavações. Mais do que as percentagens relativas, importa referir algumas presenças e ausências.

Em relação à taça carenada esta surge em povoados considerados do Neolítico Final como Monte Novo 1, no Marco dos Albardeiros, TESP<sub>3</sub>, Areias 15 mas também em sítios considerados calcolíticos como Castelo do Azinhalinho, Perdigões e Barrisqueira (além da presença residual em contextos funerários calcolíticos como no *tholos* Olival da Pega 2 indubitavelmente datado cronometricamente). A ausência de fragmentos de taça carenada no Monte dos Albardeiros, povoado fortificado calcolítico tal como poderá ser o Castelo do Azinhalinho, poderá atestar a diversidade de significados de um vaso cerâmico que se encontra ausente dos conjuntos artefactuais dos povoados fortificados do Centro/Sul de Portugal. Num outro povoado de Reguengos que foi escavado, o conjunto de menires e habitat dos Perdigões, os autores referem a existência de dois momentos de ocupação bem diferenciados estratigraficamente correspondendo a um povoado aberto do Neolítico Final com taça carenada, peso de tear paralelepípedo e a um povoado calcolítico com “diferente estratégia de implantação” (?) (Gomes, 1989, p. 259) com prato de bordo almendrado, crescentes, metalurgia.

A presença de fragmentos de taças carenadas (tal como outros artefactos como os pesos de tear placa) no povoado calcolítico (fortificado?) Castelo do Azinhalinho poderá talvez significar a existência de uma ocupação do sítio desde o Neolítico Final.

O prato surge em quase todos os povoados identificados, com diferenças de valor relativo em relação aos conjuntos artefactuais como o Monte Novo dos Albardeiros, a Barrisqueira, o Vale Castelo, TESP<sub>3</sub>, Monte Novo 3 e 1, Marco dos Albardeiros. Em contextos calcolíticos como Monte Novo dos Albardeiros e Castelo do Azinhalinho o prato é a forma claramente dominante.

Apenas foi recolhida cerâmica simbólica em contextos habitacionais nos povoados TESP<sub>3</sub>, nos Perdigões e no Monte Novo dos Albardeiros além da presença em necrópoles com clara ocupação calcolítica como Anta Grande do Olival da Pega.

- Pesos de tear

Outro tipo de artefactos cerâmicos surge em abundância no **Castelo do Azinhalinho**: foi recolhido um elevado número de fragmentos de peso de tear (num total de 32, dos quais 13 são extremidades e 19 correspondem à área mesial).

Ao elevado número de fragmentos de pesos de tear deve contrapor-se a sua variabilidade morfológica. Incluí-se exemplares com dimensão muito diferenciada atestada não só pelo comprimento (conservado) mas também pela sua largura e espessura. De igual forma se recolheram fragmentos de secção circular, subcircular, sub-rectangular, rectangular

apresentando todas as extremidades recolhidas apenas 2 perfurações (de destacar o fragmento CAZ-85 que apresenta uma perfuração transversal). Esta diversidade formal corresponde decerto a uma diferente funcionalidade atestada já pelas recolhas de superfície. Do conjunto de fragmentos recolhidos apenas 2 fazem parte de placas paralelepípedicas.

A grande quantidade de pesos de tear recolhidos e a sua variabilidade morfológica evidencia a importância do processamento das fibras pelas comunidades que habitaram este povoado que é confirmada pela presença de outros elementos como um cossoiro, elemento pouco comum no registo arqueológico de povoados do Neolítico Final/Calcolítico no Sul de Portugal.

Além dos recipientes cerâmicos de formas diversas e dos pesos de tear, foi recolhido no Castelo do Azinhalinho um fragmento de uma provável pega em cerâmica (cf. estampa) de funcionalidade desconhecida.

No povoado aberto **Areias 15** foram recolhidos vários fragmentos de pesos de tear (num total de 17, onde 7 são extremidades e 10 pertencem à área mesial).

Também aqui a diversidade morfológica atesta a diversidade de funções embora menos acentuada que no Castelo do Azinhalinho porque correspondendo a um universo mais reduzido e mais fragmentado. A existência de fragmentos de peso de tear placa (18% do total) com uma e duas perfurações em cada extremidade poderá indicar diferentes funções e prováveis cronologias.

A coexistência de pesos de tear em crescente e em placa foi identificada em povoados com ocupações do Neolítico final e Calcolítico e nos sítios que apresentam unicamente uma fase de ocupação integrável no Calcolítico no Sul de Portugal, apenas surgem pesos, de tear crescentes (Diniz, 1994, p. 144) embora em alguns sítios da Estremadura como Montearão e Arara surjam pesos de tear placa e crescentes em simultâneo (Enríquez Navascués, 1990). Também no Castelo do Azinhalinho foram recolhidos fragmentos de pesos de tear placa (dois num universo de 32).

### *Artefactos líticos*

Os estudo dos artefactos líticos não suscita o mesmo tipo de conotações cronológicas e culturais associadas às cerâmicas quando aplicadas a comunidades do III e IV milénio. As interpretações de funcionalidades e origem de matérias-primas forma anteriormente referidas e a quantificação absoluta não é possível através de dados de superfície.

#### • Pedra lascada

A presença de artefactos de pedra lascada é fortemente minoritária em relação ao conjunto de artefactos recolhidos na maioria dos sítios de superfície conhecidos tal como em sítios escavados como TESP3. A matéria prima dominante tem proveniência local (xisto jaspóide) surgindo eventualmente sílex e chert (Vale Castelo, Areias 15)

Os artefactos de pedra lascada apresentam geralmente uma grande continuidade temporal de utilização não sendo explícita a sua conotação com realidades cronológicas mas antes evidenciando actividades produtoras e exploração de matérias-primas.

As várias campanhas de prospecção (1992 e 1995) desenvolvidas no povoado do **Castelo do Azinhalinho** forneceram poucos elementos para que possamos descrever um conjunto de artefactos de pedra lascada. Apenas se assinala a existência de um fragmento de xisto jaspóide com retoque constituindo provavelmente um fragmento de lâmina (CAZ-240). A equipa de estudo da barragem do Alqueva refere a existência de “uma ponta de seta de xisto jaspóide e retoque marginal, fragmentada na extremidade dis-

tal; fragmento de xisto jaspóide; 2 placas de xisto jaspóide em curso de preparação tendo, possivelmente, em vista o fabrico de pontas de seta” (Soares e Silva, 1992, p. 71).

Recolheram-se alguns artefactos de pedra lascada no povoado **Areias 15**, nomeadamente dois fragmentos de lâmina retocada em chert (ARS-79) e em sílex (ARS-128); uma ponta de seta não retocada em xisto jaspóide (ARS-82); uma lasca retocada em sílex que apresenta indícios de utilização (ARS-121) e resto de talhe.

- Pedra polida

As campanhas de prospecção desenvolvidas no **Castelo do Azinhalinho** evidenciaram a existência 6 artefactos (fragmentados e intactos) de pedra polida. O reduzido número de artefactos de pedra polida face ao conjunto de materiais recolhidos (2,4 % num total de 250 registos) poderá ter algum significado estatístico apesar das precauções inerentes à informação de superfície. Quando confrontamos esta realidade com o elevado número de percutores recolhidos podemos ser levados a avaliar a importância relativa das actividades relacionáveis com estes artefactos.

A equipa da Barragem do Alqueva identificou vários fragmentos de artefactos de pedra polida incluindo machados, enxós e martelo (Soares e Silva, 1992, p. 72)

Em **Areias 15** foram recolhidos 13 fragmentos de pedra polida em anfibolito e alguns dos percutores recolhidos (em anfibolito) poderão corresponder a machados reaproveitados. A relação quantitativa destes artefactos face ao conjunto de artefactos líticos recolhidos poderá evidenciar a importância das actividades de desflorestação, de eventuais práticas agrícolas e do trabalho da madeira.

Os 13 registos de pedra polida correspondem a artefactos inteiros (ARS-10, ARS-72, ARS-126, ARS-123), fragmentados longitudinalmente (ARS-74, ARS-76) sem talão (ARS-73) ou apenas com parte da extremidade distal (ARS-76, ARS-86, ARS-87). Este estado de conservação diferenciado corresponde ao tipo de utilização neles empreendida. Todos os machados inteiros apresentam intensos sinais de uso (gume boleado) e traços de percussão enquanto que nos exemplares mais fragmentados não identificamos quaisquer sinais de uso.

No conjunto de sítios de Reguengos de Monsaraz a pedra polida surge em muitos dos sítios identificados embora esteja muitas vezes representada por poucos exemplares. Assim foi identificada no Monte Novo dos Albardeiros, na Barrisqueira, no Vale Castelo, no TESP 3, no Horta do Palha, Monte Arriba, Monte Novo 1, Marco dos Albardeiros.

- Pedra afeiçoada

A abundância e diversidade das indústrias macrolíticas presentes nestes conjuntos (sobretudo no Castelo do Azinhalinho) poderá ser uma consequência directa da fácil visibilidade deste tipo de artefactos em recolhas de superfície mas também atestar a importância destes artefactos multifuncionais que não necessitam de qualquer tratamento prévio para além da selecção de pedras. Estas características fazem dos percutores um item artefactual com uma longa pervivência cronológica acompanhando outros artefactos com clara conotação cronológica (e cultural) durante largos milénios.

A diversidade morfológica (forma, dimensão, peso, traços de utilização) destes artefactos torna útil a sua organização em grupos com diferenças que poderão significar diferentes dinâmicas de utilização embora não seja possível identificar funcionalidades. Dentro dos quadros descritivos em anexo as medidas respeitantes à espessura máxima, espessura mínima e altura podem indicar-nos que dentro dos grupos morfológicos definidos existem exemplares de dimensão variável. De acordo com estes parâmetros identificaram-se: 1) os percutores alongados que evidenciam traços de utilização nos seus topos. Neste grupo

podem considerar-se os machados-percutores; 2) os percutores circulares com utilização em toda a superfície do bordo (quase sempre achatados) de forma maioritariamente circular ou sub-circular, 3) os percutores irregulares com formas poliédricas e que apresentam sinais de percussão nas arestas e que são de grande dimensão, 4) os percutores de forma indeterminada sendo o seu estado de conservação fragmentário.

**Castelo do Azinhalinho** apresenta grande abundância de artefactos de pedra afeiçãoada (um total de 58 artefactos) correspondendo a um conjunto que é decerto bastante mais amplo.

Em termos comparativos podemos afirmar a preponderância dos percutores neste conjunto:

Os artefactos líticos com sinais de percussão constituem um conjunto de morfologia e dimensão heterogénea de acordo com as categorias previamente definidas: são dominantes os percutores com utilização circular, seguida da percussão sob zonas irregulares e alongadas.

Se as diferenças percentuais entre os grupos de percutores não são muito significativas e estão imbuídos da circunstancialidade dos dados provenientes de prospecção, as matérias-primas dominantes podem fornecer elementos para reconstruir as dinâmicas da exploração dos recursos locais e regionais:

Foram identificados dois seixos com talhe languedocense, provavelmente picos. A presença destes artefactos em sítios de cronologia tardia como o Castelo do Azinhalinho tem sido uma constatação perturbante, com maior efectividade nas margens do Guadiana e no Alentejo litoral, associados a contextos muito diferenciados, a implantações distintas (Raposo e Silva, 1984). A pervivência desta indústria em contextos pós-paleolíticos (com toda a longuíssima abrangência que essa designação encerra) indica a sua manutenção da sua funcionalidade em comunidades culturalmente tão distintas.

Os artefactos de pedra afeiçãoada têm uma importância relativa em **Areias 15**. Com um número total de 12 artefactos foi porém identificado o mesmo conjunto de artefactos que no Castelo do Azinhalinho percutores de vários tipos, moventes (e dormentes) e seixos talhados. Se a quantificação estrita não pode ser validada pois não se efectuaram prospecções sistemáticas, podemos porém ter uma imagem do conjunto recolhido.

Comparativamente com outros artefactos líticos a pedra afeiçãoada não se constitui como conjunto dominante (como sucede no Castelo do Azinhalinho), sendo aqui mais representativa a pedra polida.

Também aqui foram identificados vários tipos de percutores, nomeadamente percutores irregulares (1); achatados circulares (4); alongados (2).

Os percutores são comuns a todos os sítios pré-históricos identificados na área de Reguengos de Monsaraz funcionando como artefacto multifuncional e de longa duração cronológica.

Foram identificados e fotografados alguns dormentes no povoado do **Castelo do Azinhalinho** dispersos numa área considerável inclusivamente integrando o que foi considerado como “muralha”. No conjunto de artefactos de pedra afeiçãoada encontram-se cinco (5) moventes dos quais apenas dois (2) se encontram intactos, as suas formas variam entre o achatado circular e alongado correspondendo muito provavelmente a moventes de pequenas dimensões (Gonçalves, 1991, p. 133).

Em **Areias 15** foram recolhidos 4 moventes intactos de pequena dimensão e com indicadores de uso variáveis. Nos trabalhos de prospecção identificaram-se vários dormentes, alguns deles com grandes dimensões.

Nos povoados de Reguengos apenas foram identificados mós/elementos de mó no Monte Novo dos Albardeiros, Vale Castelo, Barrisqueira além dos dois sítios em análise.

A leitura comparativa efectuada entre os conjuntos artefactuais do Castelo do Azinhalinho e Areias 15 revela-se insuficiente para estabelecer diferenciações cronológicas e funcionais precisas.

Não podendo estabelecer quantitativas dos conjuntos que permanecem sempre como realidade provisória apenas é possível constatar as presenças/ausências e os valores relativos de cada tipo de artefactos e entre os dois conjuntos. Esta abordagem é necessariamente insuficiente para realidades tão similares artefactualmente e onde as atribuições cronológicas de determinados tipos de artefactos (taça carenada por exemplo) não foram ainda claramente confirmadas por sequências escavadas e datadas cronometricamente.

Apesar de todas as limitações anteriormente referidas parece que os conjuntos de Castelo do Azinhalinho e Areias 15 não apresentam uma diferença considerável em termos de presenças e ausências. Na realidade, o facto de que o povoado Castelo do Azinhalinho possa incluir uma ocupação integrável no Neolítico Final e outra no Calcolítico parece aproximar dois conjuntos aparentemente pertencentes a duas realidades diferenciáveis.

Os artefactos líticos apresentam um reduzido grau de variabilidade cronológica ao longo do IV e III milénio a.C. Pedra polida, moventes e dormentes surgem simultaneamente nos dois conjuntos mas a pedra lascada está melhor representada em Areias 15 com artefactos de várias matérias-primas e com diferentes funcionalidades (núcleos, raspadeiras, lâminas, pontas de seta). Os artefactos macrolíticos tipo percutor são muito abundantes no Castelo do Azinhalinho revelando a importância de tarefas “pesadas” e com um leque variado de matérias primas de origem local. Podendo representar pequenas diferenças de tipo funcional e de relacionamento com o espaço envolvente, a indústria lítica não fornece qualquer tipo de indicador cronológico.

A análise da cerâmica recolhida (recipientes e outros artefactos) também não pode funcionar como seriação linear. Todas as formas cerâmicas registadas surgem em ambos contextos embora neste caso as proporções relativas possam desempenhar algum tipo de auxílio. Assim, o conjunto de formas identificadas em Areias 15 parecem indicar a abundância de formas como a taça (mais predominante), com um número bastante elevado de taças carenadas e onde o prato surge sobretudo sem espessamento e muito poucos fragmentos com bordo almendrado. No Castelo do Azinhalinho pelo contrário o prato é a forma claramente dominante salientando-se a presença relativamente significativa de taças (com espessamento) e de valores muito reduzidos de formas globulares, esferóides e de taças carenadas.

Apesar de estas semelhanças artefactuais os conjuntos de superfície parecem indicar que no Castelo do Azinhalinho a ocupação calcolítica foi mais intensa que uma eventual ocupação do Neolítico Final e que em Areias 15 tudo parece indicar uma ocupação integrável no Neolítico Final embora não pareça claro o *terminus* da ocupação deste sítio.

### *2.3. Uma aparente imagem de contemporaneidade. Modalidades de ocupação do espaço: continuidade e ruptura no IV e III milénios*

As leituras espaciais de uma área induzem frequentemente considerações atemporais, condensando diferentes momentos da diacronia numa só imagem. O desconhecimento da vertente temporal impede uma real compreensão das permanências e rupturas das modalidades de ocupação de um espaço e do processo de construção de uma paisagem social e mental.

A dificuldade em conferir tempo ao espaço não é simplesmente consequência de um posicionamento teórico (ou da sua ausência), mas resulta dos problemas de leitura cronológica da evidência arqueológica. Não sendo viável a prossecução de trabalhos de escavação e de datação absoluta para todos os sítios arqueológicos de uma região (monumentos megalíticos e povoados), devemos procurar pistas de leitura que nos permitam compreender a realidade em análise. Uma leitura que se baseie exclusivamente em dados provenientes de prospecção impossibilitará sempre uma correcta compreensão da diacronia.

Não é possível dotar determinadas modalidades de ocupação do espaço de um significado cronológico e cultural. A extremada racionalidade de leituras da espacialidade gera inevitavelmente imagens de ordem viciada: “people are seen as intelligences moving about within physical bodies, a perspective which reduces the human body to the status of mere vehicle for the conscious mind” (Thomas, 1993, p. 73). Assim, por exemplo, se alguns dos povoados calcolíticos foram implantados em zonas sobrelevadas, correspondendo a um eficaz domínio da paisagem, essa situação não é generalizável a todos os sítios arqueológicos. E mesmo quando o são, outras alternativas existiram e foram deliberadamente ignoradas, tal o caso do povoado calcolítico do Monte Novo dos Albardeiros que poderia ter sido construído num outro local próximo e de altimetria mais elevada, lugar escolhido para um povoado do Neolítico Final, o Marco dos Albardeiros.

De igual forma, os artefactos não têm um valor indicador absoluto para o período em análise e com o grau de definição necessário. A comparação de conjuntos artefactuais de dois sítios de superfície com características de implantação muito diferenciadas, e que podem corresponder a cronologias diferenciadas no IV e III milénios a.C., como os povoados de Areias 15 e Castelo do Azinhalinho, não resulta claramente esclarecedor: as presenças são praticamente as mesmas, os valores relativos têm uma aplicabilidade limitada.

Foi repetidamente salientado o carácter heterogéneo da informação disponível para a área de Reguengos de Monsaraz. A compreensão de uma paisagem marcada pela presença de monumentos megalíticos e de povoados terá de ser partir da compartimentação da longa diacronia que abrange as primeiras comunidades construtoras de megálitos, como Poço da Gateira ou Gorginos, até às últimas reutilizações de monumentos megalíticos.

Para uma primeira fase de ocupação deste espaço, os povoados Xarez 12, Fonte dos Sapateiros, Xarez 4, Gorginos 6 e Pipas surgem numa eventual associação com as primeiras fases do megalitismo nesta região ou até mais provavelmente, no caso das Pipas e Xarez 12, com um momento anterior.

O Neolítico Antigo continua, no momento em que este texto é revisto, de conhecimento extremamente fragmentário e incompleto. O conjunto de sítios que a equipa de Manuel Calado identificou na Baixa do Xarez reúne por vezes características que nos poderiam levar a inseri-lo nesse grupo. Tal é o caso de Xarez 4, ou talvez de Fonte dos Sapateiros. Mas a inexistência de recolhas de material em número suficiente para uma boa diagnose não permitem ilações seguras, sendo talvez preferível o uso da expressão intencionalmente ambígua de “Neolítico Antigo/Médio”, a corrigir posteriormente, logo que um grau maior de precisão for possível.

No que se refere ao Neolítico Médio, parece hoje clara a coexistência de um povoamento de fraca visibilidade no tipo de implantação (povoados das Pipas, Xarez 12 e Gorginos 6) e uma deliberada monumentalidade dos monumentos funerários, ainda que Poço da Gateira 1 ou Gorginos 2 tenham dimensões de longe muito inferiores à volu-

metria total dos monumentos da segunda metade do IV milénio, como Cebolinhos 2 ou das duas antas do Olival da Pega. As datações absolutas obtidas para estes monumentos, por termoluminiscência, apontariam considerável antiguidade se o elevado desvio-padrão das datações não impedisse seriações finas. Apesar disso, é aceitável que estes monumentos sejam integráveis “na primeira metade do IV milénio a.C.” (Gonçalves, 1994, 1995), correspondendo a modalidades de povoamento como as preconizadas por Gorginós 6.

Os únicos contextos datados pelo radiocarbono na área de Reguengos de Monsaraz correspondem a realidades que pela sua morfologia são claramente integráveis no Calcolítico: um povoado fortificado (Monte Novo dos Albardeiros) e um monumento de falsa cúpula (Olival da Pega 2 b). Se para contextos de *habitat* as sequências de datações são ainda insuficientes, para os contextos funerários essas insuficiências são ainda maiores. O reduzido número de monumentos megalíticos alentejanos datados pelo radiocarbono impossibilita seriações finas do enorme bloco temporal em que estão inseridos os mais de 130 monumentos megalíticos de Reguengos de Monsaraz. Apenas são possíveis propostas de leitura cronológica através de indicadores relativos e nem sempre fiáveis, como a arquitectura, os conjuntos artefactuais e os ritos identificados. Para a área de Reguengos, podemos ainda referir a existências de datações por termoluminiscência para monumentos com as mesmas características formais de OP2b, como Farisoa 1 e Farisoa 1b, e que teoricamente poderiam corresponder à mesma realidade cronológica.

Embora as datações obtidas para Monte Novo dos Albardeiros (MNAL) e para um dos *tholoi* anexos à Anta 2 do Olival da Pega (OP2b) não possibilitem qualquer tipo de interrelacionamento de utilização, evidenciam decerto o enquadramento cronológico de duas das manifestações de vida e morte num mesmo período, a primeira metade do III milénio a.C.

### QUADRO 3

Cronologias absolutas <sup>14</sup>C disponíveis para Reguengos de Monsaraz.

Monumento/sítio	Tipo	Ref. Lab.	Amostra	Anos BP	cal BC a 2 s	Fase
MNAL	povoado	ICEN-530	osso	4060 ± 80	2886-2460	fase 1
MNAL	povoado	ICEN-529	osso	3760 ± 100	2470-1910	fase 2
OP2b	<i>tholos</i>	ICEN-956	osso	4180 ± 80	2920-2505	VF3
OP2b	<i>tholos</i>	ICEN-955	osso	4290 ± 100	3303-2501	VF2
OP2b	<i>tholos</i>	ICEN-957	osso	4130 ± 60	2900-2501	VF1

Uma visão generalizadora, que confere atributos cronológicos a modalidades de implantação, parece-nos uma abordagem reducionista, limitando as possibilidades de investigação às verdades instituídas.

Apesar disso, e recusando os modelos de implantação universalista, é evidente a existência de regularidades nas modalidades de ocupação de determinados períodos cronológicos. Estas regularidades deverão ser compreendidas de acordo com a especificidade de áreas coerentes: as características físicas e também as realidades culturais, sociais, mentais que podem configurar soluções particulares.

O facto de os povoados fortificados calcolíticos conhecidos no Centro e Sul de Portugal corresponderem a áreas com defensabilidade e controlo de recursos específicos, com elevada visibilidade, não significa que, simultaneamente, não existam sítios de *habitat* abertos com uma implantação diferenciada, integrando-se os vários tipos



de sítios numa teia de funcionalidades complementares e de realidades coexistentes. A difícil integração cronológica dos “pequenos sítios” identificados em prospecção e dos grandes povoados escavados impede a leitura das reais dinâmicas de construção da paisagem.

Para a época cronológico-cultural que antecede o Calcolítico, denominada ambigualmente *Neolítico Final*, é ainda mais difícil o reconhecimento de regularidades se considerarmos o estado incipiente da investigação sobre o povoamento desta época cronológica. A conotação com implantações sem defensabilidade, sobre áreas com elevado potencial económico, revela-se pouco clara se confrontarmos os dados disponíveis para a área de Reguengos de Monsaraz.

#### QUADRO 4

##### Intervisibilidades.

Povoados	Intervisibilidades
ARS 15 (Areias 15)	CAZ, CBS 6
BARRISQUEIRA	CAZ, MAL, MNAL
CAZ (Castelo do Azinhalinho)	ARS, MNAL, PRD, CBS 6, BARRISQUEIRA, MAL
CBS 6 (Cebolinhas 6)	ARS, CAZ
MAL (Marco dos Albardeiros)	CAZ, MAL, BARRISQUEIRA
MNAL (M <sup>te</sup> Novo dos Albardeiros)	CAZ, MAL, BARRISQUEIRA
MV (Monte do Vale)	VC
PRD (Perdigões)	Mte RIBEIRA, H. CARTAXO, TESP <sub>3</sub>
TESP <sub>3</sub> (Torre do Esporão 3)	Mte NOVO <sub>1</sub> , Mte NOVO 3, VC
VC (Vale Castelo)	Mte DO VALE

Assim, e no que se refere a defensabilidade e visibilidade, encontramos três soluções bem diferenciadas para os povoados com conteúdos artefactuais similares, semelhante morfologia de implantação e atribuíveis ao Neolítico Final:

1. TESP<sub>3</sub>, com uma visibilidade considerável, sendo efectivo o controlo visual de uma vasta planície (abrange todos os quadrantes de observação);
2. Marco dos Albardeiros, onde podemos identificar um extenso domínio da paisagem, particularmente acentuado em direcção a Nordeste e uma visibilidade circular relativa,
3. Areias 15, onde foi já salientado o grau de visibilidade curta e de exposição minimizada deste povoado.

Os povoados considerados calcolíticos, ou com uma significativa fase de essa época (Castelo do Azinhalinho, Monte Novo dos Albardeiros, Perdigões e Barrisqueira) apresentam sempre um elevado grau de visibilidade e controlo das áreas circundantes, com um campo de observação efectiva de tipo circular, embora a escolha do local exacto pudesse ter sido determinada por outros factores que não necessariamente a defensabilidade.

Esta primeira imagem decorre de uma primeira leitura atemporal de uma geografia estática e é fortemente limitada pela base eminentemente cartográfica em que esta é baseada.

Uma leitura (limitada) dos recursos disponíveis na área em análise (água, solos, matéria-prima, combustível) não parece salientar a existência de modalidades diferenciadas de exploração do espaço ao longo do IV e do III milénios a.C. Embora estes factores

desempenhem um importante papel condicionante no tipo de implantação dos povoados, não os podemos considerar absolutos.

Recordando a recente diferenciação teórica do megalitismo de Reguengos em duas áreas de organização, a sul e norte da Ribeira do Álamo, num equilíbrio numérico de tipos construtivos e prováveis cronologias (Gonçalves, 1992), poder-se-á questionar a possível correspondência de estes espaços funerários “...a dois territórios. dois grupos de comunidades, evoluindo em contacto permanente ?” (Gonçalves, 1992, p. 117). A imagem de uma área com povoamento mais denso na margem direita da Ribeira do Álamo (área Sul) poderá apenas reflectir contingências do trabalho de prospecção (que não foi efectuado sistematicamente em toda a área de Reguengos). No actual estado das investigações, apenas foram identificados dois sítios a norte da Ribeira do Álamo: o Castelo do Azinhalinho, objecto de análise no presente trabalho e com uma muito provável cronologia calcolítica e Poço da Gateira 3, provavelmente inserido no Neolítico Final.

Desde épocas mais recuadas do megalitismo (Neolítico Médio?) até aos primeiros momentos do Bronze (Monte Novo dos Albardeiros, Cebolinhos) o espaço naturalmente não muda, mas o que é mais importante é o facto de ser ocupado com ligeiras diversificações de opção.

Os povoados atribuíveis ao Neolítico final surgem simultaneamente tanto com um posicionamento central face a solos de maior aptidão agrícola (Areias 15; Vale Castelo) como em áreas que limitam a mancha de solos B e C (Marco dos Albardeiros, Poço da Gateira 3, TESP3). Por seu lado, os povoados calcolíticos correspondem sempre a implantações nos limites da área de exploração mais adequada: Monte Novo dos Albardeiros, Castelo do Azinhalinho, Barrisqueira, Perdigões (que no entanto se encontram numa reduzida área de solos A).

O IV e o III milénios a.C. em Reguengos de Monsaraz são marcados pela diversidade de soluções de povoamento que actualmente impedem a compreensão da eventual continuidade e (ou) ruptura entre o Neolítico Final e o Calcolítico. Não existe uma clara diferenciação de estratégias de ocupação do espaço entre estes dois momentos (áreas ocupadas, tipo de implantação, recursos explorados, visibilidade e defensabilidade) e o reduzido número de sítios escavados não permite a utilização de sequências de ocupação.

### **3. A génese do megalitismo em Reguengos de Monsaraz**

---

#### *3.1. A questão da génese do megalitismo no Ocidente peninsular*

A questão da génese do megalitismo no Ocidente Peninsular tem directamente a ver com a questão da própria antiguidade do megalitismo.

Sem qualquer datação de <sup>14</sup>C disponível, as teorias extremaram-se em três origens possíveis, havendo quem visse a origem do megalitismo peninsular nas cistas de Monchique, nos pequenos monumentos alentejanos ou até mesmo no grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz (o que desde já dizemos parecer-nos completamente absurdo).

A consideração do factor antiguidade fazia-se através da identificação de conjuntos artefactuais muito restritos: machados de secção circular e corpo picotado, geométricos e, ainda, pela ausência ou escassez de artefactos cerâmicos votivos.

Uma breve crítica a esta opção poderia resumir-se assim:

1. os machados de secção circular não são exclusivos do Neolítico Antigo Evolucionado, “período” onde para alguns autores, se colocava a génese do megalitismo;

2. geométricos encontram-se frequentemente em contextos funerários do Neolítico Final e mesmo do Calcolítico;
3. a escassez ou ausência de cerâmica pode atribuir-se à ausência do preceito de as depositar junto aos mortos, correspondendo portanto a um padrão cultural, sem qualquer conotação cronológica.

Seguiu-se a esta fase empírica uma outra, quase pseudo-científica, consubstanciada na verdadeira “chuva” de datações para mamoaes do Norte de Portugal que veio colocar a possibilidade (que leituras críticas mais atentas se encarregariam de desmentir rapidamente) das origens do megalitismo se encontrarem no Noroeste peninsular, área logicamente próxima de influências norte-atlânticas e culturalmente afastada do mundo mediterrâneo.

A acreditarmos nessas datações, ainda que conservando delas apenas uma escassa minoria fiável, teríamos assim no megalitismo da fachada atlântica duas grandes fases, no que respeita a influências recebidas, a primeira, atlântica, consubstanciada no megalitismo do Noroeste e numa sua eventual migração para Sul; a segunda, mediterrânica, traduzida na introdução dos hipogeus escavados na rocha, particularmente as grutas artificiais, e na generalização do uso dos *tholoi*, que dominará todo fim do megalitismo ou, mais concretamente, todo o III milénio, particularmente a sua primeira metade.

Na realidade, nem as novas datas para Carapito 1 (Cruz e Vilaça, 1994) nos parecem fiáveis, nem o número de datações obtidas para as Beiras é suficiente para periodizar com bases minimamente científicas fenómenos tão complexos. Quanto ao Norte do país, a grande acumulação de datas, devido às características específicas dos contextos que datam (quase total ausência de espólios, nenhum reconhecimento de ritos funerários), é praticamente inusável, uma vez desconhecermos realmente o que datamos: momentos anteriores à construção dos monumentos, morfologias de câmaras, extensões de corredor, estruturas tumulares ?

Estamos, assim, caminhando para o fim do milénio, num conjunto de situações mais ou menos habilmente identificadas, mas das quais está quase sempre ausente o factor tempo, cuja malha de conhecimento, indispensável em termos históricos, foi destroçada pelos fenómenos pós-deposicionais e é, em muitos casos, simplesmente irre recuperável.

Parece hoje claro, contudo, que a grande antiguidade dos monumentos bretões, do conjunto de Bougon e dos *tumuli* da bacia parisiense, comparada com algumas datações para os monumentos portugueses, escolhidas entre as poucas fiáveis, pode traduzir-se numa explicação muito simples e que constitui a própria negação, para as origens, de um difusionismo no entanto defensável para fases mais avançadas, nomeadamente as do IV e III milénios a.C. O megalitismo seria assim uma manifestação estrutural das sociedades camponesas, emergindo como prática funerária independente nas regiões onde os grupos humanos atingiram o mesmo ponto de maturação (Gonçalves, 1992, p. 173).

Mas sobre as condições específicas de emergência de este fenómeno no Ocidente peninsular nada se sabe com rigor (e até mesmo sem ele...).

É bom assim que nos habituemos a viver com a realidade das nossas insuficiências e que não procuremos substituí-las por fantasias que consagram afinal o a-historicismo que marca, de forma tão curiosa, parte de algum pensamento “arqueológico” deste fim de século. Consagrando, assim o supomos, mais uma *moda* que uma verdadeira contribuição positiva para o reapreço dos fenómenos. Ainda que todas as contribuições possam ser eventualmente positivas, quanto mais não seja pela reacção que, passado algum tempo, não deixarão de provocar.

### 3.2. A génese e evolução do Megalitismo em Reguengos de Monsaraz

Actualmente, conhecem-se pelo menos quatro tipos de monumentos megalíticos funerários em Reguengos de Monsaraz:

1. pequenas cistas construídas com esteios de reduzidas dimensões;
2. antas de corredor muito curto e curto (de acordo com a classificação proposta em Gonçalves, 1989);
3. antas de grandes dimensões, geralmente com corredor longo ou muito longo;
4. *tholoi*, nas três situações conhecidas (Comenda 2b, Farisoa 1b, Olival da Pega 2b), anexos ao corredor de monumentos megalíticos anteriores.

Se, na realidade, nada se sabe sobre a cronologia das pequenas cistas, sabemos com segurança que algumas antas de corredor muito curto e curto são anteriores às grandes antas de corredor longo ou muito longo, tal como os *tholoi* são claramente posteriores a estas últimas uma vez que utilizam espaços preexistentes das estruturas tumulares.

Com efeito, ainda não estão claramente definidos os vários significados, expressões arquitectónicas, simbólicas e rituais que o megalitismo de Reguengos de Monsaraz foi assumindo ao longo de dois milénios. As datações absolutas para contextos funerários limitam-se às datas obtidas por  $^{14}\text{C}$  para o *tholos* anexo à anta 2 do Olival da Pega. Todas as atribuições cronológicas de um qualquer faseamento apenas pode ser a reflexão comparativa (que não existe) de análises sobre os artefactos e ritos identificados nas antigas e modernas escavações.

A questão que se coloca a nível da génese do megalitismo em Reguengos de Monsaraz só pode ser resolvida quando houver informação suficiente sobre o mais antigo povoamento neolítico da área.

Como foi anteriormente referido, os recentes trabalhos na Baixa do Xarez alteraram profundamente o nosso conhecimento sobre os primeiros momentos do Neolítico nesta área.

Parece assim evidente que a fase correspondente à mais antiga presença das sociedades camponesas em Reguengos de Monsaraz não está em condições de suportar as comparações entre os povoados que tão mal se conhecem e as necrópoles sobre as quais nenhuma referência fiável se possui. Os casos particulares da Anta Falcoeira 1 (Leisner 108 a, b) e de Areias 10 e 11 (Leisner 97, 98) dificilmente correspondem a uma realidade inquestionável no que se refere à diagnose de uma primeira fase do megalitismo em Reguengos de Monsaraz. Trata-se com efeito de monumentos muito destruídos e certamente utilizados em diversas fases como o seu espólio parece indicar, situação que certamente implicou revolvimentos, significados similares a violações para saques.

Todo o nosso conhecimento parece assim centrar-se sobre as fases de construção de megálitos em que este conjunto de prescrições mágico-religiosas se encontra já transformado num padrão de comportamento. À parte esta primeira presumida fase, os monumentos megalíticos surgem já com uma configuração base que se não altera ao longo do tempo a não ser a nível das dimensões da câmara e do corredor. Todos os monumentos conhecidos surgem com câmaras de desenho similar e corredores que na quase totalidade dos casos usam ou a fórmula 1+1, geralmente num traçado afuselado ou esteios múltiplos de corredor mas definindo uma extensão idêntica. Também no que se refere aos espólios, as diferenças ainda que existentes não são consideráveis. Basicamente, as alterações mais significativas centram-se no aparecimento das placas de xisto com gravação geométrica e na presença de pratos e taças carenadas ainda em quem número relativamente escasso. A nível

da arquitectura a única linha de ruptura reside efectivamente nas construções de falsa cúpula — os *tholoi*. Mas, o espólio presente nestes monumentos inclui muitos componentes dos conjuntos anteriores. A escavação de OP2b e a sua publicação monográfica poderá redefinir esta situação, mas o actual estado dos conhecimentos é bem traduzido pelas informações que atrás avançamos.

O momento das origens — de quaisquer origens — é naturalmente difuso e de definição difícil para a maior parte das situações. Mas para Reguengos de Monsaraz nenhuma afirmação positiva pode ser feita pela comparação de nada com coisa nenhuma.

### 3.3. O que vemos mudar

#### *As cronologias disponíveis*

Este modelo interpretativo baseado na observação da cultura material de escavações antigas para as quais não existem datações absolutas foi recentemente questionado pelas datações C14 da necrópole neolítica da Gruta do Escoural.

#### QUADRO 5

Cronologias absolutas para a necrópole neolítica da Gruta do Escoural (Araújo e Lejeune, 1995).

Ref. laboratório	Amostra	Data convencional	cal BC a 2 sigma
Lv-1922	osso	4500 ± 60 BP	3358-3026
Lv-1923	osso	4610 ± 60 BP	3518-3260
Lv-1924	osso	4460 ± 70 BP	3338-3011
Lv-1925	osso	4420 ± 60 BP	3138-2910
ICEN-861	osso	4680 ± 80 BP	3643-3306
OxA-4444	osso	5560 ± 160 BP	4728-4040

As datas obtidas para esta necrópole contrariam o esquema interpretativo para o “Neolítico Médio”, período com contornos pouco definidos. Este período corresponderia em termos funerários a realidades artefactuais que incluem as cerâmicas lisas (por vezes almagradas) com formas simples (hemisferas, esféricos), pedra polida (machados de secção circular e, enxó, goiva), micrólitos, indústrias ósseas e a realidades rituais como a utilização de ocre vermelho e as primeiras inumações. A anta 1 do Poço da Gateira e a anta 2 dos Gorginos, na área de Reguengos e a “camada vermelha” da Lapa do Fumo, na península de Setúbal, bem como a necrópole neolítica da Gruta do Escoural, funcionariam como sítios paradigmáticos desta fase inicial do megalitismo do Sul de Portugal que corresponderiam a finais do V milénio/primeira metade do IV milénio.

Contrariando este esquema interpretativo, as datações da necrópole neolítica do Escoural vêm colocar estes enterramentos no que se convencionou denominar de Neolítico Final e que corresponde à segunda metade do IV milénio a.C. e mesmo em inícios do Calcolítico. A única datação que poderia corresponder aos modelos tradicionais (OxA-4444) foi considerada sem fiabilidade (Soares, 1995) e as restantes integram-se numa faixa cronológica (segunda metade do IV milénio) que indicam a contemporaneidade com os momentos mais antigos de povoados calcolíticos alentejanos como Sala n.º 1, Castelos de São Brás, Monte da Tumba e até mesmo do santuário exterior do Escoural (dois conjuntos simbólicos lado a lado?). Apesar da evidente diferenciação artefactual de necrópoles e povoados, algumas

ausências e presenças podem ser representativas: em Sala n.º 1, em sincronia cronológica com Escoural, surgem fragmentos de placas de xisto (Gonçalves, 1987) que são artefactos intrinsecamente relacionados com contextos funerários e que estão ausentes da necrópole neolítica do Escoural.

As possíveis explicações para estas surpreendentes datações carecem de fundamento perante o reduzido número de datações obtidas para povoados e necrópoles neolíticas (médio ou final) do Centro/Sul de Portugal. Sendo problemática a associação linear entre contextos habitacionais e funerários devido às diferenças do registo arqueológico apenas a prossecução de estudos (e escavações) sistemáticas em áreas bem definidas (como a de Reguengos de Monsaraz) poderá balizar cronologicamente o megalitismo alentejano e o povoamento correspondente. As duas explicações para o carácter recente das datações do Escoural padece de confirmação: “população que sofre o impacto da calcolitização (...) (e que), no entanto, a manter essencialmente os mesmos ritos funerários anteriores” ou “franja que se manteve afastada das inovações que outros grupos habitando próximo já tinham assimilado” (Soares, 1995, p. 114).

Estando em aberto o *terminus ante quem* dos primeiros momentos do megalitismo e do povoamento associado, a diferenciação entre o que se convencionou chamar de Neolítico Final e Calcolítico é também extremamente difícil. Tratando-se de uma área com um reduzido número de sítios de habitat escavados e praticamente sem necrópoles datadas em termos absolutos apenas são utilizáveis frágeis indicadores artefactuais (sobretudo cerâmicos) que resultam inoperantes quando confrontamos sítios onde apenas foram recolhidos artefactos líticos e cerâmica incaracterística. A comparação dos conjuntos artefactuais de dois dos sítios de superfície com maior número de artefactos — Areias 15 e Castelo do Azinhão — poderá evidenciar a dificuldade em estabelecer distinções entre sítios do grande bloco temporal que é a 2.ª metade do IV milénio a.C. e a 1.ª metade do terceiro.

Não dispomos ainda de datações absolutas nos povoados que atribuímos em Reguengos de Monsaraz ao Neolítico Final como TESP<sub>3</sub> ou Marco dos Albardeiros mas as actuais evidências apontam para uma cronologia que abrange a segunda metade do IV milénio a.C. (Gonçalves, 1994).

A comparação com sequências de datações obtidas para outros povoados com características similares, ainda que extra-regionais, poderá contextualizar cronologicamente a evidência em análise. Tal é o caso de Papa Uvas (Huelva), povoado com características artefactuais e estruturais muito similares a sítios como Marco dos Albardeiros e sobretudo TESP<sub>3</sub>.

## QUADRO 6

Cronologias absolutas para a sequência do povoado Sala n.º 1 (Gonçalves, 1987).

Ref. laboratório	Amostra	Data convencional	cal BC a 2 sigma	Fase ocupação
ICEN-444	osso	4490 ± 100 BP	3500-2900	nível
ICEN-445	osso	4490 ± 80 BP	3490-2920	nível 5
ICEN-447	osso	4490 ± 110 BP	3510-2890	nível 4
ICEN-448	osso	4140 ± 110 BP	3018-2460	nível 3

A datação absoluta da sequência de ocupação do povoado da Sala n.º 1 poderá integrar cronologicamente a passagem Neolítico Final-Calcolítico na área de Reguengos de Monsaraz. Assim, as três primeiras fases de ocupação do povoado correspondem à segunda metade do IV milénio a.C. e são caracterizadas artefactualmente pela presença de taça carenada e de pratos de bordo espessado, realidade comparável com TESP<sub>3</sub>, Marco dos Albar-

deiros, Vale Castelo ou Areias 15 e o nível 3 da Sala n.º 1 é integrável na primeira metade do III milénio a.C.

Os únicos contextos datados pelo radiocarbono na área de Reguengos de Monsaraz correspondem a realidades que pela sua morfologia são claramente integráveis no Calcolítico: um povoado fortificado (Monte Novo dos Albardeiros) e um monumento de falsa cúpula (Olival da Pega 2 b).

Para o povoado do Monte Novo dos Albardeiros foram já datados os dois momentos de ocupação. A primeira fase de ocupação que corresponde “à construção e primeira utilização da torre (...) conhecimento de metalurgia ou do uso de artefactos metálicos. Ausência de taças carenadas. Presentes pratos de bordo espessado” (Gonçalves, 1995). Esta fase integra-se claramente na primeira metade do III milénio a.C. e pode coincidir com o espaço de tempo em que o Castelo do Azinhalinho seria ocupado, tal como outros povoados da área em estudo como Perdígões.

É ainda muito reduzido o número de povoados fortificados do Sul de Portugal com datações absolutas que possam integrar cronologicamente as datas de Monte Novo dos Albardeiros. Assim, torna-se claramente difícil distinguir coerências supra-regionais (Alentejo e Algarve face à Península de Lisboa), entender matizes específicas e até mesmo esclarecer sequências estratigráficas. O reduzido número de sítios datados (e escavados) apenas indica que eventualmente, povoados calcolíticos como Castelo do Azinhalinho poderão corresponder a primeira metade do III milénio a.C. Muito embora alguns dos povoados fortificados calcolíticos do Centro/Sul de Portugal tenham sequências de datações razoavelmente longas (Santa Justa, Monte da Tumba, Zambujal, Liceia) podendo servir como indicadores de uma abordagem global, o reduzido número de contextos datados numa área que apresenta especificidades regionais inviabiliza uma seriação mais fina, não sendo claras as extrapolações com base nas datações disponíveis. Ainda assim parece útil equacionar os dados disponíveis para contextos calcolíticos do Sul (Alto e Baixo Alentejo).

## QUADRO 7

Cronologias absolutas para a sequência do povoado Monte da Tumba (Soares e Cabral, 1987).

Ref. laboratório	Amostra	Data convencional	cal BC a 2 sigma	Fase ocupação
UGRA 236	carvão	4550 ± 150 BP	3650-2900	Fase Ia
ICEN 115	carvão	4340 ± 35 BP	3095-2905	Fase Ia
ICEN 114	carvão	4340 ± 50 BP	3304-2910	Fase Ia
ICEN 172	carvão	4540 ± 90 BP	3510-2960	Fase Ib inicial
ICEN 116	carvão	4400 ± 80 BP	3350-2611	Fase Ib inicial
UGRA 234	carvão	4280 ± 100 BP	3255-2491	Fase Ib
ICEN 113	carvão	4220 ± 120 BP	3255-2491	Fase Ib
ICEN 117	carvão	4180 ± 30 BP	2896-2624	Fase Ib final
ICEN 131	carvão	4310 ± 110 BP	3340-2615	Fase II

O povoado fortificado do Monte da Tumba apresenta uma anterioridade cronológica pouco compreensível (o valor máximo abrange valores integráveis na segunda metade do IV milénio a.C.) face aos elevados desvios padrão que tornam impossível a distinção dos vários fases de ocupação do povoado. Deve também ser salientado o facto de que as amostras de carvão utilizadas para datação não foram sujeitas a análises antracológicas, pois “árvores como a azinheira e o sobreiro podem viver dezenas ou centenas de anos” (Soares e Cabral, 1987, p. 157).

## QUADRO 8

Cronologias absolutas para a sequência do povoado Castelos de S. Brás (Parreira, 1990).

Ref. laboratório	Amostra	Data convencional	cal BC a 2 sigma	Fase ocupação
ICEN-43	carvão	4480 ± 60 BP	3360-2920	
ICEN-44	carvão	4410 ± 140 BP	3500-2639	

Cerro dos Castelos de S. Brás integra-se no mesmo âmbito cronológico ainda que o estado preliminar das escavações (e das publicações) não permita compreender o relacionamento com a “história” do povoado.

## QUADRO 9

Cronologias absolutas para a sequência do povoado do Escoural (Gomes, 1991).

Ref. laboratório	Amostra	Data convencional	cal BC a 2 sigma	Fase ocupação
ICEN-609	osso	4260 ± 90 BP	3090-2590	Cal. Pleno
ICEN-608	osso	4120 ± 100 BP	2910-2410	Cal. Pleno c/ met
ICEN-601	osso	4010 ± 90 BP	2870-2210	
ICEN-610	osso	3940 ± 90 BP	2850-2140	+ recente

As datas obtidas para o povoado calcolítico do Escoural, realidade mais próxima (fisiicamente) da área de Reguengos de Monsaraz e correlacionável com Monte Novo dos Albardeiros, também são dificilmente inteligíveis devido ao estado sumário da sua publicação que privilegia o relacionamento do povoado com um (anterior) santuário. A evidente contemporaneidade cronológica com as duas fases de MNAL só poderia ser plenamente compreendida perante a caracterização da morfologia da ocupação do povoado do Escoural, do seu conteúdo artefactual e dos contextos datados por <sup>14</sup>C. No entanto, deve obviamente ser dito que é incompreensível e provavelmente indefensável a separação funcional das datações 609 e 608, que na realidade correspondem um mesmo intervalo de tempo. E igualmente absurdo é a separação pretendida por aquele autor entre um “Calcolítico Pleno” e um “Calcolítico Pleno com metalurgia”, duas situações evidentemente inseparáveis em termos de seriação e caracterização.

Se para contextos de habitat as sequências de datações são ainda insuficientes, para os contextos funerários essas insuficiências são ainda maiores. O reduzido número de monumentos megalíticos alentejanos datados pelo radiocarbono impossibilita seriações finas do enorme bloco temporal em que estão inseridos os cerca de cem monumentos megalíticos de Reguengos de Monsaraz. Apenas são possíveis propostas de leitura cronológica através de indicadores relativos como a arquitectura, os conjuntos artefactuais e o ritos identificados. Para a área de Reguengos podemos ainda referir a existências de datações por termoluminescência para monumentos com as mesmas características formais que OP2b como Farisoa 1 e Farisoa 1b, e que teoricamente poderiam corresponder à mesma realidade cronológica.

Embora as datações obtidas para Monte Novo dos Albardeiros e OP2b não possibilitem qualquer tipo de inter-relacionamento de utilização, evidenciam decerto o enquadramento cronológico de duas das manifestações de vida e morte num mesmo período, a primeira metade do III milénio a.C.



### 3.3.1 *As novas arquitecturas*

Na primeira metade do III milénio em Reguengos de Monsaraz, um novo tipo de construção até então ausente do registo arqueológico emerge e consolida-se.

Este novo tipo de construção consiste na utilização de uma arquitectura não ortostática nos monumentos funerários e na aparição de dispositivos defensivos utilizando o binómio muralhas-torres, construídas geralmente com lages consolidadas por argila.

A nível dos povoados surge sem dúvida, pela primeira vez uma arquitectura que traça linhas verticais em ruptura absoluta com as linhas horizontais dominantes na grande planície alentejana. Não é apenas a nível das técnicas arquitectónicas, mas sobretudo da filosofia da ruptura na cultura material que estes porventura se afirmam.

De qualquer forma muralhas com 2,2 m de espessura e torres gigantes como o do Monte Novo dos Albardeiros dificilmente se podem considerar exclusivamente simbólicas. traduzindo uma filosofia agressiva em relação à paisagem contrastando com o que acontecerá na segunda metade do III milénio quando estas construções estiveram já destruídas, ou com a segunda metade do IV milénio, altura em que estas ainda não existiam.

A própria localização do Monte Novo dos Albardeiros ou de Castelo do Azinhalinho ou se levarmos a análise mais longe, do próprio Monte dos Perdigões, confirma que esta filosofia do vertical é reforçada pela escolha de lugares em ruptura na paisagem, sendo avistáveis de longe e controlando extensas áreas de elevado significado económico sob o ponto de vista da agricultura, da pastorícia, da caça, ou até mesmo da mineração.

Em 1951 os Leisner tinham chamado a atenção para duas construções anexas a um monumento megalítico pré-existente. Com efeito, tanto em Farisoa I como em Comenda II, e anexas às câmaras e aos corredores destes monumentos tinham sido construídos monumentos de falsa cúpula. Sabemos hoje que esta arquitectura se integrava plenamente nos moldes e paradigmas construtivos alentejanos/estremenhos/andaluzes que consistem em forrar com finas lages de xisto verticais um poço funerário circular coberto posteriormente com uma falsa cúpula.

Os trabalhos da UNIARQ vieram permitir a identificação de três outros monumentos, um da mesma tipologia dos anteriormente registados, outro com uma nova tecnologia até então desconhecida no Alentejo mas comum na Península de Lisboa, a câmara em falsa cúpula integral (OP2d). O terceiro monumento foi apenas identificado pela cúpula e só trabalhos futuros poderão definir a sua geometria.

A nova situação verificada no Olival da Pega tem a ver não apenas com a variedade construtiva patente neste complexo funerário, como com um novo fenómeno cujas proporções eram então desconhecidas em Reguengos: a articulação de novos monumentos com uma realidade anterior num verdadeiro complexo funerário de diferentes fórmulas, técnicas e tradições de construção.

### 3.3.2 *A satelitização*

A satelitização patente em OP2 vem colocar as três questões-chave: inovação, continuidade e mudança.

Inovação, pelas novas técnicas de construção e pela própria natureza de alguns dos componentes das ofertas votivas efectuadas.

Continuidade, pela utilização de um grande e prestigiado espaço funerário anterior. Igualmente e de algum modo continuidade, pelo reaproveitamento de elementos votivos anteriores (nomeadamente placas de xisto com decoração geométrica). Estas placas não são reaproveitadas arbitrariamente mas de acordo com zonas de corte rigorosamente seleccionada.

Mudança, pelas novas filosofias de deposição dos cadáveres.

Duas explicações no mínimo são possíveis para explicar este novo fenómeno de satelitização: (1) a reconstrução deste espaço faz-se na mesma sequência ideológico-cultural sem ruptura significantes em relação à construção da anta; (2) tal como aconteceu com a igreja cristã que se substituiu a antigos templos romanos, com as mesquitas islâmicas que reconstruíram espaços cristãos, ou com igrejas cristãs que reocuparam espaços islamizados, os tholoi construídos em torno às antas de Reguengos de Monsaraz representa uma ruptura ideológica específica mas não geral, uma vez que a utilização de base permanece.

Há portanto dois fenómenos diferentes e que não convém confundir. Um diz respeito ao agrupamento de monumentos como acontece nos Cebolinhos, Areias, ou mesmo no Olival da Pega. O segundo fenómeno, o da satelitização verifica-se quando o monumento megalítico, que a experiência mostra ser sempre de grandes dimensões, se torna o pólo de novos monumentos anexos ou que partilham o corredor original.

### 3.4. *O que permanece e o que muda*

#### 3.4.1. *Reaproveitamento de espólios anteriores*

Uma das mais bizarras questões já reconhecida como fonte de perplexidade dos Leisner reside no espólio recolhido no espólio de Reguengos de Monsaraz, julgaram que em termos gerais não houvesse diferenças significativas entre o espólio recolhido em antas e *tholoi*. Na verdade os dois monumentos escavados não forneceram artefactos votivos em número minimamente significativo. Ou por terem sofrido violações na Pré-História, ou por terem sido alvo de remeximentos recentes, tanto em Comenda 2b como em Farisoa 1b fornecem aquilo que consideramos com uma pequena fracção seu conteúdo artefactual. A escavação de OP2b forneceu um número tão significativo de materiais arqueológicos, nomeadamente mais de 120 lâminas e mais de 60 vasos inteiros ou reconstruídos, que é possível perceber agora que a generalização sugerida pelos Leisner não tem afinal fundamentos. Estes materiais são por vezes consideravelmente inovadores, registando-se um determinado número de novas formas inexistentes nos conjuntos anteriores. Por outro lado, não é impossível que alguma similitude artefactual entre o espólio dos *tholoi* e das antas não traduza também um aproveitamento destas em fases largamente posterior à sua construção: teríamos assim *tholoi* construídos de raiz durante a primeira metade do III milénio, ao mesmo tempo que outros enterramentos teriam sido realizados em antas abandonadas pelos primeiros.

#### 3.4.2. *As novas presenças artefactuais*

É evidente que as novas presenças artefactuais têm que ver com matérias primas e tecnologias até então inexistentes no registo arqueológico tal como o cobre e a sua metalurgia. Mas indiscutivelmente o carácter primário desta observação não nos deve iludir. Assim, determinadas formas cerâmicas como os pequenos copos de paredes espessas não aparecem como equipamento funerário de origem em nenhum monumento de construção ortostática. Aparecem exclusivamente nos tholoi como aliás nos povoados fortificados da Península de Lisboa. Também as formas globulares de colo exvertido não são visíveis em nenhum conjunto anterior ao III milénio.

Outro fenómeno de grande visibilidade consiste na raridade, ou mesmo total ausência de pedra polida nos monumentos de falsa cúpula, situação que coincide aliás com

Santa Justa e outros sítios calcolíticos do Sul. Não temos uma explicação indiscutível para esse fenómeno, mas não é impossível que a progressivo desaparecimento da pedra polida não correspondem a um crescimento dos artefactos de cobre como machados e enxós. No entanto, deve ser referido que o considerável peso de artefactos metálicos se possa ter traduzido num reaproveitamento constante por refusão dos originais quebrados o que falseia quantitativamente os dados.

Ao mesmo tempo um outro fenómeno está a ser detectado num estudo de uma colaboração entre a UNIARQ e o CNRS: o significado do aparecimento destes conjuntos de grandes lâminas de sílex ou chert tecnicamente impossível de obter com recurso a tecnologias tradicionais de talhe. Segundo os investigadores que têm trabalhado neste projecto, apenas a técnica de percussão por alavanca poderia produzir lâminas com estas dimensões e a verificação da existência de ponteiras deste metal fixas à parte terminal do sistema.

Assim, na primeira metade do III milénio em Reguengos de Monsaraz encontramos inovação, continuação e mudança, mas somos levados a crer sem paixão, que a continuidade verificada traduz as grandes constantes nas sociedades agro-metalúrgicas, que um factor decisivo determine como conclusiva uma estrita evolução local. Com efeito, são os factores de inovação e mudança que parece dominar, fazendo com que, em Reguengos de Monsaraz como na Península de Lisboa, aquilo que se passa agora pouco tenha a ver com o que se passava antes.

*Lisboa, Primavera de 1996,  
texto reescrito no Inverno de 1997*

## APÊNDICE

### Os povoados do IV e III milénio em Reguengos de Monsaraz

---

#### *Listagem actualizada e caracterização sumária*

A listagem dos principais povoados e sítios pré-históricos de Reguengos de Monsaraz pretende enquadrar as perspectivas atrás enunciadas. Embora, para alguns, as ideias não estejam dissociadas dos factos, a inclusão sistemática de estes últimos no texto corrido resulta por vezes mal ou implica quebras de ritmo quando os entrosamos no fluxo de um texto interpretativo. Decidimos assim agrupá-los como Apêndice documental.

Simultaneamente, esta listagem funcionava inicialmente como o “estado da arte” antes das investigações decorrentes do plano de minimização de impactes da Barragem do Alqueva. No entanto, o arranque daquela série de acções, os nossos dados e, sobretudo, as prospecções da Equipa de Manuel Calado no Outono/Inverno de 1998 exigiram uma revisão da listagem proposta. Operámos assim, em 1999, na altura da entrega do original para tipografia, uma actualização sumária limitada aos sítios de maior importância entretanto reconhecidos e, no caso de alguns, escavados ou em escavação. Nesse sentido, marcámos com asterico as novas entradas. Agradecemos a Manuel Calado a entrega de todo o material recolhido pela sua equipa durante as novas prospecções no quadro da “situação Alqueva”, o que permitiu a sua análise, classificação e a inclusão de breves descrições da cul-

tura material. Sempre que esta não foi suficiente para que se falasse seguramente de “povoado”, no sentido “clássico” da expressão, usámos a designação, consideravelmente menos comprometida, de “sítio”. Naturalmente, só após sondagens se poderá concluir da verdadeira dimensão e significado de estes “sítios” e da real natureza que eles assumem numa visão hierarquizada do povoamento antigo de Reguengos de Monsaraz.

VSG & ACS  
Lisboa, texto revisto no Outono de 1999

## 1. Neolítico Antigo e/ou Médio

---

### *Carraça 1\**

CMP 482 (1989). Coordenadas geográficas: M: 159920.48; P: 262850.56; N: 138.31 m (datum de Lisboa). *Sítio a submergir pela Barragem de Alqueva.*

Sítio escavado em 1999 sob a direcção de Victor S. Gonçalves, com estruturas de combustão quer sob a forma de *cuvettes* quer de fornos tipo Xarez-12.

Indústrias microlaminares e alguma rara cerâmica. Carraça 1 integra-se numa ampla área com vestígios de ocupação designada Piornal 5, onde se recolheram materiais arqueológicos neolíticos e calcolíticos.

---

### *Fonte dos Sapateiros\**

CMP 474 (1995). Coordenadas geográficas: M: 16538.80; P: 264676.53; N: 135.54 m (datum de Lisboa). *Sítio a submergir pela Barragem de Alqueva.*

Sítio identificado em 1998 por Calado e Mataloto. Existem, no mínimo, dois núcleos (e um terceiro, duvidoso) traduzidos pelas recolhas de superfície, mas na realidade parece tratar-se de uma área extensa, traduzindo parte de uma ocupação a Oeste do *cromlech* do Xarez. Este sítio pode estar conectado com o abaixo referido Xarez 4, sendo provavelmente ambos parte da mesma realidade cronológico-cultural.

De acordo com as prospecções, identificaram-se vários núcleos, caracterizados sumariamente através dos elementos da cultura material recolhidos:

1. Fonte dos Sapateiros 1 (n.º de referência<sup>4</sup> 117): seixos talhados e cerâmica manual;
2. Fonte dos Sapateiros 2 (n.º de referência 119, n.º de campo 49): onde foi recolhida um fragmento de bojo com mamilo perfurado verticalmente e incisões verticais sobre cordão plástico, outro com incisões radiantes e várias cerâmicas pré-históricas, para além de um cristal de quartzo hialino, pequenos núcleos exaustos e diversos restos de talhe de sílex e xisto jaspóide;
3. Fonte dos Sapateiros 3 (n.º de referência 120, n.º de campo 50): fragmentos cerâmicos diversos e escória de fundição.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

### *Gorginos 6*

CMP – 482 (1989). m: 254.9; p: 160.00

Vertente suave onde a visibilidade efectiva para a área envolvente é praticamente inexistente, na margem esquerda da ribeira da Sardinha. Solos arenosos, granodioritos.

Em 1997, um dos autores (VSG em colaboração com Mariana Diniz) realizou neste sítio uma Campanha de escavações que revelou extensas intervenções pós-deposicionais, marcadamente de natureza agrícola, tendo-se recolhido directamente sobre a rocha sacos de fertilizantes e material moderno.

Povoado aberto com escasso espólio recolhido.

Cultura material (conjunto proveniente das recolhas de superfície):

- cerâmica: lisa, presença reduzida, recolha de fragmentos com decoração (sulco abaixo do bordo)
- pedra lascada: restos de talhe (quartzite e sílex); micro-utensilagem (sílex)
- pedra não afeiçãoada, mas com traços de utilização: percutores e seixos talhados de quartzito
- pedra polida: machado de anfibolito

Bibliografia: Gonçalves, Calado e Rocha, 1992, Gonçalves e Dinis, 1997

---

### *Pipas*

CMP 482 (1989). m: 263.2; p: 157.3. *Sítio a submergir pela Barragem de Alqueva.*

Povoado situado em vertente suave (140 m), numa zona arenosa e baixa, na confluência de duas linhas de água (margem direita da ribeira do Álamo). A área envolvente inclui solos com aptidão agrícola, geologicamente corresponde aos xistos do Silúrico com afloramentos graníticos.

A equipa que aí efectuou trabalhos de prospecção e escavação salienta a extensão do sítio: “estendeu-se por uma área ovalada com 9000 m<sup>2</sup>” (Soares e Silva, 1992), com baixa densidade artefactual. As três sondagens realizadas permitiram um enquadramento deste sítio no Neolítico Antigo/Médio:

- cerâmica: reduzido número de fragmentos cerâmicos, presença de decoração impressa e plástica com “sobrevivências culturais do Neolítico Antigo”
- pedra lascada: seixos talhe languedocense, restos de talhe, micro-utensilagem em sílex (lamela de bordo abatido, crescente, flecha transversal, lascas não retocadas)
- pedra afeiçãoada: dois dormentes

Bibliografia: Soares e Silva, 1992: 54-61.

---

### *Xarez 12\**

CMP 474, 1995. Coordenadas geográficas: m: 266713.38; p: 160986.41; p: 120,37 m. *Sítio a submergir pela Barragem de Alqueva.*

Povoado identificado em 1997 por um prospector da EDIA que aí recolheu à superfície escasso material cerâmico inconclusivo e material lítico atípico.

No Verão de 1998, um de nós (VSG), no âmbito das acções de minimização de impacto no quadro da construção da Barragem de Alqueva, conduziu aí escavações, tendo sido iden-

tificada uma ocupação superficial muito localizada com traços ténues de arqueometalurgia (provável cadinho de fundição), taça carenada e reduzido espólio lítico (Área 1). Na Área 3, foi registado um notável conjunto de fornos provavelmente do Neolítico Médio, associados a restos de fauna selvagem e doméstica, dezenas de lamelas (e respectivos núcleos), trapézios, reduzida utensilagem macrolítica e cerâmica lisa.

Sobre este sítio, pode apresentar-se ainda a síntese preliminar de distribuição de artefactos elaborada para o Relatório de 1998 que evidencia naturalmente as diferentes situações reconhecidas no mesmo sítio, traduzindo ocupações horizontais de âmbitos cronológico-cultural diversificadas. Como o sítio se encontra em estudo, estes dados devem ser considerados obviamente como provisórios e fornecidos a tipo indicativo.

Tipo de materiais	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
Cerâmica	316	14	38
Cerâmica decorada	1	1	1
Denticulados	1	1	0
Lamelas	16	45	230
Geométricos (trapézios)	2	4	15
Lascas e restos de talhe	23	29	209
Núcleos	15	0	43
Pedra polida	0	1	0
Pontas de seta	2	0	0
Lâminas	1	3	1?
Seixos talhados	6	0	2
Percutores	1	0	1

Bibliografia: Gonçalves e Grilo, 1998

#### *Xarez 4\**

CMP 474, 1995. Coordenadas geográficas: m: 161519.06; p: 264389.21; n: 143,34 m. *Sítio a submergir pela Barragem de Alqueva.*

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de referência 114, n.º de campo 70), escavado em 1999 sob a direcção de Victor S. Gonçalves. Núcleo de lamelas exausto, fragmento cerâmico com cordão plástico com finos entalhes verticais, e engobe muito danificado, vários fragmentos de cerâmica. Ver *Fonte dos Sapateiros*.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

## 2. Neolítico Final/Calcolítico

#### *Areias 15 e 16*

CMP 482 (1989). Coordenadas UTM: 29SPC3136.5200

O povoado Areias 15 implanta-se sobre uma área plana (cota aproximada de 182 m) sem qualquer limite físico aparente para além das barreiras hidrográficas: a Ribeira da Sardinha que corre na direcção SW-NE a cerca de 300 m do sítio e uma pequena linha de água subsidiária da referida Ribeira que corre de sul para norte.

A grande extensão de área onde se recolhem artefactos cerâmicos (mais de 1 ha) é apenas pontuada por de inúmeros afloramentos de granodioritos (junto dos quais se recolhem numerosos artefactos): um núcleo designado por Areias 15 (seguindo a ordem de numeração após as 14 antas identificadas pelos Leisner nesta Herdade) e um outro, mais próximo da Ribeira da Sardinha que foi designado por Areias 16.

A morfologia de implantação do sítio situado numa plataforma aberta, sem qualquer visibilidade e defensabilidade, e a proximidade com um conjunto de monumentos megalíticos (antas e menires) revestiam este sítio de particular interesse. Assim, desde 1992 foram realizados trabalhos de prospecção e leituras espaciais (considerando que ambas são muito variáveis, dependendo da cobertura sazonal). Em 1994 foi efectuada uma curta Campanha de escavações.

Recentemente (Gonçalves e Sousa, 1997) foi efectuada uma primeira notícia do sítio, pelo que apenas faremos algumas observações.

Os trabalhos de 1994 permitiram obter indicadores da natureza do sítio e do seu estado de conservação. Foram marcadas três áreas de escavação em torno de um grande afloramento (onde se registava uma grande concentração artefactual): a sondagem 1 (numa área próxima do afloramento), a sondagem 2 (no sedimento entre o afloramento) e a sondagem 3 (na base do afloramento). A sondagem 1 evidenciou o grau de revolvimento dos trabalhos agrícolas sobre este sítio, porventura conservado em área restritas como na sondagem 3 (mesmo junto ao afloramento, onde não chegam as máquinas agrícolas).

Permanece ainda por compreender uma eventual ocupação na sondagem 3 e confirmar se a dispersão de materiais e a total ausência de estruturas ou níveis de ocupação (atingiu-se a rocha) se deve exclusivamente a fenómenos pós-deposicionais ou se também reflectem a precariedade da ocupação (algures entre o IV e III milénios).

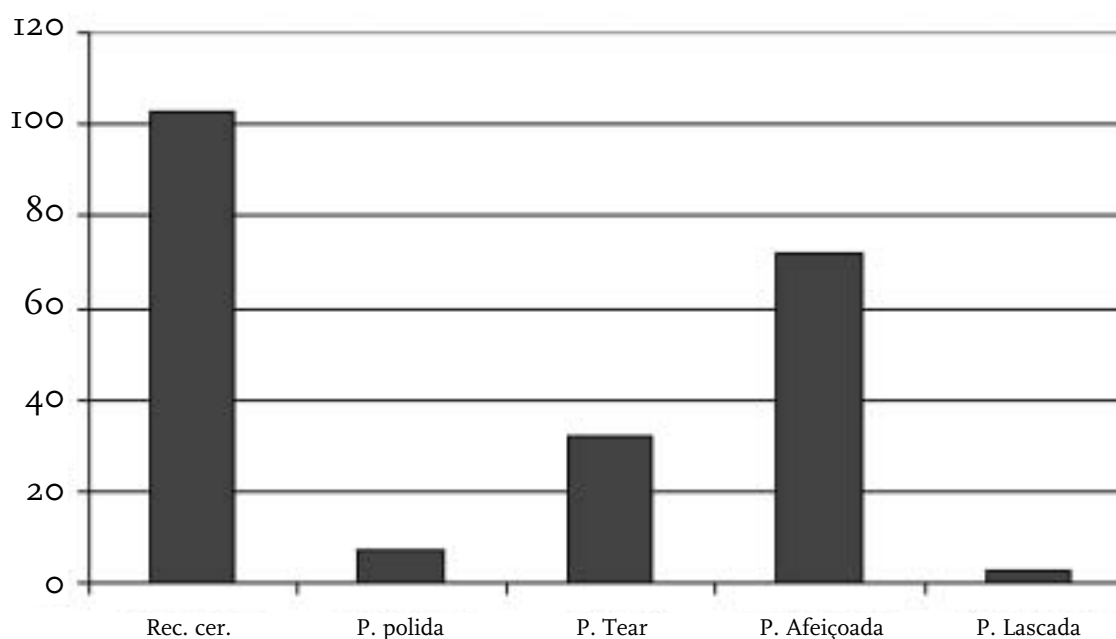


GRÁFICO 4 – Perspectiva dos materiais arqueológicos recolhidos em prospecções no Castelo do Azinhalinho. Universo: 255 registos.



Tal como sucede para a maioria dos povoados desta região, a cerâmica predomina claramente no registo arqueológico. Saliente-se ainda a abundância e a diversidade de dormentes concentrados junto ao afloramento e documentados fotograficamente na notícia publicada.

O estudo dos materiais provenientes da escavação arqueológica de 1994 encontra-se em fase de conclusão. Apesar disso, é curioso comparar quantitativamente as formas cerâmicas identificadas em trabalhos de prospecção e de escavação e verificar quão falível é a nossa observação de superfície. Assim, observe-se a inversão de valores (percentuais) de dois dos “clássicos” fósseis directores do Calcolítico e Neolítico final: se no conjunto proveniente de prospecção a taça carenada assumia valores significativos com maior número do que o prato, no conjunto de materiais recolhidos na sondagem 1 a taça carenada tem um valor reduzido, com uma maior presença do prato.

Como escrevemos recentemente, “aparentemente, tudo leva a crer estarmos perante um povoado com as mesmas características de TESP<sub>3</sub>, muito provavelmente com o mesmo âmbito cronológico” (Gonçalves e Sousa, 1997a, p. 81).

Bibliografia: Gonçalves, Calado e Rocha, 1992; Gonçalves, 1995; Gonçalves e Sousa, 1997a, 1997b.

---

#### *Barrisqueira*

CMP 482 (1989). Coordenadas Gauss: m: 261.4; p: 157.0

Povoado com grande defensabilidade natural, vertentes muito declivosas junto da Ribeira do Álamo.

Geologicamente este sítio localiza-se numa área de xistos do Silúrico, com solos de fraca aptidão agrícola (litossolos esqueléticos).

Os trabalhos de prospecção efectuados por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares permitiram a identificação de dois núcleos de materiais com barro de cabana (Soares e Silva, 1992). Actualmente decorrem trabalhos de escavação.

Foi associado a este sítio uma cronologia do Calcolítico:

- cerâmica: prato e taça de bordo espessado, taça carenada, taça em calote, esférico, aplicações plásticas (mamilo), pesos de tear
- pedra afeioada: percutor, seixo talhado bifacialmente
- pedra polida: escopro, fragmento de instrumento com secção rectangular e gume com bisel duplo simétrico.

Bibliografia: Soares e Silva, 1992, p. 78-81.

---

#### *Barrisqueira 7\**

CMP 482 (1989). *Sítio a submergir pela Barragem de Alqueva.*

Povoado identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de campo 309). Vários fragmentos de cerâmica, incluindo taça em calote, taça de bordo espessado interna e externamente e dois pratos. Pedra polida: fragmento de extremidade proximal de machado de anfibolite de secção circular e talão pontiagudo. Percutor de quartzo. Fauna mamalógica.

---

*Castelo do Azinhalinho*

CMP 473 (1989) - 29SPC2549.1601

Um dos três grandes povoados calcolíticos actualmente conhecidos em Reguengos de Monsaraz.

O povoado do Castelo do Azinhalinho apresenta-se como um ponto relativamente destacado na paisagem (cota aproximada de 200 m) sob a forma de um esporão alongado (cerca de 300 m) com a orientação Norte-Sudoeste.

O carácter limitado desta ocupação poderia acentuar a defensabilidade do povoado, embora se deva referir que as vertentes da elevação são muito suaves e que não existe nenhum limite físico condicionando o acesso ao povoado. A cartografia 1/25 000 regista apenas um esporão alongado sem desníveis mas a leitura no local e a observação estereoscópica evidenciam a sobrelevação da área com muralha, acentuada pela presença de grandes afloramentos graníticos devendo acrescentar em alguns metros a altimetria média de 200m.

Em termos de proximidade de cursos de água, o povoado Castelo do Azinhalinho encontra-se relativamente próximo das duas maiores linhas fluviais: a Ribeira do Álamo encontra-se a mais de 1 km e o Rio Guadiana que seria de acesso mais difícil.

A potencial área de exploração do povoado pré-histórico Castelo do Azinhalinho envolve uma mancha de solos pardos mediterrâneos com afloramentos de granodioritos que poderiam apresentar aptidões para a prática agrícola. Actualmente a área apresenta ainda uma cobertura vegetal bastante densa.

Em termos geológicos, a área do povoado Castelo do Azinhalinho é caracterizada pelos xistos do Silúrico e pela presença de afloramentos graníticos. Corresponde a uma área de Granodioritos e quartzitos coincidindo com a mancha dominante da distribuição dos monumentos megalíticos.

O Castelo do Azinhalinho é conhecido desde inícios dos anos 90 (Gonçalves, 1992; Soares e Silva, 1992), tendo sido objecto de trabalhos de campo “superficiais”, com prospecção arqueológica (foram recolhidas várias centenas de artefactos) e leituras visuais da sua implantação específica e da sua inter-relação com outros povoados. Estando este povoado numa propriedade particular, aparentemente sem trabalhos de remoção de terra, este povoado parece conservar um bom potencial de informação disponível.

Sem quaisquer trabalhos de escavação arqueológica, é já possível tecer alguns comentários sobre a história da ocupação pré-histórica deste sítio (e que serão proximamente publicadas).

Sucintamente, podemos já constatar a particular morfologia de ocupação do cabeço, quer ao nível de concentrações de materiais de superfície quer pelas prováveis estruturas aqui identificadas.

Em termos de áreas preferenciais, deve ser referido que a área Oeste do esporão apresenta um maior número de artefactos à superfície, na proximidade de um grande afloramento granítico com configuração vertical (quase uma torre natural). Esta aparente concentração artefactual corresponde a uma possível área estruturada. Não podemos confirmar as leituras efectuadas pela equipa de estudo do impacto da Barragem do Alqueva que indica “(ocupação) no Neolítico Final/Calcolítico Inicial e no Calcolítico Pleno, durante a primeira fase, toda a metade norte do cabeço (parte superior e encostas) teria sido habitada, talvez de modo disperso, na segunda fase, verifica-se uma concentração do povoa-

mento restringindo-se à parte superior da elevação” (Soares e Silva, 1992, p. 70). Os indicadores desta sequência de ocupação seriam de índole artefactual, nomeadamente pela presença de fragmentos de taças carenadas e pesos de tear em placa nas encostas. Não tendo sido realizado qualquer trabalho de escavação e aferida a história das alterações naturais e antrópicas da paisagem não poderá ser aferida esta imagem, além disso os trabalhos de prospecção desenvolvidos neste sítio em várias campanhas desde 1992 não parecem confirmar esta interpretação. Os artefactos referidos como indicadores cronológicos surgem neste povoado de forma pouco significativa: recolhemos apenas cinco fragmentos de taças carenadas em toda a área considerada (face a um total de formas cerâmicas reconhecíveis de 95 exemplares) e apenas dois fragmentos de pesos tear placa (num total de 32 fragmentos recolhidos). Sendo plausível que este sítio tenha uma ocupação desde o Neolítico Final não parece evidente que esta corresponda a uma área específica.

Atribuindo a este povoado uma área de ocupação bem definida, o tipo de estruturas associadas poderia ser de índole defensivo. A leitura propiciada por uma fotografia aérea de 1958 (voo 5605, escala 1/6000) parece evidenciar uma linha com um contorno oval que poderia corresponder à referida “muralha”.

A observação no local parece indicar a existência de uma possível estrutura que colmata os afloramentos particularmente visível na sua vertente oeste e que se consubstancia por um pequeno talude que integra vários dormentes na sua parte externa.

Caracterização da cultura material:



GRÁFICO 4 – Perspectiva dos materiais arqueológicos recolhidos nas Sondagens 1 e 3. Areias 15. Universo: 101 registos.

- Recipientes cerâmicos:

O mais representativo conjunto de artefactos no sítio Castelo do Azinhalinho (total de 107 fragmentos). As taças carenadas surgem em número residual.

Esta presença, associada a outras evidências artefactuais como os pesos de tear em placa, a abundância de cerâmicas mamiladas, poderiam fazer supor que este povoado poderia ter tido uma ocupação desde o Neolítico Final, conforme o proposto por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares. O prato é a forma claramente dominante.

- Pesos de tear:

Foi recolhido um elevado número de fragmentos (num total de 32, dos quais 13 são extremidades e 19 correspondem à área mesial). Ao elevado número de fragmentos de pesos de tear deve contrapor-se a sua variabilidade morfológica. Inclui-se exemplares com dimensão muito diferenciada atestada não só pelo comprimento (conservado) mas também pela sua largura e espessura. De igual forma se recolheram fragmentos de secção circular, subcircular, sub-rectangular, rectangular apresentando todas as extremidades recolhidas apenas 2 perfurações (de destacar o fragmento CAZ-85 que apresenta

uma perfuração transversal). Esta diversidade formal corresponde decerto a uma diferente funcionalidade atestada já pelas recolhas de superfície. Do conjunto de fragmentos recolhidos apenas 2 fazem parte de placas paralelepípedicas.

- Pedra lascada:

Reduzido conjunto. Apenas se assinala a existência de um fragmento de xisto jaspóide com retoque constituindo provavelmente um fragmento de lâmina (CAZ-240). A equipa de estudo da barragem do Alqueva refere a existência de “uma ponta de seta de xisto jaspóide e retoque marginal, fragmentada na extremidade distal; fragmento de xisto jaspóide; 2 placas de xisto jaspóide em curso de preparação tendo, possivelmente, em vista o fabrico de pontas de seta” (Soares e Silva, 1992, p. 71).

- Pedra polida:

O reduzido número de artefactos de pedra polida face ao conjunto de materiais recolhidos (2,4 % num total de 250 registos) poderá ter algum significado estatístico apesar das precauções inerentes à informação de superfície. Quando confrontamos esta realidade com o elevado número de percutores recolhidos podemos ser levados a avaliar a importância relativa das actividades relacionáveis com estes artefactos. A equipa da Barragem do Alqueva identificou vários fragmentos de artefactos de pedra polida incluindo machados, enxós e martelo (Soares e Silva, 1992, p. 72)

Bibliografia: Gonçalves, 1995; Gonçalves e Sousa, 1997; Soares e Silva, 1992, p. 78-81.

---

#### *Marco dos Albardeiros*

CMP 482 (1989). Coordenadas Gauss: m: 259.4; p: 156.7

Povoado localizado num esporão de encostas suaves (200 m), com uma visibilidade muito elevada, dominando visualmente as terras férteis da sua área envolvente (solos mediterrâneos vermelhos ou amarelos no limite B e C), na margem direita da Ribeira do Álamo.

Os trabalhos de prospecção (Gonçalves, 1993; Gonçalves, Calado e Rocha, 1992; Soares e Silva, 1992) já indicavam o carácter disperso da sua ocupação, leitura confirmada pela intervenção de emergência dirigida por um dos autores (VSG) no Outono de 1993.

Grande parte do povoado deverá encontrar-se já destruído pelo decurso de trabalhos agrícolas que revolveram os solos, deixando as suas marcas no substrato granítico. Esta circunstância tafonómica deverá ter contribuído para o elevado número de materiais de superfície.

Apesar da brevidade da intervenção, foi possível identificar uma pequena fossa ovóide escavada no granito, provavelmente revestida a argila.

Os materiais provenientes dos trabalhos de escavação encontram-se ainda em estudo

Cerâmica: presenças de taça de bordo espessado, taça carenada, hemisfera, esférico, aplicações plásticas (mamilos), pesos de tear (crescente), prato de bordo espessado.

Bibliografia: Gonçalves, 1989, 1993; Soares e Silva, 1992, p. 68-69.

---

#### *Monte Novo 1*

CMP 482 (1989). Coordenadas Gauss: m: 252.90; p: 158.60

Povoado localizado numa vertente suave, a 1500 m da ribeira da Sardinha. Os solos da área envolvente são arenosos, em área granodiorítica.

Os trabalhos de superfície parecem indicar que se trata de um povoado aberto com cerca de 400m<sup>2</sup> de área.

Foi recolhido um espólio relativamente abundante:

- cerâmica (10 fragmentos):  
recipientes cerâmicos: taça carenada, taça, prato de bordo espessado, taça calote.  
Estes fragmentos apresentam as pastas muito erodidas, integrando muitos elementos não plásticos.  
cerâmica de revestimento
- pedra lascada:  
ponta de seta em xisto jaspóide,  
restos de talhe (sílex, quartzito, chert, xisto jaspóide)  
lâminas (2 fragmentos)  
lascas (24)  
seixos talhados “languedocenses” (3)  
núcleo piramidal em quartzo hialino (lamelas ?)
- pedra afeiçãoada:  
percutores (4)
- pedra polida:  
machados em anfibolito

A implantação do sítio e os materiais recolhidos parecem indicar uma cronologia entre o Neolítico Final e Calcolítico.

Bibliografia: Gonçalves, 1989, 1993; Gonçalves, Calado e Rocha, 1992, p. 397-98; Soares e Silva, 1992.

---

#### *Monte Novo dos Albardeiros*

CMP 482 - (1989). Coordenadas Gauss: m: 259.5; p: 57.9

Um dos três grandes povoados calcolíticos actualmente conhecidos em Reguengos de Monsaraz.

Povoado localizado numa plataforma alongada, com amplo domínio sobre a paisagem.

A 2009 m do Guadiana, este local apresenta características favoráveis às práticas agrícolas (solos B, A e rodeado de solos C).

Este sítio arqueológico foi objecto de duas campanhas de escavação, dirigidas por um de nós (VSG), que permitiram uma seriação cronológica de dados para o povoado fortificado e para o que se lhe sucedeu no tempo, no mesmo local:

1. povoado aberto com estruturas perecíveis revestidas a argila, momento que não foi datado cronometricamente;
2. povoado fortificado no qual se integra uma torre oca com uso habitacional e uma muralha de grandes dimensões. Metalurgia do cobre. Primeira metade do III milénio.;
3. no exterior da fortificação, um lugar de significado desconhecido, com abundante depósito de materiais (*locus* 1), cuja conexão às fases do povoado fortificado não foi possível estabelecer;
4. utilização funerária, com uma construção em forma de falsa cúpula, sobre a torre entulhada, datada da segunda metade do III milénio;

5. utilização funerária não estruturada do *tell*, datada do Bronze antigo, com duas deposições singulares acompanhadas por vasos cerâmicos contendo *alênes* de bronze.

Do texto de 1988-89, seleccionamos a seguinte passagem-síntese:

É impossível, sem uma escavação em área extensa do sítio, propor uma sequência de ocupação integral, ordenando a totalidade das séries de construção/ocupação/abandono/derrube.

No núcleo escavado, porém, e esquecendo por agora o *locus 1*, é visível e reconstruível uma sequência que parte do ponto zero da sequência de ocupação antrópica do sítio:

1.º momento: instalação de um grupo de dimensões desconhecidas, que construiu cabana(s) revestida(s) com argila.

(Fase 1);

2.º momento: abandono e/ou derrube parcial da(s) Estrutura(s);

3.º momento: construção e uso habitacional de uma grande torre de planta em abside (Estrutura 1), ligada provavelmente a um dispositivo defensivo complexo.

(Fase 2);

4.º momento: abandono e derrube parcial da Estrutura;

5.º momento: regularização do solo de topo das paredes emergentes da Estrutura 2, construção e primeiro uso da Estrutura 1;

(Fase 3);

6.º momento: eventual utilização da Estrutura 1 com finalidade funerária, ainda no Calcolítico.

(Fase 4);

7.º momento: derrube da Estrutura e abandono do sítio;

8.º momento: encerramentos da Idade do Bronze antigo no topo da colina artificial formada pelas Estruturas 2 e 1, sobrepostas, pelos seus derrubes, e pelas estruturas envolventes;

9.º momento: 1980-1985, destruições com picaretas e retro-escavadora nas áreas centrais da colina artificial, arrasando o centro das Estruturas e danificando-as. [59]

A nível do espólio, só o desenho das cerâmicas e as respectivas contagens (em curso) poderão emitir uma imagem rigorosa de eventuais diferenças. Mas algumas observações são já possíveis:

1. há artefactos de cobre tanto na Estrutura 1 como na Estrutura 2;

2. se é admissível um significado funerário pelo menos para um dos momentos de uso da Estrutura 1, a 2 só pode ser entendida como uma Estrutura (com uso habitacional) integrada num dispositivo defensivo;

3. a cerâmica com decoração simbólica surge tanto na Estrutura 1 como na 2, ainda que os motivos sejam formalmente diferentes. No caso da proveniente da Estrutura 2, pode ainda discutir-se a possibilidade de ela ser ou não proveniente de remoções e transportes provocados artificialmente pelas violações recentes;

4. não se registaram, até ao momento, entre a numerosa cerâmica recolhida, taças carenadas;

5. a existência de fauna datável poderá esclarecer o lapso de tempo existente entre as duas Estruturas, mas artefactualmente as diferenças não são sensíveis a uma primeira leitura, salvo as que dizem respeito ao acabamento das cerâmicas, nitidamente melhor cuidado na Estrutura mais antiga.

A discussão final pode ter lugar em função de vários vectores de aproximação.

Se a própria natureza do sítio parece hoje esclarecido como tendo tido significados diversos ao longo da diacronia, não deixa de ser interessante especular sobre L.14.-30, um fragmento de *Pecten maximus* recuperado no primeiro solo de ocupação da Estrutura 2. O aparecimento de este bivalve de água salgada implica contactos directos ou indirectos com o litoral, estando a costa mais perto e de acesso mais fácil a cerca de 150 km de distância, algures no actual Distrito de Setúbal.

Por outro lado, aceita-se como muito provável que toda a ocupação do sítio tenha decorrido durante o Calcolítico, mesmo numa fase relativamente evoluída deste, o que é particularmente nítido para o primeiro uso da Estrutura 1.

Povoado provavelmente “aberto” numa primeira fase (mas tal está longe de ser seguro), confirmou-se como um sítio fortificado com particularidades notáveis em fases seguintes, cuja extensão resta avaliar. A sua utilização funerária, ainda durante o Calcolítico, parece incontestável, bem como uma reutilização idêntica durante a Idade do Bronze Antigo.

Dominando completamente a extensa planície que vai até à “Serra das Pedras e Monsaraz, a importância estratégica de este sítio não pode ser minimizada.” [60]

A monografia encontra-se em adiantado estado de preparação.

Bibliografia: Gonçalves, 1989, p. 383, 1988-89.

---

### *Perdigões (Complexo dos)*

CMP 473 (1989). Coordenadas Gauss: m: 511120; p: 136150

O Monte dos Perdigões é um dos três grandes povoados calcolíticos actualmente conhecidos em Reguengos de Monsaraz, integrado num espaço amplo que engloba um núcleo megalítico (menires pertencentes a um possível recinto megalítico) e estruturas funerárias, provavelmente datando o abandono do sítio.

O povoado apresenta uma implantação específica, que de algum modo o destaca do restante panorama dos outros grandes povoados desta região.

*Em termos oro-hidrográficos*, verifica-se uma implantação em vertente, quase em anfiteatro, no que diverge dos restantes povoados desta área com o mesmo enquadramento cronológico-cultural, que apresentam uma implantação deliberada de domínio efectivo sobre a paisagem (como Castelo do Azinhalinho ou Monte Novo dos Albardeiros), centrando-se no topo de elevações alongadas. O controlo visual, de e para o sítio, não parece ter sido uma motivação dominante na escolha do local. Aliás o mais célebre de todos os sítios peninsulares de este tipo, Papa Uvas, Aljaraque, Huelva, também não traduz uma escolha de local com uma implantação de tipo defensivo circular. Quanto ao acesso a recursos hídricos, o caso do Monte dos Perdigões é similar às situações detectadas em outros locais.

*O substrato geológico diorítico* deverá ter constituído um condicionante efectivo para a escolha da localização do povoado, uma vez que apresenta características favoráveis à implantação de estruturas negativas escavadas na rocha. Também os solos envolventes (tipo A), ainda que pouco extensos, se constituem à partida como uma mais valia para uma comunidade de pastores e agricultores, apesar de poderem ser considerados demasiado pesados para uma agricultura de enxada.

*O inter-relacionamento com a malha de ocupação do espaço coeva e também anterior* parece igualmente assumir significados específicos. Numa perspectiva de leitura imediata dos



pontos no mapa, observámos sempre em torno aos Perdigões um vazio de registo de ocupação antrópica coeva, quer de *habitat* quer do domínio do sagrado (megalitismo funerário). A este respeito ver cartografia em Gonçalves, 1992b.

Este vazio poderia ser explicado numa perspectiva de ocupação do espaço regionalmente diversificada (a partir da Idade Moderna), uma vez que esta área se situa próxima da vila de Reguengos de Monsaraz (portanto sofrendo de maior pressão antrópica) e sobretudo por o tipo de solos desta área ser qualitativamente superior, adequado para as plantações vinícolas que sabemos destruírem dramaticamente todo o subsolo (as vinhas de Reguengos remontam provavelmente a época posterior ao séc. XVII). Ainda assim, e consideradas todas as condicionantes, continuamos a ver em torno aos Perdigões uma notável rarefacção de monumentos megalíticos funerários e um reduzido número de sítios de povoamento (imagem, no entanto, a aferir futuramente com prospecções sistemáticas). No entanto, a interpretação do menir do Monte da Ribeira poderá assumir aqui papel fundamental (Gonçalves, 1999, no prelo).

Apesar desta aparente “terra de ninguém” em torno do grande complexo dos Perdigões, parece deliberada a escolha de um local com vários tipos de significantes: um recinto megalítico considerado atribuível ao Neolítico final, mas com permanências de uso ao longo do III milénio) e um povoado com idêntica cronologia.

Desde os primeiros trabalhos no sítio que ficara clara a importância dos Perdigões (Gomes, 1991, 1994), ainda que não tivesse sido devidamente salientada a sua especificidade na paisagem pré-histórica de Reguengos de Monsaraz. Em 1997, com a intervenção no terreno promovida pela FINAGRA, na sequência da destruição generalizada que ela própria provocara, fazendo desaparecer alguns dos menires e literalmente arrasando o povoado, foi iniciado um processo de estudo do sítio, com um volume de meios e verbas até então desconhecido no panorama da investigação arqueológica em Reguengos de Monsaraz. Os primeiros resultados desta actividade foram já publicados (Lago et al., 1998) num esforço de publicação rápida que traduz aliás as condições do próprio contrato. No entanto, apesar da extensão do referido artigo (107 páginas), e da presença de investigadores variados, até mesmo o leitor atento regista grande dificuldade em entender uma linha de leitura geral do povoado e dos vários contextos específicos correspondentes ao seu faseamento.

Concordamos com os autores na crítica de uma perspectiva simplista na interpretação de sítios arqueológicos: “Um dos grandes problemas na análise dos contextos arqueológicos calcolíticos consiste na simplificação do processo natural de formação dos depósitos e das estruturas arquitectónicas. Muitos investigadores concebem estratos ou camadas arqueológicas, que abrangem normalmente a totalidade da área do povoado, em função dos modelos interpretativos para a ocupação dos povoados. Esta situação dificulta obviamente a compreensão do processo de sedimentação, porque todas as unidades tafonómicas “desaparecem” no estrato neolítico final, no horizonte pré-campaniforme ou na camada campaniforme” (Lago et al., 1998, p. 149, n. 14). Esta precaução não pode porém ser aceite sem reservas, uma vez traduzir uma radicalidade que auto-justificatoriamente parcela a realidade em contextos muito específicos, renunciando a buscar deliberadamente um faseamento geral, indispensável sempre, mesmo quando provisório.

Num grande povoado, aparentemente com mais de 16 ha, é óbvia a dificuldade em estabelecer uma leitura global, ainda mais quando apenas se efectuaram sondagens esparsas e onde se não fez efectivamente uma escavação em área, dificuldade aliás referida pelos investigadores. Também o carácter da escavação, no fundo uma pós-emergência típica de algumas acções do IPPAR na área da Arqueologia, inverteu os procedimentos e as estratégias, condicionando a investigação.

Ainda assim, teria sido muito importante estabelecer linhas gerais de interpretação e de apresentação dos dados. Esta poderia ter incluído, por exemplo, no levantamento topo-

gráfico (Fig. 2), a implantação dos cinco sectores de escavação, de forma a esclarecer a efectiva interligação entre eles. A diversidade de situações detectada nos referidos sectores torna ainda mais nebulosa esta situação: linhas de fossos, reocupações, áreas de actividade doméstica, a necrópole identificada em 1998, bem como o recinto megalítico e o povoado do Neolítico final referidos anteriormente, por insuficiências de apresentação não podem ser enquadrados eficazmente.

Segundo a informação disponível, a morfologia deste povoado constitui um tipo até agora não identificado em Reguengos de Monsaraz na mesma cronologia, admitido apenas, mas não confirmado, para o caso do Marco dos Albardeiros.

Por outro lado, não nos parece que na época da edificação das poderosas muralhas da complexa fortificação do Monte Novo do Albardeiros, tivesse sido estruturado um espaço tão diverso, com tais dimensões e estruturas negativas. A resposta talvez residisse numa sequência das primeiras fases Perdigões-Monte Novo dos Albardeiros, o que só novas cronologias absolutas poderá confirmar. Claro que a presença campaniforme, como noutros locais, pode traduzir nos Perdigões uma situação distante no tempo do momento das origens.

A fossa K8-K9 de TESP3 ou a pequena fossa do Marco dos Albardeiros constituem evidências com dimensões não comparáveis à realidade detectada nos Perdigões, ainda que aqueles dois sítios estejam consideravelmente mutilados e o primeiro semi-destruído pela extensa ocupação medieval da área. Com um fosso delimitador de grandes dimensões (mais de 8 m de largura, mas em que época de utilização?), vários troços intermédios, entradas, e outras estruturas, o esforço construtivo seria considerável, combinando estruturas escavadas com estruturas edificadas: apresenta-se a hipótese da associação de fossos a lombas (Lago et al., 1998, p. 145), a existência de paliçadas e até mesmo de construções pétreas.

Foram detectados fossos em sobreposição (como no sector 1, a UE 72 cortada por UE 73, ou no sector 3), solos de ocupação sobre fossos entulhados (como o empedrado UE 60 sobre o fosso do sector 1) e derrubes constituídos por blocos pétreos sobre as estruturas negativas que constituiriam momento de ruína de estruturas edificadas. A interligação destes episódios seria de vital relevância para a interpretação deste sítio importantíssimo. Seria assim indispensável a apresentação de um faseamento geral do complexo, ainda que provisório. Fica apenas a imagem que os vários troços de fossos correspondem a uma condensação de cronologia e de fases de ocupação (Lago et al., 1998, p. 141), o que não é suficiente.

Resumindo em síntese os actuais conhecimentos sobre o povoado:

1. trata-se de um lugar ocupado muito provavelmente desde a segunda metade do IV milénio (Valera, 1998, p. 95) incluindo várias linhas de fossos de protecção ou delimitação e áreas de actividade;
2. a fase de ocupação principal seria eventualmente já da 1.<sup>a</sup> metade do III milénio, sendo referida a existência de uma área de actividade arqueometalúrgica no Sector 2;
3. existe uma ocupação com cerâmica campaniforme, o que poderia colocar o fim da vida útil do povoado em meados ou na segunda metade do III milénio;
4. dentro do povoado, foi detectada uma área funerária aparentemente do III milénio com materiais claramente distintos dos restantes. A sua interpretação será certamente muito interessante, aguardando-se com curiosidade as propostas dos autores;

Bibliografia: Gomes, 1989, p. 225-269; Lago et al., 1998.

---

*Poço da Gateira 3*  
CMP 473 (1989).

Recolha de um grande fragmento de taça carenada.

Bibliografia: inédito. Sítio prospectado pela UNIARQ.

---

*Torre do Esporão 3 (TESP<sub>3</sub>)*

CMP 482 (1989) – Coordenadas Gauss: m: 250.8.0; p: 158.3.5

Povoado aberto, localizado num terreno plano com inclinação SW mas com domínio visual sobre a região envolvente, “de TESP<sub>3</sub> avistava-se a Serra das Pedras e Monsaraz, no extremo Este da grande planície megalítica de Reguengos de Monsaraz. A tal ponto esta localização é privilegiada que aí mesmo, no século XIII, será construída a mais antiga “Defesa” alentejana, visando controlar as movimentações para cá da fronteira” (Gonçalves, 1995, p. 89).

Este sítio está implantado no festo entre a ribeira do Álamo e do Degebe.

Geologicamente localiza-se em área de contacto entre corneanas com a mancha de granodioritos e xisto, correspondendo a solos B e C: “entre as terras improdutivas, mas ainda hoje ricas em caça, que vão até ao Degebe, e as terras férteis que se estendem até e para lá da actual Reguengos” (Gonçalves, 1995, p. 89).

Em torno da Torre do Esporão foram identificados três diferentes núcleos de ocupação. Num olival anexo à Torre, foi localizado e escavado parcialmente um povoado pré-histórico (Neolítico Final/Calcolítico). É provável que a área total do povoado abrangesse uma muito maior dimensão, incluindo a plataforma onde se viria a construir a torre medieval.

TESP<sub>3</sub> foi objecto de várias campanhas de escavação dirigidas por um dos autores (VSG) nos anos de 1990 e 1991.

No decurso dos trabalhos arqueológicos, foi possível efectuar uma primeira caracterização do sítio (Gonçalves, 1990-91, 1991, 1995): povoado aberto com a presença de estruturas do quotidiano: dois fundos de cabana de secção sub-circular e estruturas negativas - a fossa K8-K9 (Gonçalves, 1991).

Sítio que pela sua morfologia (implantação, estruturação do povoado, cultura material) parece ser integrável no Neolítico Final. *A obtenção de datações radiocarbónicas para a ocupação da referida fossa, veio no entanto redimensionar o nosso padrão de atribuição cronológica .....*

Em termos materiais:



GRÁFICO 5 – Perspectiva dos materiais arqueológicos recolhidos em prospecções no Castelo do Azinhalinho. Universo: 255 registos.

- Recipientes cerâmicos: presença elevada de taças carenadas, pratos, taças e alguns fragmentos de cerâmica decorada.
- Artefactos cerâmicos: pesos de tear (maioritariamente crescentes, registando-se ainda os pesos-placas), cincho
- Pedra polida: reduzidos elementos de pedra polida
- Pedra lascada.

Bibliografia: Gonçalves, 1990/91, 1991.

#### *Vale Castelo*

CMP 482 (1989). Coordenadas Gauss: m: 251.9.0; p: 159.3.0)

Área plana com grandes afloramentos de granodioritos.

Proximidades do festo Álamo-Degebe.

- Cerâmica (9 fragmentos)  
recipientes cerâmicos: paredes rectas, taça, aplicação plástica (mamilo)  
cerâmica de revestimento
- Pedra lascada:  
Lascas de quartzito (10)  
Restos de talhe em sílex (3)
- Pedra polida  
1 fragmento inidentificável

Bibliografia: Gonçalves, Calado e Rocha, 1992, p. 397

### *3. Sítios com informação insuficiente para uma caracterização cronológico-cultural, ainda que indiscutivelmente pré-históricos*

#### *Barrisqueira 2\**

CMP 482 (1989).

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de campo 242). Achado isolado (movente reutilizado como percutor).

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

#### *Carapetal*

CMP 473 (1989). Coordenadas Gauss: m: 249.65; p: 162.60

Sítio com destaque sobre a paisagem envolvente, localizada a 200m da Ribeira da Caridade. Os solos são arenosos (mediterrâneos pardos com afloramentos de granodioritos).

Recolha de materiais arqueológicos como percutores, seixos talhados, restos de talhe em sílex e cerâmica.

Bibliografia: Gonçalves, Calado e Rocha, 1992, p. 400.

---

*Cebolinhos 6*

CMP 482 (1989). Coordenadas Gauss: m: 256.75; p: 158.10

Pequena elevação com destaque na paisagem, na bacia hidrográfica da Ribeira da Sardi-  
nha. A área envolvente deste sítio apresenta solos arenosos, numa mancha de granodioritos.

Os trabalhos de prospecção revelaram escassos materiais arqueológicos (ponta de seta  
em sílex, percutores, seixos talhados) o que dificulta atribuições cronológicas mais precisas.

Bibliografia: Gonçalves, Calado e Rocha, 1992.

---

*Chaminé 12\**

CMP 482 (1989)

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de campo 306). Cerâmica  
(bojos), percutor e seixos talhados.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Chaminé 19\**

CMP 482 (1989)

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de campo 313). Cerâmica  
(bojos). Lascas sobre seixo. Seixos talhados.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Contenda 2*

CMP 482 (1989)

Bibliografia: Gonçalves, Calado e Rocha, 1992.

---

*Dona Amada 4\**

CMP 474 (1995) *Sítio a submergir pela Barragem de Alqueva.*

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de referência 98, n.º  
de campo 132). Percutores, dormentes, barro de cabanas, movente, seixos talhadas, cerâ-  
mica.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Dona Amada de Baixo 1\**

CMP 474 (1995). *Sítio a submergir pela Barragem de Alqueva.*

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de referência 143, n.º de campo 36). Cerâmica, dois fragmentos com superfícies engobadas. Seixo talhado.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Dona Amada de Baixo 2\**

CMP 474 (1995). *Sítio a submergir pela Barragem de Alqueva.*

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de referência 144, n.º de campo 76). Cerâmica e seixos talhados.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Geralda\**

CMP 474 (1995).

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de referência 180, campo 69). Cerâmica.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Horta do Palha*

CMP 482 (1989). Coordenadas Gauss: m: 253.50; p: 156.60

Sítio localizado em área plana com reduzida visibilidade para a área envolvente, na proximidade de grandes afloramentos rochosos. Área de solos arenosos, na transição corneanas / vulcanitos.

Os materiais recolhidos não permitem uma caracterização cronológico-cultural mais precisa:

- cerâmica: fragmentos de cerâmica incaracterística
- pedra afeiçãoada: percutores, seixos com talhe languedocense
- pedra polida: fragmento em anfíbolito

---

*Malhada dos Gagos 7\**

CMP 483. *Sítio a submergir pela Barragem de Alqueva.*

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado. Cerâmica. Fragmentos de quartzo.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Malhada dos Gagos 8\**

CMP. *Sítio a submergir pela Barragem de Alqueva.*

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado. Cerâmica.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Malhada dos Gagos 10\**

CMP 483. *Sítio a submergir pela Barragem de Alqueva.*

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de referência 157, n.º de campo 104). Cerâmica. Percutor. Núcleo. Seixo talhado. Restos de talhe de quartzito. Lasca de sílex.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Malhada dos Gagos 16\**

CMP 483. *Sítio a submergir pela Barragem de Alqueva.*

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de referência 170, n.º de campo 115). Cerâmica. Lasca sobre seixo e resto de talhe de quartzito hialino.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Malhada dos Gagos 17\**

CMP 483. *Sítio a submergir pela Barragem de Alqueva.*

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de referência 174, n.º de campo 116). Cerâmica.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Mau Tempo 8\**

CMP 482 (1989). *Sítio a submergir pela Barragem de Alqueva.*

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de campo 289). Cerâmica. Percutor. Seixos e lascas de quartzito.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.



---

*Monte Arriba*

CMP 482 (1989). m: 251.90; p: 158.35

Sítio localizado em área plana, na área de festo entre a Álamo e o Degebe. Os solos são granodioríticos e arenosos.

Foram recolhidos escassos materiais arqueológicos: percutores em quartzito e um talão de machado em anfibolito.

Bibliografia: Gonçalves, Calado e Rocha, 1992.

---

*Monte da Cumbra (erradamente, Coimbra)*

CMP 473 (1989)

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de campo 319). Cerâmica (com engobe). Lâmina de crista, seixos talhados, restos de talhe e lascas sobre seixo.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Monte da Ribeira*

CMP 473 (1989). m: 248.75; p: 163.50

Sítio localizado em área plana (233 m), na margem esquerda da Ribeira do Surdo. Implanta-se numa área de solos arenosos, numa mancha granodiorítica. Trabalhos de prospecção (Gonçalves, Calado e Rocha, 1992) parecem indicar um sítio de habitat com materiais dispersos e em número reduzido.

Bibliografia: Gonçalves, Calado e Rocha, 1992, p. 400.

---

*Monte da Torre 7\**

CMP 482 (1989)

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de campo 255). Lasca sobre seixo e cerâmica.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Monte do Esporão*

CMP 482 (1989). m-251.0; p-157.0

Área aplanada (festo Álamo-Degebe). Solos com aptidão agrícola (A e B). Achados isolados (macro-utensilagem).

Bibliografia: Gonçalves, Calado e Rocha, 1992, p. 398.

---

*Monte do Piornal 2\**

CMP 482 (1989). *Sítio a submergir pela Barragem de Alqueva.*

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de campo 260). Ocupação romana (escassa cerâmica comum), mas também cerâmica claramente pré-histórica e restos de talhe (quartzito).

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Monte do Piornal 4\**

CMP 482 (1989).

Povoado identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de campo 282). Cerâmicas, pedra lascada (seixos talhados) e polida (fragmento de extremidade proximal de machado de anfibolite de secção circular e talão pontiagudo). Percutores.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Monte do Vale*

CMP 482 (1989).

Sítio localizado em área plana, com afloramentos de granodioritos, na margem direita da Ribeira das Fontainhas. Área com solos B e C, de granodioritos e quartzodioritos.

Os materiais recolhidos pelos trabalhos de superfície não permitem uma caracterização precisa deste sítio, uma vez que apenas foram recolhidos restos de talhe em sílex, pedra afeioada e cerâmica pré-histórica incaracterística.

Bibliografia: Gonçalves, Calado e Rocha, 1992.

---

*Monte Novo 3*

CMP 482 (1989). Coordenadas Gauss: m: 253.100; p. 159.30

Plataforma definida por afloramentos de granodioritos numa área com solos arenosos.

Escassos materiais arqueológicos de época pré-histórica: fragmentos de cerâmica incaracterística, seixos talhados.

Dois momentos de ocupação: Neolítico/Calcolítico e Bronze/Ferro.

Bibliografia: Gonçalves, 1989, 1993; Gonçalves, Calado e Rocha, 1992, p. 398; Soares e Silva, 1992.

---

*Picadeiro*

CMP 482 (1989).

Pequena elevação (lado direito da estrada Reguengos - S. Marcos, a 1 km de Monte Novo). Em 1991 recolheram-se fragmentos de cerâmica pré-histórica incaracterística.

---

*Piornal 5\**

CMP 482 (1989). *Sítio a submergir pela Barragem de Alqueva.*

Sítio identificado em 1998 pelas equipas de Victor S. Gonçalves (Gonçalves, Sousa e Antunes, 1998a e 1998b) e de Manuel Calado (n.º de referência 181, n.º campo 40).

Núcleos de materiais correspondendo muito provavelmente a um único sítio de habitat, entre as antas Piornal 2 e Monte Novo do Piornal. Com efeito, o sítio Gagos 2, 3 e 6 (Cód. EDIA 961350 para Gagos 2) foi, muito provavelmente um dos locais de habitat dos construtores de estes monumentos.

A caracterização efectuada pela EDIA referia apenas a designação “mancha de habitat” do Neo-Calcolítico com indústria macrolítica. Estes elementos foram substancialmente acrescidos com os trabalhos de prospecção efectuados por nós próprios e pela equipa de Manuel Calado.

Foram recolhidos alguns materiais arqueológicos, particularmente pedra lascada (fragmento mesial de lâmina), indústria macrolítica sobre seixo e quartzito, um movente de granito e cerâmica (bordo, formas indeterminadas)

Toda a área entre as antas referidas encontrava-se intensamente agricultada até à estrutura tumular. Mesmo junto à anta Piornal 2, verificou-se a presença de pedra lascada (sílex), macro-utensilagem, cerâmica, mó. A realidade identificada à superfície foi confirmada na escavação, onde se identificaram evidências de estruturas do quotidiano que aparentam uma cronologia antiga.

Como se afirmou (Gonçalves, Sousa e Antunes, 1998a), “Trata-se portanto de um povoado contíguo a antas, situação análoga ao povoado Areias 15 (Reguengos de Monsaraz) cuja publicação recentemente se iniciou (Gonçalves e Sousa, 1997). Estas evidências superficiais poderão indicar a existência de vários núcleos de habitat com uma permanência não identificável, uma única realidade compartimentada pelos trabalhos agrícolas ou uma ocupação horizontal desta baixa.”.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998; Gonçalves, Sousa e Antunes, 1998a e 1998b.

---

*S. João 4\**

CMP 482 (1989).

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de campo ). Percutor e seixo talhado.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Xarez de Baixo 15\**  
CMP 474 (1995).

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de referência 142, n.º de campo 62). Cerâmica.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Xarez de Baixo 16\**  
CMP 474 (1995).

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de referência 129, n.º de campo 53). Cerâmica.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Xarez de Baixo 17\**  
CMP 474 (1995).

Povoado identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de referência 130, n.º de campo 54). Pedra lascada: grande lasca com negativos. Indústria Pedra polida: fragmento mesial de machado de secção elipsoidal.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Xarez de Baixo 18\**  
CMP 474 (1995).

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de referência 133, n.º de campo 55).

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Xarez de Baixo 19\**  
CMP 474 (1995).

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de referência 132, n.º de campo 50). Cerâmica. Lascas de quartzito.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Xarez de Baixo 20\**

CMP 474 (1995).

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de referência 135, n.º de campo 57). Cerâmica (com engobe). Restos de talhe (quartzito).

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Xarez de Baixo 21\**

CMP 474 (1995).

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de referência 137, n.º de campo 58). Cerâmica (com engobe). Restos de talhe.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Xarez de Baixo 22\**

CMP 474 (1995).

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de referência 136, n.º de campo 54). Cerâmica. Fragmentos de quartzo.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Xarez de Baixo 23\**

CMP 474 (1995).

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de referência 138, n.º de campo 60). Cerâmica. Seixos talhados.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Xarez de Baixo 24\**

CMP 474 (1995).

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de referência 139, n.º de campo 61). Cerâmica.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Xarez de Baixo 27\**

CMP 474 (1995).

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de referência 131, n.º de campo 64). Cerâmica. Restos de talhe.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Xarez de Baixo 28\**

CMP 474 (1995).

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de referência 125, n.º de campo 65). Cerâmica.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Xarez de Baixo 29\**

CMP 474 (1995).

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de referência, n.º de campo). Cerâmica. Lascas de quartzo e xisto jaspóide.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Xarez de Baixo 33\**

CMP 474 (1995).

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de referência 150, n.º de campo 79). Cerâmica.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

---

*Xarez de Baixo 34\**

CMP 474 (1995).

Sítio identificado em 1998 pela equipa de Manuel Calado (n.º de referência 151, n.º de campo 80). Cerâmica.

Bibliografia: Calado e Mataloto, 1998.

## NOTAS

- <sup>1</sup> A primeira versão, resumida, de este texto foi apresentada e entregue para publicação no Colóquio da UISPP realizado em Santiago de Compostela, em Abril de 1996, “O Neolítico atlântico e as orixes do megalitismo”. Pelas exigências da organização quanto às dimensões das comunicações, e ainda que abreviado, foi tal texto consideravelmente mutilado. A sua versão integral serviu de ponto de partida ao presente trabalho, realizado no âmbito do Projecto de investigação “A evolução das primeiras sociedades camponesas e as geometrias do território em Reguengos de Monsaraz (6000-2000 a.C.)”. Projecto JNICT (PCSH/C/HAR/1001/95). A tintagem dos mapas foi efectuada por Carla Fernandes. As fotografias são de VSG.
- <sup>2</sup> Prof. Catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa. Director do Centro de Arqueologia (UNIARQ). Faculdade de Letras. PT-1600-214 LISBOA. PORTUGAL.
- <sup>3</sup> Investigadora do Centro de Arqueologia (UNIARQ). Faculdade de Letras. PT-1600-214 LISBOA PORTUGAL.
- <sup>4</sup> Os “números de referência” dizem respeito à seriação feita por Manuel Calado, na sequência da listagem do Quadro Geral de Referência elaborado pela EDIA.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEN, M. J. (1991) - Analysing the Landscape: a Geographical approach to archaeological problems. In SCHOFIELD, A. J, eds. - *Interpreting Artefact scatters: contributions to ploughzone archaeology*. Oxford: Oxbow Monograph. 4, p. 39-57.
- BINFORD, L. (1993) - Seeing the present and Interpreting the past and keeping things straight. In BINFORD, L. ed. - *Space, Time, and Archeological Landscapes*. New York: Plenum Press, p. 43-58.
- CALADO, M.; MATALOTO, R. (1998) - *Relatório intercalar dos trabalhos arqueológicos no âmbito do plano de minimização de impactes sobre o património arqueológico do regolfo do Alqueva: prospecções na margem direita do Guadiana*. Comunicação pessoal do Autor. (Inédito) Policopiado. 2 documentos.
- CAMERON, S.; TOMKA, S. (1993) - *Abandonment of Settlement and Regions: Ethnoarchaeological Approaches*. Cambridge: Cambridge University Press (New Directions in Archaeology).
- CRIADO BOADO, F. (1989) - “We, the post megalithic people...”. In HODDER, I., ed. - *The Meanings of Things. Material Culture and symbolic expression*. London: Harper Collins Academic, p. 79-87.
- CRIADO BOADO, F. (1989) - Megalitos, espacio, pensamiento. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 46, p. 75-98.
- CRIADO BOADO, F. (1995) - The visibility of the archeological record and the interpretation of social reality. In HODDER, I. [et al.] - *Interpreting Archaeology*. London: Routledge, p. 104-194.
- CRIADO BOADO, F.; VAQUERO LASTRES, J. (1993) - Monumentos, nudos en el pañuelo: Megalitos, nudos en el espacio: Análisis del emplazamiento de los monumentos tumulares gallegos. *Espacio, Tiempo y Forma: Pré-historia y Arqueología*. Madrid. S.2, p. 205-261.
- EDIA (1996) - *Património arqueológico no regolfo de Alqueva: Quadro Geral de Referência*. Policopiado. 186 p.
- ENRIQUEZ NAVASCUÉS, J. J. (1990) - *El Calcolítico o Edad del Cobre de la cuenca extremeña del Guadiana: Los poblados*. Badajoz: Museo Arqueológico Provincial/Ed. Regional de Extremadura.
- FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, V.; RUIZ ZAPATERO, G. (1984) - El analisis de territorios arqueológicos: una introducción crítica. *Arqueología Espacial*. Teruel, 1.
- GOMES, M. V. (1991) - Corniformes e figuras associadas de dois santuários rupestres do Sul de Portugal. Cronologia e interpretação. *Almansor*. Montemor-o-Novo. 9, p. 17 - 74.
- GOMES, M. V. (1994) - Menires e cromeleques no complexo cultural megalítico português – trabalhos recentes e estado da questão. In *O Megalitismo no Centro de Portugal: Mangualde*. Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira-Alta. p. 317-342. [Actas do Colóquio, Nov. 1992]
- GONÇALVES, V., co-ed. (1993) - *História de Portugal*. Lisboa: Ediclube. 1.
- GONÇALVES, V. S. (1987) - O povoado pré-histórico da Sala n.º 1 (Pedrógão, Vidigueira): notas sobre a campanha 1(88). *Portugalia*. Porto. N. Série, p. 7-16.
- GONÇALVES, V. S. (1989) - *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental*. Lisboa: INIC/UNIARQ, 2 vols.
- GONÇALVES, V. S. (1990/91) - TESP3: O povoado pré-histórico da Torre do Esporão (Reguengos de Monsaraz). *Portugalia*. Porto. Nova série, 11-12.



- GONÇALVES, V. S. (1992b) - *Revendo as antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: UNIARQ/INIC.
- GONÇALVES, V. S. (1995a) - O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz: procurando algumas possíveis novas perspectivas, sem esquecer as antigas. In *O Megalitismo no Centro de Portugal: Mangualde, Nov. 1992*. Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira-Alta. p. 115-135. [Actas do colóquio, Nov. 1992]
- GONÇALVES, V. S. (1995b) - *Sítios, "Horizontes" e Artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas*. Cascais: Câmara Municipal.
- GONÇALVES, V. S. (1998, no prelo) - *Reguengos de Monsaraz, territórios megalíticos*. Lisboa: IPM.
- GONÇALVES, V. S.; GRILO, C. (1998) - *Relatório inédito sobre o povoado Xarez 12*. Policopiado.
- GONÇALVES, V. S.; CALADO, M. (1990-91) - A necrópole da Idade do Bronze do Monte dos Cebolinhos (S. Pedro do Corval, Reguengos de Monsaraz): Notícia da sua identificação. *Portugalia*. Porto. Nova série. 11-12, p. 143-147.
- GONÇALVES, V. S.; CALADO, M.; ROCHA, L. (1992) - Reguengos de Monsaraz: o antigo povoamento da Herdade do Esporão. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 391-412.
- GONÇALVES, V. S.; DINIS, M. (1997) - *Relatório inédito sobre o povoado Gorginos 6*. Policopiado.
- GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (1997) - A propósito do grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e das origens do megalitismo no Ocidente Peninsular. In *Actas do Colóquio Internacional O Neolítico Atlântico e as origens do megalitismo*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Gallega, Universidade de Santiago de Compostela, Unión Internacional de Ciencias Prehistóricas e Protohistóricas, p. 609-634.
- GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C.; ANTUNES, A. S. (1998a) - *Relatório inédito sobre a Anta Piornal 2*. Policopiado.
- GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C.; ANTUNES, A. S. (1998b) - *Relatório inédito sobre a Anta do Monte Novo do Piornal*. Policopiado.
- GONZALO CORDERO, A. [et al.] (1993) - Evolución, yacimientos y secuencia en la Edad del Cobre en la Alta Extremadura. In *Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 2, p. 237-259 [Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 33: 3-4]
- GUILAINE, J. (1991) - Vers une prehistoire agraire. In GUILAINE, J. - *Pour une archeologie agraire*. Paris: Armand Colin.
- KENT, S. (1993) - Models of abandonment and material culture frequencies. In CAMERON, Eds - *Abandonment of Settlement and Regions: Ethnoarchaeological approaches*. Cambridge: Cambridge University Press. (New Directions in Archeology), p. 54-73.
- LAGO, M.; DUARTE, C.; VALERA, A.; ALBERGARIA, J.; ALMEIDA, F.; CARVALHO, A. F. (1998) - Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 45 - 153.
- LEISNER, G. e V. (1951) - *As Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura (reeditado pelo INIC/UNIARQ, Lisboa, 1985).
- LEISNER, V. (1965) - *Die Megalithgräber von Iberisch Halbinsel - Der Westen*. Madrider Forschungen. Band 1/3. Berlin.
- NOCETE, F. (1988) - Estomagos bípedos/Estomagos políticos. *Arqueología Espacial*. Lisboa-Teruel. 12, p. 119-132.
- PARREIRA, R. (1990) - Considerações sobre os milénios IV e III a.C. no Centro e Sul de Portugal. *Estudos Orientais*. Lisboa. 1, p. 27-40.
- RIBEIRO, O. (1991) - *Opúsculos geográficos: O Mundo rural*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 4.
- SCHOFIELD, A. J. (1993) - *Interpreting Artefact scatters: Contributions to Ploughzone Archaeology*. Oxbow Monograph. 4
- SHERRATT, A. (1995) - Reconstructing Prehistoric Farming. In KUNST, M., ed. - *Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica*. Lisboa: IPPAR. (Trabalhos de Arqueologia; 7), p. 61-76.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1987) - O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. I- escavações arqueológicas de 1982-86. Resultados preliminares. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 8, p. 16-43.
- SOARES, A. M.; CABRAL, J. P. (1987) - O povoado calcolítico do Monte da Tumba. Cronologia absoluta. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 7, p. 155-165.
- SOARES, A. M.; CABRAL, J. P. (1993) - Cronologia absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal. 1.º Congresso Peninsular de Arqueologia. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. p. 217-236. [Trabalhos de Antropologia e Etnologia. 33: 3-4]
- SOARES, J.; SILVA, C. T. (1992) - Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 37-88.
- THOMAS, J. (1996) - *Time, Culture and Identity. An Interpretative Archaeology*. London: Routledge.

- TILLEY, C. (1989) - Interpreting material culture. In *The Meaning of Things. Material Culture and Symbolic Expression*. Cambridge: One world Archaeology, p. 185-194.
- TILLEY, C. (1993) - Interpretative Archaeology. In TILLEY, C. - *Interpretative Archaeology*. Oxford: Berg.
- TILLEY, C. (1995) - *A Phenomenology of Landscape. Places, Paths and Monuments*. Oxford: Berg.
- TOMKA, A. S. (1993) - Site abandonment behavior among transhumant agro-pastoralists: the effects of delayed curation on assemblage composition. In CAMERON, ed.- *Abandonment of Settlement and Regions: Ethnoarchaeological Approaches*. Cambridge: Cambridge University Press (New Directions in Archaeology), p. 11-24.
- VAQUERO LASTRES, J. (1989) - Donde diablos se esconden nuestros muertos que nos los podemos ver? Reflexiones sobre el emplazamiento de los túmulos de NW. *Gallaecia*. Santiago de Compostela. 11, p. 81-108.
- VVAA (s.d) - *Manual de Técnica de Combate Individual: Táctica-2*. Mafra: Escola Prática de Infantaria.
- WAGSTAFF, M. (1991) - The Archaeological site from a geographical perspective. In SCHOFIELD, A. J, eds. - *Interpreting Artefact Scatters: Contributions to Ploughzone Archaeology*. Oxford: Oxbow Monograph. 4, p. 9-11.